



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
MESTRADO

Raquel Soares de Farias

**A CENTRALIDADE DE MAMANGUAPE (PB) E SUA RELAÇÃO COM AS CIDADES
PEQUENAS DO LITORAL NORTE PARAIBANO**

JOÃO PESSOA – PB
2013

Raquel Soares de Farias

**A CENTRALIDADE DE MAMANGUAPE (PB) E SUA RELAÇÃO COM AS CIDADES
PEQUENAS DO LITORAL NORTE PARAIBANO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba sob orientação do Prof. Dr. Anieres Barbosa da Silva, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Geografia.

João Pessoa – PB
2013

F224c Farias, Raquel Soares de.

A centralidade de Mamanguape(PB) e sua relação com as cidades pequenas do litoral norte paraibano / Raquel Soares de Farias.- João Pessoa, 2013.

126f. : il.

Orientador: Anieres Barbosa da Silva

Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCEN

1. Geografia urbana. 2. Pequenas cidades – centralidade. 3. Campus IV- UFPB – implantação – mudanças – Mamanguape(PB). 4. UFPB – microrregião – litoral norte.

“A Centralidade de Mamanguape (PB) e sua Relação com as Cidades Pequenas do Litoral Norte Paraibano”

por


Raquel Soares de Farias


Dissertação apresentada ao Corpo Docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia do CCEN-UFPB, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de Concentração: Território, Trabalho e Ambiente

Aprovada por:


Prof. Dr. **Anieres Barbosa da Silva**
Orientador


Profª Drª **Eliana Alda de Freitas Calado**
Examinadora interna


Profª Drª **Ione Rodrigues Diniz Moraes**
Examinadora externa

Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Exatas e da Natureza
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Curso de Mestrado em Geografia

Agosto/2013

AGRADECIMENTOS

Chega o momento em que tentaremos externar através de palavras os nossos agradecimentos.

Antes de qualquer coisa quero agradecer a Deus pela coragem e força nos concedida, pois, nesta trajetória de 30 meses houve momentos difíceis e se não fosse essa proteção divina aliada a minha fé seria impossível ter chegado até aqui.

A minha família, de modo especial a minha querida mãe que sempre me incentivou a continuar na luta, acreditou na minha capacidade e nesta reta final esteve ao meu lado facilitando muitas coisas para que pudesse ter um ambiente tranquilo e assim conseguir terminar a dissertação. Ao meu pai, pela preocupação constante. Sempre me perguntava ao chegar da universidade ou do trabalho: “Agora minha filha? Tudo ocorreu bem? Tenha cuidado nessas estradas!” Rsrs. E ao meu irmão que “quebrava o galho” todas as horas que precisava. Levava-me e/ou buscava-me em qualquer horário ao trabalho, às viagens. Era só ligar que estava apostos. Obrigada mano!

Ao Prof. Anieres, meu orientador por sempre se apresentar disponível e paciente e pela confiança depositada elementos que tornaram possível a conclusão deste trabalho.

Ao Otávio, que apesar da distância sempre esteve perto e com sua capacidade de motivar os que estão em seu entorno não o fez diferente comigo. Em inúmeras conversas ao telefone fui levada pelo otimismo de suas palavras me fazendo acreditar que sempre podia mais.

Aos meus amigos que foram essenciais nessa trajetória, como diz a Bíblia quem encontrou um amigo encontrou um tesouro e eu sou muito privilegiada por ter muitos. Nesta longa lista quero mencionar e agradecer a alguns que estiveram mais próximos.

A Sharlene, que foi mais que uma amiga, foi uma irmã, além de contribuir lendo alguns trechos do trabalho foi um ombro amigo nos momentos de ansiedade e incerteza. Sempre se dispôs a criar um ambiente de alegria e distração o que ajudava amenizar as tensões, quando me encontrava preocupada com os afazeres acadêmicos.

A Joelma pelo acolhimento. Durante esse período me hospedei em sua casa e fui sempre muito bem recebida, por ela e por Pe. Hélio, seu tio. Ao chegar muitas vezes à noite depois de um dia de aula, sempre estava à espera preocupada como uma irmã mais velha.

A Munick, que também me recebeu de portas abertas em sua casa durante o tempo em que estava como professora substituta na UEPB Campus III. Foi um período muito puxado, sempre saía de João Pessoa direto para sua residência em Guarabira e lá encontrava o descanso para mais uma jornada de estudos e trabalho.

Ter pessoas tão sensíveis e humanas como as que eu encontrei durante essa caminhada, dispostas a ajudar, contribuiu para que os fardos se tornassem mais leves. Vou agradecer eternamente por tudo que fizeram por mim.

A Janilma, pelas palavras de apoio e por também ter contribuído com a leitura de meu texto no período da qualificação.

A Josielma, Michele e Marli que demonstraram um carinho especial dando palavras de incentivo e motivação.

A Luana que foi minha companheira de trabalho durante esse período. Quantas tardes nos corredores/salas da UEPB onde compartilhávamos experiências e anseios. Quantas idas e vindas. No ônibus, carro, moto. Manhã, tarde e noite. O cansaço era amenizado ao estar do lado de uma pessoa tão querida.

Esses amigos mencionados são aqueles de longas datas. E o que dizer das amizades construídas no decorrer do mestrado? Foram muitas, tão importantes quanto às demais. Agradeço a todos pelas experiências trocadas, pela ajuda mútua nos momentos de dúvida, pelos momentos de descontração, em especial a Petrucio, que se tornou mais próximo por termos o mesmo orientador, a Sidnei, Ana Neri, Thereza, Rebeca e Chris.

Aos colegas de trabalho Elilaura e Aldo por terem auxiliado no levantamento bibliográfico do trabalho fornecendo seus arquivos e acervos sobre Mamanguape, informações indispensáveis para o andamento da pesquisa;

As professoras Dr^a. Ione Rodrigues Diniz Moraes e Dr^a. Eliana Aldo de Freitas Calado que se disponibilizaram em avaliar o trabalho e, conseqüentemente, contribuirão para a melhora do mesmo.

A Prof^a. Dr^a. Doralice Sátyro Maia que contribuiu neste processo dando sugestões relevantes na qualificação e que por motivos superiores não pode participar da banca avaliadora da dissertação.

A Secretaria de Educação do Município de Marcação, na pessoa da Profª Verônica, que me concedeu a licença para que pudesse ficar afastada durante um ano e assim ter mais tempo para a pesquisa.

A UEPB, casa que sempre me recebeu de portas abertas e aos amigos que fiz por lá: Profª Luciene Vieira Arruda, Prof. Belarmino Mariano Neto, Prof. Fábio Dantas e Tânia. Todos sempre tão dispostos a ajudar com dicas de aulas, textos, conselhos e motivação, o que contribuiu para meu processo de amadurecimento profissional e acadêmico.

A Sônia, secretária do PPGG-UFPB, por sempre ter me recebido gentilmente todas as vezes que necessitei de informações e ajuda. É difícil encontrarmos nos órgãos públicos profissionais tão disponíveis e eficientes como esta.

Enfim, meus sinceros agradecimentos a todos aqueles que contribuíram para que pudesse está finalizando mais uma etapa da vida entre tantas outras que virão!

Nas Margens de Mim

(Leoni , Fernando Anitelli , Daniel Santiago)

Eu me senti como um rei
Me larguei, dormi, nas margens de mim
Me perdi por querer, eu não fiz, não fui
Me desaprendi
Eu quis prestar atenção
Tudo o que é menor, mais lento e baldio
Deixo o rio passar tão voraz, veloz
Me deixo ficar
Quando o sol acena bate em mim
Diz valer a pena ser assim
Que no fundo é simples ser feliz
Difícil é ser tão simples
Difícil é ser tão simples
Difícil mesmo é ser
Me recolhi, fiquei só
Até florescer
Desapego e raiz, improviso e razão
Canto pra colher, agora e aqui
De qualquer maneira parte em mim
Diz valer a pena ser assim
Que no fundo é simples ser feliz
Difícil é ser tão simples
Difícil é ser tão simples
Difícil mesmo é ser

RESUMO

O presente trabalho teve por objetivo analisar a centralidade exercida pela cidade de Mamanguape (PB) na microrregião do Litoral Norte, sob a perspectiva do ensino superior de educação. Para tanto, procuramos, no decorrer da elaboração da pesquisa, refletir sobre as relações existentes entre Mamanguape e as demais cidades da microrregião do Litoral Norte; compreender a centralidade de Mamanguape (PB) em períodos históricos distintos e averiguar as principais mudanças ocorridas no espaço urbano da cidade após a implantação do Campus IV da UFPB. Apesar de ser intensa a influência das metrópoles sobre as demais cidades pertencentes a uma dada região, atualmente é perceptível o surgimento de novos núcleos de centralidade que não são necessariamente cidades de médio e grande porte e isso vem instigando muitos pesquisadores a direcionar seus estudos para estas. Mamanguape, por exemplo, mesmo classificada como cidade pequena sempre apresentou uma dinâmica e centralidade consideráveis o que faz com que as demais cidades da microrregião do Litoral Norte tenham uma estreita relação com a mesma. Partindo desses objetivos e contextualização, este trabalho foi estruturado em três capítulos e para isso foi necessário o levantamento de fontes teóricas e metodológicas sobre cidade, centralidade, bem como, de reflexões para investigação das pequenas cidades. Para tanto, nossa análise partiu do embasamento teórico-conceitual de cidades pequenas e centralidade apresentado por Maia (2009), Fresca (2010), Santos (1979), Corrêa (1999, 2004), Lefebvre (1999), Villaça (2009) e Spósito (1998). A pesquisa permitiu afirmar que a chegada do Campus IV à Mamanguape intensificou sua centralidade na microrregião. Foi identificado que a maioria dos estudantes é oriunda dos municípios do Litoral Norte o que estreitou sua relação com estes, pois, grande quantidade de pessoas passou a circular na cidade em busca do ensino superior o que acarretou na mudança/aquecimento de outros setores que não necessariamente estão ligados a universidade.

Palavras Chave: Pequenas cidades, Campus IV – UFPB, Centralidade, Litoral Norte, Mamanguape.

ABSTRACT

This study aimed to analyze the centrality exerted by the city of Mamanguape in the microregion of North Coast, under the perspective of teaching higher education. To this end, we seek, in the course of research elaboration, to reflect on the relationships between Mamanguape and other cities of the North Coast microregion; to understand the centrality of Mamanguape (PB) in different historical periods and to investigate the major changes occurred in urban space of the city after the UFPB Campus IV implementation. Despite the intense influences of metropolis over other cities belonging to a given region, currently it is noticeable the emergence of new centers of centrality that are not necessarily cities of medium and large size and this comes instigating many researchers to focus their studies for these regions. Mamanguape, for example, even classified as a small town has always presented a dynamic and significant centrality, what makes the other cities of the the North Coast microregion have a close relationship with it. Based on these objectives and context, this work was structured in three chapters and it was necessary to survey the theoretical and methodological sources on the city, centrality, as well as of reflections for investigation of small towns. For this, To this end, our analysis came from the theoretical and conceptual underpinnings of small towns and centrality presented by Maia (2009), Fresca (2010), Santos (1979), Corrêa (1999, 2004), Lefebvre (1999), Villaça (2009) and Spósito (1998). The research allowed us to state that the arrival of the Campus IV in Mamanguape intensified its centrality in the microregion. It was identified that the majority of students are coming from the municipalities of the North Coast which narrowed their relationship with them, because lot of people started to circulate in the city to seek higher education which resulted in the change / heating of other sectors that are not necessarily connected to the university.

Keywords: Small towns, Campus IV - UFPB, Centrality, North Coast, Mamanguape.

LISTA DE ABREVIATURAS

AGICAN – Agroindústria de Camaratuba
CCAÉ – Centro de Ciências Aplicadas e Educação
CCEN – Centro de Ciências Exatas e da Natureza
CCHLA – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
CCHSA – Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias
CCJ – Centro de Ciências Jurídicas
CCM – Centro de Ciências Médicas
CCS – Centro de Ciências da Saúde
CCSA – Centro de Ciências Sociais Aplicadas
CE – Centro de Educação
CEAR – Centro de Energias Alternativas Renováveis
CI – Centro de Informática
CIRETRA – Circunscrição Regional de Trânsito
CONSUNI – Conselho Universitário
CT – Centro de Tecnologia
CTDR – Centro de Tecnologia e Desenvolvimento Regional
FACIMA – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Mamanguape
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES – Instituições de Ensino Superior
INCRA – Instituto Nacional de colonização e reforma agrária
INEP – Instituto Nacional de Ensino e Pesquisa
IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPEP – Instituto de Previdência do Estado da Paraíba
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC – Ministério de Educação e Cultura
NTI – Núcleo de Tecnologia da Informação
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PROFLETRAS – Mestrado Profissionalizante em Letras
REGIC – Regiões de Influências das Cidades
REUNI – Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SAELPA – Sociedade Anônima de Eletrificação da Paraíba
SIRGAS – Sistema de Coordenadas Geográficas
SUDEMA – Superintendência de Administração do Meio Ambiente
SUPLAN – Superintendência de Obras do Plano de Desenvolvimento do Estado
TELPA – Telecomunicações da Paraíba S/A
UEPB – Universidade Estadual da Paraíba
UFCG – Universidade Federal de Campina Grande
UFPB – Universidade Federal da Paraíba
UVA – Universidade Estadual Vale do Acaraú

LISTA DE MAPAS

Mapa 01 – Localização dos municípios do Litoral Norte paraibano.....	16
Mapa 02 – Rede de lugares centrais e área de atuação de João Pessoa (PB), com destaque para Mamanguape (PB)	46
Mapa 03 – Área de atuação de João Pessoa (PB), com destaque para Mamanguape no REGIC 2007.....	47
Mapa 04 – Zona de dominação comercial de Mamanguape (1700-1900).....	60
Mapa 05 – Estados de origem residencial dos alunos matriculados no Campus IV/Mamanguape.....	91
Mapa 06 – Total de alunos matriculados no Campus IV/Mamanguape, por municípios do Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco, em 2013.....	92
Mapa 07 - Total de alunos matriculados no Campus IV/Mamanguape, por municípios da Paraíba, em 2013.....	93

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Data da Criação do Distrito/Vila e ano de instalação dos municípios da Microrregião do Litoral Norte.....	28
Quadro 02 – Denominação hierárquica dos centros da rede urbana brasileira nos estudos do REGIC, no período de 1966 a 2007.....	43
Quadro 03 – Tipos de Engenhos existentes em Mamanguape no ano de 1909.....	58
Quadro 04 – Evolução no número de matrículas nos cursos de graduação na Paraíba, no período de 1989 a 2009.....	76
Quadro 05 – Número de Alunos matriculados no Campus IV da UFPB, em 2013.....	81
Quadro 06 – Microrregiões, municípios e suas respectivas áreas e população, no ano de 2010...	82
Quadro 07 – Procedência e número de alunos matriculados no Campus IV/Mamanguape em 2007.....	87
Quadro 08 – Procedência e número de alunos matriculados no Campus IV/Mamanguape em 2010.....	89
Quadro 09 – Procedência e número de alunos matriculados no Campus IV/Mamanguape em 2013.....	90
Quadro 10 – Loteamentos registrados na Prefeitura Municipal de Mamanguape/PB, entre 1994 e 2012.....	99
Quadro 11 – Número de Empresas cadastradas em Mamanguape/PB, no período de 2006 a 2011.....	101

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Número de cidades do estado da Paraíba por número de habitantes em 2010	34
Tabela 02 – População urbana residente na sede dos municípios da Microrregião do Litoral Norte em 2010.....	35

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 01 – Procissão próxima a Rua do Imperador, no ano de 1910.....	61
Fotografia 02 – Rua Presidente João Pessoa, no trecho próximo ao Rio Bandeira. Saída para Rio Tinto, no ano de 1910.....	61
Fotografia 03 – Agências bancárias de Mamanguape.....	67
Fotografia 04 – Prédio da 13ª Região do Tribunal do Trabalho, Mamanguape.....	68
Fotografia 05 – Hospital e Maternidade Nossa Senhora do Rosário, Mamanguape.....	69
Fotografia 06 – Primeiro prédio do Instituto Moderno, Mamanguape.....	71
Fotografia 07 – Portão de acesso ao Campus IV/Mamanguape.....	78
Fotografia 08 – Portão de acesso ao Campus IV/Rio Tinto.....	78
Fotografia 09 – Vista parcial do bloco de salas de aula, Campus IV/Mamanguape-PB.....	84
Fotografia 10 - Residência universitária, Campus IV/ Mamanguape-PB.....	84
Fotografia 11– Loja de eletrodomésticos no centro comercial de Mamanguape/PB.....	102
Fotografia 12 – Supermercado no centro comercial de Mamanguape/PB.....	103
Fotografia 13 – Prédio da Escola Técnica Rosa Mística, Mamanguape.....	105
Fotografia 14 – Área onde está sendo construída a Escola Técnica Estadual de Mamanguape.....	106
Fotografia 15 – Prédio do Prepara Cursos Profissionalizantes, Mamanguape.....	107

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
<u>CAPÍTULO I: PEQUENAS CIDADES E CENTRALIDADE URBANA: MAMANGUAPE CENTRO MICRORREGIONAL DO LITORAL NORTE PARAIBANO</u>	<u>24</u>
1.1 Cidades pequenas: uma tentativa de conceituação.....	28
1.2 Centralidade e rede urbana: algumas definições conceituais.....	36
1.2.1 Mamanguape e o REGIC.....	43
<u>CAPÍTULO II: MAMANGUAPE (PB): CONSTITUIÇÃO URBANA E CENTRALIDADE EM PERÍODOS HISTÓRICOS DISTINTOS.....</u>	<u>49</u>
2.1 A origem da centralidade de Mamanguape: a importância do Porto de Salema e os engenhos de açúcar	56
2.2 A decadência econômica e a retração da centralidade.....	62
2.3 A retomada da centralidade e a chegada de órgãos públicos e novos serviços.....	65
<u>CAPÍTULO III: A CENTRALIDADE DE MAMANGUAPE SOB A ÓTICA DOS NOVOS ARRANJOS ESPACIAIS: A UFPB CAMPUS IV – LITORAL NORTE.....</u>	<u>73</u>
3.1 A UFPB na microrregião do Litoral Norte.....	76
3.1.1 O Campus IV e a redefinição da centralidade de Mamanguape.....	83
3.2 O crescimento da cidade e a expansão do setor imobiliário e dos serviços.....	98
3.2.1. O setor imobiliário.....	98
3.2.2 O comércio.....	101
3.3.3. Para além do campus IV: outros serviços educacionais.....	104
<u>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</u>	<u>110</u>
<u>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</u>	<u>114</u>
<u>APÊNDICE</u>	<u>120</u>
<u>ANEXO.....</u>	<u>122</u>

INTRODUÇÃO

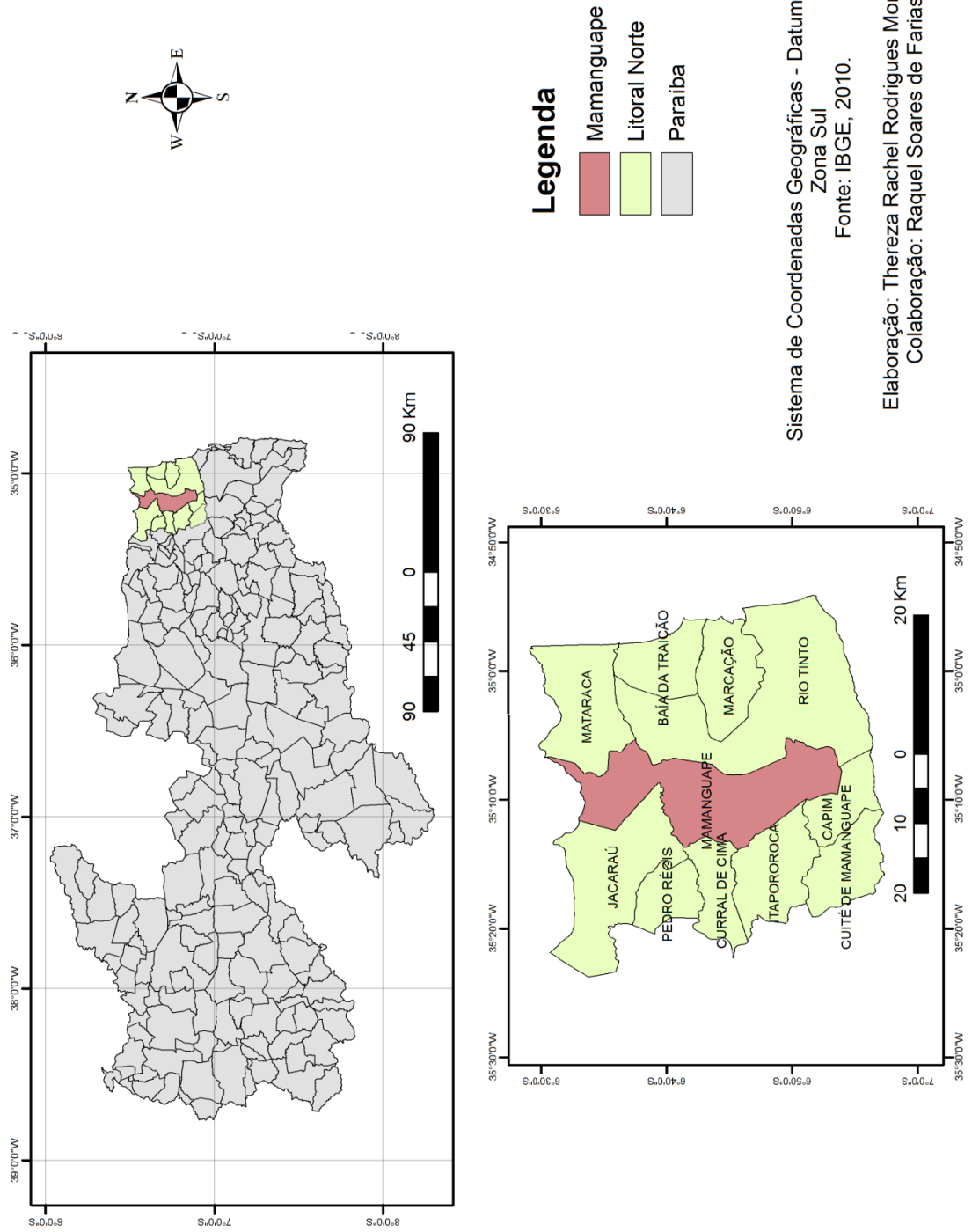
São inúmeras as discussões referentes à temática das cidades, as quais, no decorrer da história, desempenharam papéis e funções diferenciados dentro das conjunturas urbanas existentes. Algumas cidades apresentaram desenvolvimento mais consistente e notável acarretado por inúmeros motivos. Estas cidades, na maioria das vezes, por obterem uma melhor estrutura que as demais cidades localizadas em seu entorno, passam a atrair um maior número de pessoas para o consumo de mercadorias e serviços.

No contexto urbano nacional, poderíamos listar várias cidades que se enquadrariam nessas características, no entanto, com dinâmicas diferenciadas. As metrópoles, cidades grandes e cidades médias são exemplos mais concretos de espaços que manifestam centralidade; no entanto, não podemos negligenciar o papel das pequenas cidades que se multiplicaram pelo território nacional, ora como centros de importância local, como localidades sem centralidade cuja infraestrutura é precária, ora como localidades que apresentam uma dinâmica relevante no contexto regional em que estão inseridas. Nesse sentido, cabe o questionamento: cidades que necessariamente não são classificadas como metrópoles, cidades grandes ou médias, não têm a capacidade de polarizar outras que estão em seu entorno e que detêm menor quantidade na oferta de mercadorias e serviços?

A partir desse questionamento, surgiu o interesse de pesquisar sobre a cidade de Mamanguape (PB), que se configura como uma cidade pequena e possui uma considerável estrutura relacionada à oferta de mercadorias e serviços, o que atrai a população das cidades e áreas rurais circunvizinhas, em especial as pertencentes à microrregião do Litoral Norte da Paraíba.

Além de Mamanguape, a Microrregião do Litoral Norte é formada por mais dez municípios: Mataraca, Itapororoca, Curral de Cima, Cuité de Mamanguape, Capim, Baía da Traição, Rio Tinto, Jacaraú, Pedro Régis e Marcação (ver Mapa 01). No conjunto desses municípios, algumas particularidades chamaram a atenção para a cidade objeto de estudo. Uma delas é que todos esses municípios já foram distritos ou vilas do município de Mamanguape. No entanto, apesar do processo de emancipação, ocorrido em períodos distintos, alguns desses novos municípios não deixaram de ter uma ligação bastante intensa com o de origem.

Mapa 01 - Localização dos municípios da microrregião do Litoral Norte paraibano



Considerando o questionamento apresentado e essa breve contextualização inicial, o objetivo geral é analisar a centralidade exercida pela cidade de Mamanguape (PB) na microrregião do Litoral Norte, sob a perspectiva do ensino superior. Para tanto, procuramos, no decorrer da elaboração da pesquisa, refletir sobre as relações existentes entre Mamanguape e as demais cidades da microrregião do Litoral Norte; compreender a centralidade de Mamanguape (PB) em períodos históricos distintos e averiguar as principais mudanças ocorridas no espaço urbano da cidade de Mamanguape (PB) após a implantação do Campus IV da UFPB.

Entendemos que os serviços oferecidos por Mamanguape, com destaque para o ensino superior, estabelecem interações espaciais que se ampliam em vários setores da economia urbana, tais como: o comércio, os serviços bancários, os serviços públicos decorrentes da presença de órgãos governamentais, os quais, obviamente, dentro do ritmo e da realidade de uma pequena cidade, reforçam a centralidade microrregional.

Para a constituição desta pesquisa, foi necessário o levantamento de fontes teóricas e metodológicas, particularmente de discussões sobre cidade e centralidade, bem como de reflexões para investigação das pequenas cidades. Por mais ingênuas ou simples que sejam as pretensões, qualquer estudo objetivo da realidade social, além de ser norteado por um arcabouço teórico, deverá informar a escolha do objeto pelo pesquisador e também todos os passos e resultados teóricos e práticos obtidos com a pesquisa (BECKER, 1994). Para tanto, nossa análise partirá do embasamento teórico-conceitual de cidades pequenas e centralidade apresentado por Maia (2009), Fresca (2010), Santos (1979), Corrêa (1999, 2004), Lefebvre (1999), Villaça (2009) e Spósito (1998).

A análise utilizada na pesquisa está pautada na abordagem qualitativa a qual se preocupa com a compreensão do contexto, pois os locais devem ser entendidos no contexto da história das instituições a que pertencem. “Para o investigador qualitativo divorciar o ato, a palavra ou o gesto do seu contexto é perder de vista o significado” (BOGDAN & BIKLEN, 1999, p. 48). Outro elemento fundamental da pesquisa qualitativa está relacionado à proximidade que o pesquisador pode ter com os sujeitos envolvidos, e assim, chegar mais perto da realidade.

Enquanto classificação, optamos pela pesquisa empírica, pois esta permite a possibilidade de codificar a face mensurável da realidade. Por ser uma pesquisa dedicada ao tratamento da “face empírica e fatural da realidade; produz e analisa dados, procedendo sempre pela via do controle empírico e fatural” (DEMO, 2000, p. 21). A valorização desse tipo de

pesquisa é pela "possibilidade que oferece maior concretude às argumentações, por mais tênue que possa ser a base fatural. O significado dos dados empíricos depende do referencial teórico, mas estes dados agregam impacto pertinente, sobretudo no sentido de facilitarem a aproximação prática" (DEMO, 1994, p. 37).

Em relação aos procedimentos técnicos adotados, uma vez que para analisar os fatos do ponto de vista empírico e para confrontar a visão teórica com os dados da realidade é necessário traçar o modelo conceitual e também o operatório, realizamos uma considerável pesquisa bibliográfica sobre a temática em questão, recorrendo aos autores que serviram de embasamento teórico-conceitual, como também sobre estudos e pesquisas da configuração histórica paraibana e mamanguapense, que teve como principais referências Costa (1986), Almeida (1997), Andrade (1957), Mariz (1985) entre outros.

Fez-se necessário recorrer também ao banco de dados estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) referentes à população, ao cadastro de empresas, etc., ao REGIC (Regiões de influências das cidades) dos anos de 1966, 1972, 1993 e 2007 para que pudéssemos compreender a dinâmica de Mamanguape na rede-urbana da qual faz parte no decorrer do tempo, e ao banco de dados do Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI) da UFPB para identificar o número e origem dos alunos matriculados no Campus IV.

Na tentativa de melhor entender e caracterizar o objeto, foram realizadas, durante a pesquisa, visitas exploratórias no Campus IV da referida universidade, no centro e no entorno do município em questão, a fim de compreender a dinâmica da cidade e, assim, conhecer as particularidades e especificidades do objeto de estudo. Utilizamos também a técnica da pesquisa de campo e, através desta, realizamos registros fotográficos, visitas a órgãos públicos e privados e observação em busca de informações para concretização do trabalho. A pesquisa de campo foi de extrema importância, pois através desta técnica podemos extrair um abstrato a partir do concreto. Lacoste (1977, p. 20), ao abordar sobre essa técnica de pesquisa, adverte:

O trabalho de campo, para não ser somente um empirismo, deve articular-se à formação teórica que é, ela também, indispensável. Saber pensar o espaço não é colocar somente os problemas no quadro local; é também articulá-los eficazmente aos fenômenos que se desenvolvem sobre extensões muito mais amplas.

Por esse motivo apresentado por Lacoste, sempre nos preocupamos em aliar o que foi encontrado no campo com o que há de vigente sobre a temática e em fazer contextualizações da

realidade, articulando-as a fenômenos em escalas regionais. Além do trabalho de campo e de todas as técnicas citadas, fizemos o uso de questionário semiestruturados direcionado aos alunos do Campus IV/Mamanguape para uma maior aproximação da realidade. Uma amostra de 120 alunos de todos os cursos e turnos respondeu ao questionário que foi aplicado dia 06 de junho de 2013. O mesmo teve como principal objetivo compreender de maneira mais clara o que já tínhamos detectado na pesquisa de campo realizada junto ao NTI. Nesta identificamos a origem dos estudantes, no entanto, esses dados isolados deixaram uma lacuna que foi preenchida com a análise das respostas do questionário.

E, por fim, utilizamos a entrevista. Na ocasião, foi entrevistado o Prof. Raimundo Barroso Cordeiro Júnior, diretor do Campus IV durante os dois primeiros anos de funcionamento, o Prof. Lusival Antonio Barcelos, atual vice-diretor do Campus e o Sr. Armando Costa, Secretário de Serviços Urbanos da Prefeitura Municipal de Mamanguape.

Ao final do percurso investigativo, isto é, após a aplicação dos procedimentos metodológicos, com o levantamento de dados e informações e com a elaboração dos aportes teóricos do estudo, conseguimos produzir um conjunto de informações, reflexões e resultados que estão estruturados nos três capítulos que se seguem.

No Capítulo I, “Pequenas cidades e centralidade: Mamanguape centro microrregional do Litoral Norte”, discutimos as teorias conceituais e metodológicas para a investigação de pequenas cidades, bem como apresentamos o nosso entendimento sobre a cidade de Mamanguape no contexto da rede urbana. Para isso, expomos discussões teóricas e metodológicas sobre as noções de centralidade, cidades pequenas e de rede urbana na tentativa de fundamentar os conceitos adotados para este trabalho.

Esse primeiro capítulo está subdividido em duas seções. A primeira cujo título é “As cidades pequenas: uma tentativa de conceituação” fundamenta-se nos conceitos centrais da Geografia Urbana no que tange à necessidade de se investigar e compreender o que são as pequenas cidades, pois as denominações utilizadas pelos autores para se referir a elas são variadas e, juntamente com essa diversidade, são também muitas as dificuldades para o entendimento das mesmas. Por isso, a necessidade de discutir sobre as pequenas cidades e, assim, podermos discorrer com mais propriedade sobre Mamanguape, já que esta, assim como as demais do Litoral Norte, classificam-se como tais.

Na segunda seção intitulada de “Centralidade e rede urbana: algumas definições conceituais”, trazemos para a discussão o fenômeno da centralidade, tentando compreender como este se manifesta sob uma ótica microrregional. O intuito desta compreensão é para que possamos olhar para Mamanguape em sua dimensão interurbana e assim poder entender como uma cidade pequena manifesta a centralidade. Utilizamos para tal, Maia (2005, 2009), Fresca (2010), Santos (1979), Corrêa (1999, 2004), Lefebvre (1999), Villaça (2009) e Spósito (1998), entre muitos, que subsidiaram tais questões. Complementando esta discussão, analisamos também o REGIC dos anos de 1966, 1972, 1993 e 2007, observando a contextualização de Mamanguape nesses estudos e a relação que esta cidade estabelece com os diversos centros da rede urbana brasileira, em especial a paraibana, que tem como principal centro a capital João Pessoa.

No Capítulo II, “Mamanguape (PB): constituição urbana e centralidade em períodos históricos distintos”, fazemos uma análise do processo histórico de constituição do espaço urbano de Mamanguape, bem como de sua centralidade em temporalidades distintas. Este capítulo também está dividido em três seções e, em cada uma delas, apresentamos como Mamanguape se comportou em relação à centralidade no decorrer da sua constituição urbana.

Na primeira seção, intitulada de “A origem da centralidade de Mamanguape: a importância do Porto de Salema e os engenhos de açúcar”, analisamos os acontecimentos históricos acumulados no decorrer do tempo e que foram responsáveis pela constituição de Mamanguape como lugar central. A existência do escoadouro natural denominado de Porto de Salema se destaca como principal instrumento nesse processo. Mamanguape tornou-se rota de escoamento das mercadorias do próprio município, pois, neste período, a mesma era grande produtora de açúcar e seu território era tomado por engenhos; logo, a maioria da produção era escoada através do porto, como também de outras regiões. Muitas mercadorias vindas do agreste como o algodão, o açúcar e a rapadura também eram transportados pelo porto.

Na seção subsequente denominada de “A decadência econômica e a retração da centralidade”, abordamos sobre um período em que toda a pujança que a cidade vinha manifestando entra em crise, ocasionando sua decadência econômica.

E na terceira seção deste segundo capítulo, intitulada de “Retomada da centralidade a partir dos serviços e da chegada de órgãos públicos”, abordamos sobre a reconquista da função de lugar central que Mamanguape sempre desempenhou, obviamente não nos moldes do período de apogeu econômico.

É válido destacar que, na elaboração desse segundo capítulo, enfrentamos algumas dificuldades no que se refere ao levantamento bibliográfico. É muito pouca a produção literária sobre Mamanguape, todavia, alguns textos foram extremamente relevantes como “Mamanguape a fênix paraibana” de Adailton Coelho da Costa e Panorama de Mamanguape, de Adiel Rodrigues. A leitura dessas e de outras obras que não especificamente abordam sobre Mamanguape, mas sobre a Paraíba, deram o embasamento necessário para que pudéssemos compreender como foi constituída a centralidade de Mamanguape, visto que a configuração espacial que temos hoje não foi construída de um momento para outro, e sim a partir das sobreposições de todas essas temporalidades; logo, entendê-las é essencial para compreendermos a centralidade de Mamanguape nos dias atuais.

Por fim, o terceiro e último capítulo, intitulado de “A centralidade de Mamanguape sob a ótica dos arranjos espaciais: o Campus IV da UFPB – Litoral Norte”, estabelecemos uma análise sobre a centralidade de Mamanguape na contemporaneidade a partir da implantação do Campus IV – Litoral Norte e sobre as principais mudanças que ocorreram no espaço urbano da cidade após a implantação do mesmo.

Dividimos o então terceiro capítulo em duas seções. A primeira denominada de “A UFPB no Litoral Norte”, em que fazemos uma contextualização geral da importância da universidade para a microrregião e, posteriormente, abordamos especificamente sobre a unidade de Mamanguape. Nesta seção, discorremos sobre quais cursos são ofertados, como está organizada a estrutura da universidade, etc. No entanto, o objetivo principal do capítulo é analisar a centralidade de Mamanguape a partir deste novo rearranjo espacial, o ensino superior. Para tanto, foi necessário realizarmos junto ao Núcleo de Tecnologia da Informação da UFPB um levantamento sobre a origem dos alunos matriculados no Campus IV/Mamanguape. Nesse levantamento, foi detectado que, no decorrer dos anos, tem aumentado significativamente a quantidade de alunos oriundos da Microrregião do Litoral Norte e, hoje, eles são a maioria dos matriculados. Essa mudança intensificou a relação de Mamanguape com as demais cidades do entorno aumentando a sua centralidade. Sem a existência do Campus IV, um grande contingente de pessoas estaria frequentando as universidades em outros locais.

Através da aplicação do questionário, que serviu como complemento dos dados do NTI, pudemos compreender muitos elementos não mencionados pelos dados obtidos no setor de informação supracitado, a saber: a proximidade de Mamanguape com as cidades circunvizinhas

tem sido um dos principais atrativos na hora dos alunos optarem pelo Campus IV; a cidade do Litoral Norte mais distante de Mamanguape não chega a 40 km; as prefeituras dessas cidades cedem transporte para os estudantes irem até a universidade.

Esses acontecimentos trouxeram mudanças significativas em alguns setores, e estas são tratadas na segunda e última seção desse terceiro capítulo, intitulada de “O crescimento da cidade e a expansão do setor imobiliário e dos serviços”. Nesta seção, tratamos dos setores que mais sentiram os impactos com a chegada da universidade. O primeiro deles, o setor imobiliário, apresentou um grande aquecimento, e isto pode ser identificado com a grande quantidade de loteamentos criados a partir de 2006, ano de instalação do Campus IV. Com a pesquisa de campo junto à Secretaria de Serviços Urbanos, identificamos que, de 2008 a 2012, foram criados 11 loteamentos, número bastante significativo para uma cidade pequena e, principalmente, em um curto espaço de tempo.

O outro setor que apresentou relevantes mudanças pós-chegada do Campus IV foi o comércio. Mamanguape sempre teve vocação para o comércio, desde o período colonial que a cidade destacava-se na atuação deste setor; no entanto, atualmente, é sentido que o mesmo vem apresentado um considerável aquecimento e isto pode ser comprovado pelo aumento no número de empresas cadastradas, como também pela chegada de estabelecimentos de médio porte de atuação regional, como por exemplo, as Lojas Maia, Supermercado Todo Dia, entre outros. O papel desempenhado por Mamanguape no Litoral Norte e o aumento de sua visibilidade ocasionada pela chegada da universidade provavelmente foram alguns dos motivos que levaram essas empresas a se instalar na cidade. Além desses elementos, nas observações realizadas durante a pesquisa de campo, percebemos a grande movimentação de pessoas, automóveis e mercadorias no centro da cidade, onde se assenta a maioria do comércio local.

E, finalmente, outro setor que sentiu os impactos trazidos pela presença do Campus IV da UFPB foi o de os serviços educacionais, não necessariamente no nível superior. Além das escolas públicas, Mamanguape também dispõe de escolas particulares que acabam atraindo estudantes do próprio município e das demais cidades do Litoral Norte. Escolas técnicas também foram instaladas na cidade, e já está em andamento a construção do prédio onde irá funcionar a Escola Técnica Estadual. Também faculdades privadas abriram turmas de pós-graduação em nível de especialização e mestrado. Apesar desses serviços educacionais não terem uma conexão direta com a UFPB, é visível que eles foram influenciados pela presença do Campus IV,

provocando novos fluxos e intensificando a centralidade de Mamanguape na microrregião em que está inserida.

CAPÍTULO I: PEQUENAS CIDADES E CENTRALIDADE URBANA: MAMANGUAPE CENTRO MICRORREGIONAL DO LITORAL NORTE PARAIBANO

Estatisticamente, o Brasil é um país tipicamente urbano. O IBGE no Censo Demográfico de 2010 demonstrou que 84,4% da população brasileira vivem em cidades e vilas. “[...] as pessoas e os domicílios recenseados nas áreas urbanizadas ou não, correspondentes às cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) ou às áreas urbanas isoladas” (IBGE, 2010). É bastante diversificada a manifestação da urbanização em nosso país, onde podemos encontrar sedes municipais com algumas centenas de residentes e metrópoles globais com milhões de habitantes. “Historicamente, a urbanização brasileira, entendida como processo econômico e político, ocorreu de forma desigual e concentrada em relação à distribuição espacial das pessoas e dos equipamentos urbanos” (FREITAS, et al, 2006, p. 45).

Ainda nessa linha de raciocínio, Geiger (1963, p. 7) infere que os municípios brasileiros, bem como suas sedes, variam ao extremo, quanto ao conteúdo, às dimensões, à população, à dinâmica econômica política e cultural, enfim, quanto ao conjunto de elementos caracterizadores que constituem as cidades brasileiras.

Por esse e outros motivos relacionados aos condicionantes internos que as compõem, são largas as atenções para o estudo e entendimento das cidades. Mas, o que faz de uma cidade, uma cidade? É um questionamento feito por inúmeros estudiosos, porém ainda sem respostas definitivas, já que existe uma complexidade nesta definição, havendo então apenas aproximações.

Podemos dizer que as cidades podem ser vistas como um ente de muita complexidade. Portanto, uma multiplicidade de lugares e de territórios com faces, formas e nomenclaturas diversas, que se manifestam nas interações sociais, econômicas e culturais. Vista assim, a cidade é multiplicadora de interações [...], onde o conjunto de relações de poder estabelecidas no seu espaço físico lhe dá conteúdo e forma (GOMES, 2009, p. 127).

As cidades carregam em sua composição símbolos que, através de relações de caráter diferenciado, lhe configuram essas formas e conteúdos, os quais se apresentam de maneiras distintas de acordo com a realidade espacial na qual estão inseridas.

Dentre as variadas tentativas de aproximação sobre o que seria a cidade, Souza (2011, p. 27) afirma que, vista sob o ângulo do uso do solo ou das atividades que a caracterizam, é um espaço de produção não agrícola e de comércio e oferecimento de serviços. No entanto, o autor posteriormente enfatiza que não é tão simples essa caracterização, pois podem ser encontrados vestígios do rural na cidade, como por exemplo, plantações de hortaliças, verduras, legumes em espaços até então sem aproveitamento econômico; e muito do rural seria encontrado nas cidades principalmente nas áreas de transição, denominadas por alguns autores de franja rural-urbana e por outros de espaço periurbano.

A cidade constitui-se em um artefato geográfico complexo, objeto de uso herdado do passado, portanto, uma forma durável, que reúne mercados, força de trabalho, consumidores, normatizações, atores sociais, entre outros, em configurações espaciais diferenciadas, ora fragmentadas, espetaculares, complementares, adensadas, difusas etc. (CAMPOS; KRAHL, 2006, p. 94).

Mesmo não sendo nossa intenção fazer uma discussão aprofundada sobre o urbano, percebe-se a importância de levantar algumas reflexões sobre a relação deste com a cidade, pois ambos estão intrínsecos, ao menos deveriam, mesmo que encontremos realidades em que a cidade manifeste mais intensamente características do rural do que do urbano. Santos (1992, p. 241) afirma que existe uma associação conceitual entre cidade e urbano, mas que é fundamental distingui-los: a cidade é o concreto, o conjunto de redes, enfim, a materialidade visível do urbano; enquanto que este é o abstrato, porém, o que dá sentido e natureza à cidade.

Ainda nesta linha de raciocínio, Lefebvre (2008) faz uma relevante diferenciação entre a cidade e o urbano, destacando que é com a manifestação do urbano que muitos elementos, como por exemplo, a centralidade, emergem e passam a ser percebidos.

O urbano se distingue da cidade precisamente porque ele aparece e se manifesta no curso da explosão da cidade, mas ele permite considerar e mesmo compreender certos aspectos dela que passaram despercebidos durante muito tempo: a centralidade, o espaço como lugar de encontro, a monumentalidade etc. O urbano, isto é, a sociedade urbana, ainda não existe e, contudo existe virtualmente; através das contradições entre o habitat, as segregações e a centralidade urbana que é essencial à prática social, manifesta-se uma contradição plena de sentido (LEFEBVRE, 2008, p. 84).

Nessa reflexão sobre a sociedade urbana, Lefebvre (2008) afirma que atualmente há cidades totalmente urbanas, outras que estão no ponto de inflexão do agrário para o urbano e cidades que estão no ponto de implosão-explosão; e esse processo ocorre de maneira diferenciada entre as metrópoles, grandes, médias e pequenas cidades. “O presente nas cidades pequenas que estão neste processo é uma mistura entre a aceleração do tempo rumo ao futuro que se realiza ainda hoje e um passado também vivo e marcado” (HENRIQUE, 2010, p. 49).

No entanto, além dessas questões mais ideológicas, na tentativa de compreensão, são geralmente empregados outros critérios quando se pretende estabelecer a definição ou, ao menos, a tentativa de aproximação do que de fato são as cidades.

Angulo & Domínguez¹ (1991 apud BERNARDELLI, 2004) apresentam alguns critérios que podem contribuir para tal tarefa. Um desses critérios refere-se ao tamanho demográfico, sendo esse um dos indicadores mais utilizados em nível internacional, tanto pela possibilidade de permitir as comparações quanto pela simplicidade na obtenção dos dados.

Por outro lado, defini-la tendo como única base tal critério, a partir do estabelecimento de um patamar numérico qualquer, levaria a uma simplificação problemática da realidade. Por essas razões, Sposito (2008) afirma que é necessário incorporar outros indicadores que auxiliem na definição. Nesse sentido, o conjunto de papéis urbanos de uma dada cidade não se relaciona somente ao tamanho de sua população, mas também ao nível da dinâmica econômica em que se encontra na região.

Ainda dentro desse entendimento, Scarlato (1995) afirma que mais importante do que a quantidade da população na classificação do que é urbano ou rural são as atividades desenvolvidas neste espaço, pois a urbanização decorre da dinâmica econômica da região. Assim, o autor define área urbana,

[...] como todo o aglomerado permanente cujas atividades não se caracterizam como agrícolas. A grande concentração das atividades terciárias públicas e privadas do aglomerado e a forma contínua dos espaços edificados onde se dá a proximidade das habitações da população que vive dessas atividades são atributos que permitem caracterizar o termo cidade (SCARLATO, 1995, p.401).

¹ ÁNGULO, J. V. & DOMÍNGUEZ, M. J. V. **Los procesos de urbanización**. Madrid: Síntesis, 1991, 205p.

No caso do Brasil, a definição das cidades está ligada a critérios administrativos, pois toda sede de município é considerada cidade independentemente do seu contingente populacional urbano. A lei complementar nº 1 de novembro de 1967 determina alguns critérios para a criação de novos municípios. 1) população estimada superior a 10 mil habitantes ou não inferior a 5 milésimos da existente no estado; 2) eleitorado não abaixo dos 10% da população; 3) centro urbano já constituído, com número de casas superior a 200; 4) arrecadação, no último exercício de 5 milésimos da receita estadual de impostos. Os dados numéricos exigidos teriam que ser apresentados por órgão oficiais, a saber: o IBGE, Tribunal Regional Eleitoral e o órgão fazendário estadual (MAIA, 2009).

A lei supracitada no ano de 1977 sofreu emendas e alterações, passando a exigir que houvesse também uma consulta à população através de plebiscito, que o resultado fosse favorável pelo voto da maioria dos eleitores e que mais da metade desses tenham comparecido. Em 27 de junho de 1985, a lei complementar nº 49 legitima a criação de municípios ocorridos até 31 de dezembro de 1981 e, mais recentemente, a lei ordinária nº 10.521 de 18 de julho de 2002 legitima a Emenda Constitucional nº 15 de 12/09/1996, permitindo a criação de mais municípios (MAIA, 2009).

Nesse último período, mais especificamente entre 1990 e 2001, 1054 municípios foram criados no Brasil, desse total, 52 na Paraíba (o que implica respectivamente a criação de cidades) entre eles os municípios de Curral de Cima, Cuité de Mamanguape, Capim, Pedro Régis e Marcação localizados na microrregião do Litoral Norte paraibano; o que, a partir dessas emancipações, torna mais complexo e heterogêneo o quadro urbano do Brasil e por conseguinte do estado.

Esses novos municípios antes da emancipação já tinham sido reconhecidos por leis estaduais como vilas e/ou distritos (para o IBGE contabilizadas como áreas urbanas), elemento tido como exigência para a elevação destes à cidade. A seguir, apresentamos um quadro que demonstra a data de criação dos distritos e o ano de instalação de cada município do Litoral Norte, com exceção de Mamanguape, pois, todos os municípios da microrregião têm raízes territoriais advindas do mesmo. Alguns desses municípios foram emancipados há mais tempo, por exemplo, Jacaraú e Rio Tinto e deram origem também a outros municípios, respectivamente, Pedro Régis e Marcação na década de 1990.

Quadro 01 – Data da Criação do Distrito/Vila e ano de instalação dos municípios da Microrregião do Litoral Norte

Município	Data da Criação do Distrito/Vila	Ano de Instalação
Baía da Traição	20/02/08	1962
Capim	28/04/59	1997
Cuité de Mamanguape	01/01/59	1997
Curral de Cima	01/01/59	1997
Itapororoca	31/12/43	1962
Jacaraú	20/12/08	1962
Marcação	30/04/65	1997
Mataraca	21/12/08	1964
Pedro Régis	08/08/78	1997
Rio Tinto	31/12/36	1956

Fonte: IBGE, Cidades 2010.

Muitos desses municípios emancipados e suas respectivas sedes não conseguem sequer manter uma atividade econômica para desenvolvimento local, dependendo diretamente de repasses advindos da União. Ao analisar o sistema urbano nordestino, Coelho (1992) evidencia que a concentração espacial das atividades produtivas contribuiu para que haja uma enorme desarticulação do sistema de cidades no âmbito regional, com forte rebatimento nas cidades pequenas que, em sua maioria, apresentam uma estrutura urbana deficitária e convivem com sérios problemas socioeconômicos.

Para um melhor entendimento e complementação dos fatos apresentados traremos algumas reflexões sobre as cidades pequenas, pois, nossa pesquisa trata especificamente da relação de uma de maior destaque, Mamanguape, com as demais cidades pequenas que fazem parte dessa rede presente na microrregião do Litoral Norte.

1.1 Cidades pequenas: uma tentativa de conceituação

Atualmente já são mais expressivos os estudos voltados para a realidade das pequenas cidades, contudo, estes são incipientes, quando comparados aos estudos direcionados às médias e grandes cidades. No entanto, desde a institucionalização da Geografia no Brasil, alguns geógrafos

já apontavam a necessidade de realizar estudos voltados para medir a influência das pequenas cidades brasileiras sobre os meios rurais:

(...) a geografia urbana não se limita ao estudo das grandes capitais: cidades pequenas apresentam tanto interesse quanto as colmeias urbanas modernas e é quase sempre mais difícil precisar seu mecanismo e o ritmo calmo de sua vida, do que analisar as rodas bem lubrificadas correndo a tóda velocidade em metrópoles imponentes (MONBEIG, 1943, p. 9).

Desde então, foi crescente os estudos direcionados para a realidade destas cidades, mas ainda com grandes lacunas teóricas e metodológicas. Bacelar (2003, p.01) ao estudá-las aponta os principais critérios utilizados na definição das pequenas cidades:

[...] ao observarmos as principais obras sobre a temática, percebemos que se criaram vários critérios de delimitação e classificação para várias classes e tamanhos de cidades, mas as pequenas cidades são, em geral, englobadas em um “limbo” conceitual e epistemológico, ou são genericamente denominadas de pseudocidades, áreas de “resistência” como exposto em Santos (1979, 1996, 2001) e reafirmado por Oliveira e Soares (2000), municípios rurais para Veiga (2001), ou mesmo de cidades rurais como em Abramovay (2000). A classificação mais “branda” é do IBGE (2000) que as denomina apenas de cidade, pois para este órgão oficial do governo federal, é considerada cidade, não importando o número de habitantes, desde que sua população esteja agrupada em locais, considerados por este órgão, urbanos.

As denominações utilizadas pelos autores para se referir a essas cidades são variadas e, juntamente com essa diversidade, são muitas também as dificuldades para o entendimento das mesmas. De acordo com Soares, essas conceituações (2009, p.117) “[...] passam pela diversidade da realidade sócio-espacial brasileira e das próprias pequenas cidades bem como pela carência de parâmetros de definição e metodologias”.

Um dos parâmetros bastante utilizados na classificação das cidades relaciona-se ao critério populacional, como já foi enfatizado. Maia (2009, p.145) afirma que regularmente as cidades são classificadas em pequenas, médias e grandes, tendo como base o contingente populacional. Aquelas que possuem até 20 mil habitantes são consideradas pequenas; acima desse montante, seriam classificadas como cidades médias; já aquelas com mais de 500 mil habitantes seriam consideradas cidades grandes.

Ao tratar sobre as cidades da Paraíba, Maia (2005) compreende que:

[...] para análise da cidade e do urbano na Paraíba não se pode deter aos dados estatísticos, uma vez que há uma imensa discrepância no significado do termo zona urbana adotado pelos registros oficiais como também da própria realidade brasileira e, particularmente, do que se pode chamar de rede urbana paraibana. Lembremos que os registros oficiais obedecem às divisões administrativas, portanto, quando se contabiliza população urbana, significa a contagem da população residente nas sedes dos municípios e dos distritos, ou a população residente das cidades e das vilas (MAIA, 2005, p. 05).

Percebe-se que essa autora, assim como Fresca, (2010) e Gomes (2009), chamam a atenção para o fato de que o número de habitantes como variável utilizada resultará em considerar cidades com populações similares como sendo pequenas, mas não levarão em conta as especificidades de cada uma delas. Não permitirão que se entendam as diferentes inserções de cada núcleo urbano nas redes ou região, impedindo que se compreendam seus papéis, suas áreas de influência, suas integrações internas e externas às redes, dentre outros aspectos fundamentais para a consideração de uma cidade como sendo pequena.

Silva et al (2009), ao tratar sobre as pequenas cidades potiguares, afirma como sendo insuficientes as concepções teóricas para a construção de um entendimento do que seja a pequena cidade, devido à complexidade que elas apresentam. Segundo esses autores, para uma maior aproximação da realidade das mesmas, estas devem ser analisadas e, portanto, compreendidas a partir das relações estabelecidas no contexto urbano regional em que se encontram, principalmente levando em consideração sua participação na divisão territorial do trabalho, uma vez que o entendimento da pequena cidade sugere a análise do processo de produção do espaço em sua totalidade.

Para deixarmos mais claro a compreensão, tomemos o exemplo de Alegre (1970) que estudou sobre a temática levando em consideração as realidades do centro-sul do país:

É possível encontrar-se aglomerações com bom equipamento urbano e atividades caracteristicamente urbanas da maioria dos moradores, sem, todavia, possuir 10 mil habitantes. E o inverso também é verdadeiro. [...] além disso, a própria localização do núcleo altera sua definição. Alguns núcleos de 3 ou 4 mil habitantes, localizados nas imediações de Presidente Prudente, não têm grande importância sendo apenas peças secundárias no conjunto. Mas nas vastas porções quase despovoadas do Centro-Oeste ou do Norte, centros menores são extremamente importantes para a região (ALEGRE, 1970, p.160).

O exemplo apresentado ratifica o que Silva et al (2009) e outros autores defendem: levar em consideração o contexto-regional em que a cidade está inserida, e não apenas fatos isolados como, por exemplo, os demográficos; dessa maneira, podemos afirmar que são grandes as chances de erro ao tentar definir e entender uma cidade, em especial as pequenas, a partir apenas de seu contingente populacional ou de seu entorno imediato.

Acerca da diversidade dos espaços urbanos, Fresca (1990) faz uma análise para o entendimento das singularidades no que tange às cidades pequenas, pois:

[...] um lugar não pode acolher nem todas, nem as mesmas variáveis. E quando as acolhe, as combina de maneira singular embora muitas vezes as variáveis sejam comuns a vários lugares. Há, pois, uma receptividade específica de cada lugar em relação aos processos emanados do momento da totalidade social (FRESCA, 1990, p. 212).

Assim, entende-se que, apesar das cidades pequenas agregarem determinadas especificidades, a movimentação teórica deve ser articulada a processos mais largos de compreensão do real e que envolvam a discussão de rede urbana, como considera Fresca (1990; 2001).

Milton Santos, ao se referir a essas cidades nos países subdesenvolvidos, denominou-as de “cidades locais” e defende também que aceitar um número mínimo populacional para caracterizá-las é incorrer em uma generalização perigosa. Assim, define cidade local “[...] como aglomeração capaz de responder às necessidades vitais mínimas, reais ou criadas, de toda uma população, função esta que implica uma vida de relações [...]” (SANTOS, 1979, p. 71).

O autor, ao utilizar esse termo, direciona-se principalmente às cidades que estão na base e que passaram por uma mudança tecnológica no campo, afetando a organização espacial das mesmas; no entanto, é necessário compreender que esta era a mudança mais perceptível na década de 1970/80. Assim, podemos deduzir que o autor defende que as cidades locais nascem ou se desenvolvem como uma resposta a novas necessidades, independentemente de ser relacionadas à modernização do campo ou não, principalmente no domínio do consumo e que passam a gerar demandas e a se prover de serviços públicos, comércio e serviços, capital, informações, saúde, educação, esperanças, entre outros (SANTOS, 1979, p. 72).

Maia (2009) vê como feliz a nomenclatura de “cidades locais” para aqueles que, mesmo distante de uma absorção tecnológica, apresentariam uma dinâmica a partir das atividades ali

desenvolvidas, apesar de sua abrangência contemplar apenas os limites intermunicipais ou a de municípios circunvizinhos.

Pereira (2007), em sua tese sobre cidades médias no norte de Minas, discorre sobre as características das pequenas cidades, fazendo uma abordagem sobre elas e caracterizando esses pequenos centros como áreas de pouca capacidade de oferecimento de serviços, mesmo os básicos, ligados à saúde, à educação e à segurança; com baixa articulação com as cidades do entorno; atividades econômicas quase nulas, como predomínio de trabalho ligado aos serviços públicos e a predominância de atividades caracterizadas como relacionadas ao rural.

Assim sendo, a cidade local responde apenas às necessidades mínimas criadas pela população; ou seja, sua função básica tem sido a de suprir as necessidades da zona rural que está em seu entorno. (SILVA et al, 2009). É certo que, no Litoral Norte paraibano, a maioria das pequenas cidades tem essa característica, no entanto, não devemos aplicar essa caracterização a todas as realidades. Em algumas, por exemplo, Mamanguape, dentro da configuração estudada, apresenta características que se destacam ao compará-la com as demais, em especial no que se refere à economia, que apresenta uma maior dinâmica, e a oferta de serviços que tem alcance microrregional, o que faz com que ganhe grande significado no cenário urbano estadual.

Tentando justificar essa heterogeneidade existente entre as cidades pequenas, que se tornou ainda mais complexa devido, em especial, às mudanças processadas no campo, a partir da segunda metade do século XX, com a inserção da modernização agrícola e econômica, Corrêa (2004) classifica esses núcleos em quatro tipos:

I- Prósperos lugares centrais em áreas agrícolas nas quais a modernização não afetou radicalmente a estrutura fundiária e o quadro demográfico. Esses centros distribuem produtos para as atividades agrícolas e para população, que tem nível de demanda relativamente elevado. A prestação de serviços também é importante. Podem, em muitos casos, realizar o beneficiamento da produção agrícola. O Oeste catarinense fornece bons exemplos desses lugares centrais.

II- Pequenos centros especializados. A modernização do campo esvaziou a hinterlândia desses centros, mas capitais locais ou de fora foram investidos em atividades industriais, via de regra uma ou duas, que garantem a permanência da pequena cidade que, em alguns casos, pode mesmo crescer econômica e demograficamente. O Oeste paulista e o norte paranaense apresentam inúmeras cidades que se enquadram nesse tipo.

III- Pequenos centros transformados em reservatórios de força de trabalho ou que assim nasceram. No primeiro subtipo, o esvaziamento do campo gerou a perda de inúmeras funções centrais, resultou em centros habitados por assalariados rurais com emprego temporário. O Oeste paulista é rico em exemplos desse subtipo, que ocorre, por exemplo, na Amazônia Oriental, resulta

de um processo de concentração da força de trabalho, os “peões”, que é assim confinada em pequenos e pobres lugares.

IV- Pequenos centros em áreas econômica e demograficamente esvaziadas por um processo migratório que desequilibra ainda mais uma estrutura etária, afetando ainda a proporção dos sexos. A renda da cidade é, em grande parte, procedente de emigrantes que mensalmente enviam escassas sobras de recursos aos familiares que permaneceram, ou procedentes de aposentadorias de trabalhadores agrícolas. A pobreza desses centros, frequentes no Nordeste, contrasta com a prosperidade dos centros do primeiro tipo (CORRÊA, 2004, p.75).

A partir do posicionamento do autor, fica evidente a variedade de tipos urbanos que, se fôssemos levar em conta apenas o critério demográfico, provavelmente todas estariam inseridas em um mesmo nível. Soares (2009), ao analisar a proposição de Corrêa, nos alerta afirmando que, além desses quatro tipos, outros são esperados em função das especificidades dos processos espaciais e dadas a dimensão e complexidade do território brasileiro.

Endlich (2006), em sua tese de doutorado, discute também a dificuldade de diferenciar os tipos existentes dentro desta escala de cidades, pensando em um novo subtipo diferente dos que Corrêa (2004) apresentou.

Os pequenos centros urbanos não são iguais entre si, pois possuem conteúdos diferentes que em alguns casos geram relações hierárquicas entre elas. Cidades com atividades comerciais e equipamentos de serviços públicos e privados um pouco mais diversificados funcionam como polos microrregionais (ENDLICH, 2006, p.52).

Mamanguape, assim como muitas cidades espalhadas pelo cenário urbano brasileiro, não pode ser enquadrada apenas como um pequeno centro de alcance mínimo, apesar de estar no limiar populacional de classificação como pequeno. Por esse motivo, muitos autores defendem a ideia de que, para a compreensão e definição da pequena cidade, é necessário se observar com afinco o contexto urbano regional em que a mesma está inserida, como pudemos observar anteriormente, mas agora ratificado pela assertiva de Gomes (2009).

No nosso modo de pensar, a pequena cidade deve ser analisada e compreendida a partir das relações que são estabelecidas no contexto urbano regional em que se encontra, isto é, o que vai realmente definir a pequena cidade é sua participação na divisão territorial do trabalho, uma vez que o entendimento da pequena cidade sugere a análise do processo de produção do espaço em sua totalidade; atitude essa que certamente não perderá de vista a lógica da

construção e reprodução das pequenas cidades como espaços, também de produção e reprodução do capital (GOMES, 2009, p.130).

Outro ponto importante deve ser observado: o fato de que a cidade, enquanto resultado do fenômeno de urbanização, se formou de maneira distinta para cada povo que habita as diferentes partes do globo. Ou seja, o fenômeno urbano não se configura de maneira linear nas diversas partes do mundo no decorrer da história, apresentando, assim, características próprias para cada local em que ainda se processa (MENDONÇA; GONÇALVES, 2010).

Dessa maneira, poderíamos insistir no erro caso quiséssemos enquadrar o nosso objeto de estudo dentro de metodologias que foram realizadas em outras regiões e realidades. Ao compararmos, é possível notar que uma pequena cidade nordestina e uma pequena cidade do Sul do país, mesmo apresentando muitas similaridades, são bastante distintas devido a todos esses fatores mencionados. E mesmo nos referindo ao universo das pequenas cidades paraibanas, encontraremos também particularidades relevantes.

Vamos tomar como elemento para uma demonstração inicial um panorama populacional das cidades paraibanas. No censo demográfico 2010, a Paraíba contava com um total de 223 municípios, conseqüentemente cidades.

As informações da tabela 01 deixam explícita a variedade, no caso populacional, das cidades paraibanas. Apenas uma cidade possui mais de 500 mil habitantes, a capital João Pessoa, e a maioria expressiva configura-se com população inferior a 10 mil habitantes.

Tabela 01 – Número de cidades do estado da Paraíba por número de habitantes em 2010

Nº de Cidades com população de mais de 500 mil hab.	Nº de Cidades com população entre 100 e 500 mil hab.	Nº de Cidades com população entre 50 e 100 mil hab.	Nº de Cidades com população entre 20 e 50 mil hab.	Nº de Cidades com população entre 10 e 20 mil hab.	Nº de Cidades com população inferior a 10 mil hab.
1	2	4	10	15	188

Fonte: IBGE, 2010.

Em síntese, as pequenas cidades do Brasil, entendidas com espacialidades que compõe a totalidade do espaço brasileiro, na condição de partes integrantes e interagentes, são marcadas pela diversidade (SOARES, 2009, p. 123).

Trazendo essa análise para o Litoral Norte, iremos encontrar 08 cidades com menos de 10 mil habitantes, 02 cidades entre 10 e 20 mil habitantes e apenas 01 cidade entre 20 e 50 mil habitantes. Observe a tabela 02.

Tabela 02 – População urbana residente na sede dos municípios da Microrregião do Litoral Norte em 2010

Cidade	População Urbana Residente na Sede do Município	População Total do Município
Baía da Traição	3.092	8.012
Capim	3.506	5.601
Cuité de Mamanguape	2.069	6.202
Curral de Cima	473	5.209
Itapororoca	10.856	16.997
Jacaraú	7.024	13.942
Mamanguape	32.727	42.303
Marcação	2.028	7.609
Mataraca	5.860	7.407
Pedro Régis	2.148	5.765
Rio Tinto	11.859	22.976

Fonte: IBGE, 2010.

Utilizar-se unicamente do contingente populacional para tirar conclusões é arriscado, no entanto, no Litoral Norte, há certa correspondência entre o baixo índice populacional e a pouca dinâmica urbana. A cidade que apresenta o número populacional mais expressivo da microrregião é Mamanguape e, neste caso, também a que apresenta uma maior dinâmica em relação às demais.

Podemos afirmar que, para entender de maneira mais específica as pequenas cidades, é necessário compreender também como se realiza o sistema de interações e relações entre as mesmas a partir da análise da rede urbana regional. Santos (1994) defende que as cidades têm suas particularidades, o que não significa dizer que elas sejam isoladas; há uma inter-relação que se materializa através dos centros de consumo, de comercialização de serviços, de transporte e de distribuição, podendo em muitos casos se posicionarem como centros de pequena escala, de manufaturas de difusão de inovações e de interação social.

Dentro dessa perspectiva, acredita-se que Mamanguape (PB), apesar de ser compreendida com uma cidade pequena, desempenha uma função de centro dentro da microrregião do Litoral Norte desde épocas passadas, sendo regulamentada de acordo com os processos históricos ocorridos.

1.2 Centralidade e rede urbana: algumas definições conceituais

Em virtude de as cidades serem um reflexo condicionante social, local da reprodução do capital e da sociedade, deve-se salientar que estas apresentam várias facetas e, conseqüentemente, devem existir várias maneiras de analisar o espaço urbano. Primeiramente, este espaço pode e deve ser estudado sob um viés interno. Outra forma de ser analisada refere-se às relações e articulações que uma específica cidade mantém com outra(s). Trata-se de entender qual é o papel de determinada cidade, seja em um contexto regional, nacional ou global (CORRÊA, 1999).

Endossando essa compreensão, Spósito (1998), ao tratar sobre a temática, afirma que a centralidade pode ser abordada na escala intraurbana e a da rede urbana. No primeiro nível, toma-se como referência o território da cidade ou da aglomeração urbana, a partir de seu centro ou de seus centros. No segundo nível, a análise adota como referência a cidade ou aglomeração urbana principal em relação ao conjunto de cidades de uma rede; essa, por sua vez, pode ser vista em diferentes escalas e formas de articulação e configuração, de maneira que se possam compreender os papéis da cidade central.

A partir do posicionamento da autora, podemos entender que além da centralidade intraurbana que é parte inerente de uma cidade, independentemente de seu tamanho, pode-se analisar a centralização de uma cidade levando em consideração a relação desta com outras que estão em um determinado contexto regional. Nesse sentido, não se analisam apenas o raio de abrangência do centro administrativo e comercial da cidade dentro dos limites político administrativos da mesma, mas, esta como um todo, inserida e interconectada em uma rede.

Ao discutir sobre o conceito de centralidade, Lefebvre (1999) a define como elemento essencial do fenômeno urbano e estabelece duas dimensões dialeticamente opostas: uma social, composta de relações; e outra espacial, pois, para este autor, o urbano não existe sem a dimensão material.

Um dos primeiros estudiosos a se dedicar ao estudo das redes urbanas, sob um ponto de vista mais geográfico, foi Walter Christaller (1966), que elaborou a teoria das localidades centrais, baseada na construção de um modelo que explica a dinâmica e o comportamento dos centros urbanos e defende que cada localidade detém uma influência em seu entorno, galgada na disponibilidade e na oferta de bens e serviços. Os centros urbanos capazes de exercer “centralidade” eram denominados “lugares centrais” e essa “centralidade” de que dispõem é

proveniente de seus papéis como centros distribuidores de bens e serviços, ou seja, é resultante das “funções centrais” que tais centros são capazes de desempenhar em seu entorno ou área de influência, gerando, conseqüentemente, uma diferenciação de caráter hierárquico, determinada a partir do alcance espacial.

Apesar das ideias de Christaller (1966) datar de um período histórico e contexto regional diferente, já que o mesmo tratava de cidades do sul da Alemanha, muitos estudiosos ainda recorrem a sua teoria, com as devidas reformulações e adaptações, para compreender as interligações existentes entre as cidades. Silva (2010), baseado nessas ideias, defende que a característica principal de uma cidade é a de ser um centro de uma região, ou seja, ela é um lugar central, podendo assumir diversas dimensões (grandes, médios e pequenos lugares centrais).

No Brasil, Roberto Lobato Corrêa é um dos geógrafos que se dedicou ao estudo das redes urbanas. Ele recorre a inúmeros geógrafos, inclusive ao Christaller. Ao revisita-los, contudo, apresenta suas críticas e reformulações até chegar à definição de rede urbana, definindo-a como um conjunto funcionalmente articulado de centros urbanos e suas hinterlândias (CORRÊA, 1999, 2006). Complementando a ideia de Corrêa, Souza (2011) afirma que:

[...] seja no interior de um país, seja em escala planetária, nenhuma cidade existe totalmente isolada, sem trocar informação e bens com o mundo exterior; caso contrário, não seria uma cidade. De maneira muitíssimo variável no que concerne ao tipo de fluxos, todas as cidades se acham ligadas entre si no interior de uma rede – no interior da rede urbana (SOUZA, 2011. p.50).

Atualmente, em virtude das mudanças e complexidade do longo processo de urbanização e também do próprio processo de globalização, vêm ocorrendo profundas reestruturações na rede urbana. Há que se reconhecer uma notória reestruturação das relações entre as cidades, e ainda entre as próprias redes urbanas, como resultado da redefinição dos papéis exercidos pelos distintos centros e pelos, igualmente, distintos segmentos de redes urbanas (SPOSITO, 2011).

Estudar a rede urbana evitando conceitos e critérios consolidados tais como “cidade-polo” ou outras formas de hierarquia urbana foi, e é, um desafio, afinal é necessário alguma forma de agrupamento que possibilite entender não só cada cidade em si, mas suas inter-relações como um conjunto (SHOR e OLIVEIRA, 2011).

Por esse motivo, ao discutir rede urbana, é relevante que tratemos também da hierarquia dentro dessa rede, não nos moldes sistemáticos apresentados em épocas passadas, mas

reconhecendo que o espaço geográfico, e em especial as cidades, são um espaço de produção do capitalismo, por isso são classificadas de acordo com o nível de acumulação e complexidade, ocupando, assim, posições diferenciadas dentro da rede urbana.

Dentre muitas conceituações, a hierarquia entre cidades, “[...] caracteriza-se pela existência de níveis estratificados de localidades centrais, nos quais os centros de um mesmo nível hierárquico oferecem um conjunto semelhante de bens e serviços e atuam sobre áreas semelhantes no que diz respeito à dimensão territorial e ao volume de população”, como aponta Corrêa (1988, p. 61). E ainda na perspectiva de como é produzida essa hierarquia, Corrêa (1989, p.20-21) ressalta que:

com o capitalismo, o processo de diferenciação das cidades se acentua, aí incluindo-se a hierarquização urbana: a criação de um mercado consumidor, a partir da expropriação dos meios de produção e de vida de enorme parcela da população, e a industrialização levam a expansão da oferta de produtos industriais e de serviços. Esta oferta, por sua vez, se verifica de modo espacialmente desigual, instaurando-se então a hierarquia das cidades. Esta por sua vez, suscita ações desiguais por parte dos capitalistas e do Estado: daí o interesse em compreender a sua natureza.

Como não são todas as cidades que dispõem da oferta de produtos industriais e serviços, as que detêm acabam destacando-se na rede em que estão inseridas, acentuando a sua centralidade em detrimento das demais. Atualmente, verifica-se a multiplicação de áreas centrais e a observação dessa tendência pode ser reconhecida como resultado de uma lógica que passou a orientar a constante dinâmica de reestruturação das cidades brasileiras. A multiplicação de áreas de concentração de atividades comerciais e de serviços revela-se através de nova espacialização urbana, permitindo-nos identificar o conceito de centro prevalentemente à dimensão espacial da realidade. Em outras palavras, o reconhecimento da multiplicação de áreas centrais de diferentes importâncias e papéis funcionais pode se dar através da observação da localização das atividades comerciais e de serviços (SPOSITO, 2001).

Ainda partindo do posicionamento sobre a centralidade exercida pelas cidades, Burns² (1997, apud SILVA, 2010, p. 95) infere que não é possível que todos os bens e serviços sejam oferecidos em todas as localidades centrais, fazendo decorrer daí a estrutura da hierarquia no

² BURNS, E. K. Nested hexagons: central place theory. In: HANSON, S. **10 geographic ideas that changed the world**. New Brunswick: RutgersUniversity Press, 1997.

sentido de que os bens e serviços com limiares e alcances diferenciados serão oferecidos em centros de níveis hierárquicos diversificados (pequenos, médios e grandes).

Souza (2011) também faz inferências sobre a centralidade urbana:

Toda cidade é, do ponto de vista geoeconômico, isto é das atividades econômicas vistas a partir de uma perspectiva espacial, uma localidade central, de nível maior ou menor de acordo com a sua centralidade – ou seja, de acordo com a quantidade de bens e serviços que ela oferta, e que fazem com que ela atraia compradores apenas das redondezas, de uma região inteira ou, mesmo, de acordo com o nível de sofisticação do bem ou serviço, do país inteiro e até de outros países (SOUZA, 2011, p. 25).

O autor supracitado reafirma que as condições relacionadas à oferta de bens e serviços influem diretamente na atração de pessoas para o consumo desses elementos, e o alcance dessa atração depende da quantidade e do nível de sofisticação deste bem ou serviço. Estes serviços podem ser de naturezas variadas: comércio, rede bancária, instituições educacionais (escolas, cursos profissionalizantes, de línguas, preparatórios, universidades etc.).

Partindo dos posicionamentos anteriores, percebe-se que existe uma relação estreita entre a centralização com a demanda de bens e serviços que este lugar central pode oferecer, e que o raio de influência/atração destes serviços tem escalas e intensidades variadas, o que permite afirmar que não apenas as grandes cidades detenham a capacidade de centralizar.

Dentro desta perspectiva, surge a premissa de que cidades em níveis hierárquicos menores podem também desempenhar centralidades intraregionais, no entanto, é necessário que haja uma observação analítica detalhada, que permita ir além das informações, muitas vezes, engessadas por estatísticas, classificações hierárquicas etc., escurecendo a realidade de alguns espaços que desempenham relativa importância dentro de contextos regionais diferenciados. Como afirma Corrêa (1988, p. 113):

[...] é conveniente apontar que uma classificação funcional de cidades, não deve, apenas, descrever a divisão territorial do trabalho, mas também, indicar que papéis cumprem a cada cidade de uma dada rede urbana no processo de criação, apropriação e circulação do valor excedente.

A classificação das cidades em uma rede urbana, como afirma Corrêa (1988), é influenciada principalmente pela divisão territorial do trabalho, o que inclui também as ofertas de

bens e serviços de naturezas variadas. No Brasil, o IBGE começou a realizar estudos mais densos sobre a rede urbana no ano de 1966, com o estudo Divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas (IBGE, 1972), o qual tinha o objetivo de conhecer os relacionamentos entre as cidades brasileiras com base na análise dos fluxos de bens e serviços.

Nos anos de 1978, 1993 e 2007, novos levantamentos foram realizados, agora, denominados Regiões de influências das cidades – REGIC, com o intuito de permitir comparações intertemporais; vale salientar que as publicações das pesquisas citadas ocorreram respectivamente em 1986, 2000 e 2008. “Todas foram operacionalizadas com base na definição de um rol de bens e serviços que, medidos a origem da procura, traduziram a diferenciação entre as localidades centrais e ofereceram condições para que fosse estabelecida a escala hierárquica dos centros” (IPARDES, 2009, p. 05).

No REGIC de 2007, o IBGE utilizou um tipo de metodologia de investigação para os grupos de cidades que foram classificadas como centros de gestão do território que, segundo Corrêa (1995), caracteriza-se como aquelas cidades onde se localiza uma grande diversidade de órgãos do Estado e sedes de empresas, a partir das quais são tomadas decisões que afetam diretamente ou indiretamente um dado espaço. E outra para as cidades que não foram identificados como centros de gestão (IBGE, 2008). O levantamento direcionado a esse último grupo de municípios tinha como objetivo investigar:

1) as principais ligações de transportes regulares, em particular as que se dirigem aos centros de gestão; e 2) os principais destinos dos moradores dos municípios pesquisados para obter produtos e serviços (tais como compras em geral, educação superior, aeroportos, serviços de saúde, bem como os fluxos para aquisição de insumos e o destino dos produtos agropecuários) (IBGE, 2008, p. 09).

Esses levantamentos permitiram ao IBGE apresentar como se organiza a rede urbana brasileira, onde foram classificados os centros e as suas respectivas áreas de atuação, avaliando principalmente os níveis de centralidade do Poder Executivo e do Judiciário, na instância federal, e de centralidade empresarial, bem como a presença de diferentes equipamentos e serviços.

O levantamento das ligações entre as cidades permitiu delinear suas áreas de influência e esclarecer a articulação das redes no território. Verificou-se que o conjunto de centros urbanos com maior centralidade – que constituem foco para outras cidades, conformando áreas de influência mais ou menos extensas – apresenta algumas divergências em relação ao conjunto dos centros de gestão do

território. Neste último, há casos de atuação restrita ao próprio território municipal, exercendo funções centrais apenas para a população local. Inversamente, há cidades não classificadas como centro de gestão do território cuja centralidade foi identificada a partir do efeito polarizador que exercem sobre outras. A hierarquia dos centros urbanos assim identificados levou em conta a classificação dos centros de gestão do território, a intensidade de relacionamentos e a dimensão da região de influência de cada centro, bem como as diferenciações regionais (IBGE, 2008, p. 9).

Como podemos observar fica claro a complexidade em classificar os nós da rede urbana devido a essa heterogeneidade existente entre as cidades brasileiras, pois, podemos encontrar umas que não são centros de gestão do território, mas indicam um efeito polarizador sobre outras cidades/municípios; e outras que são classificadas como tal, mas apenas influenciam o seu entorno imediato.

Dessa maneira, o paradoxo que encontramos no Brasil, quando se trata de rede urbana, reforça ainda mais a ideia da necessidade de se levar em conta vários elementos quando se pretende analisar o poder de centralidade que uma determinada cidade exerce e, destacamos aqui, como sendo uma das preocupações mais relevantes à compreensão do contexto regional em que a cidade está inserida.

Um acontecimento recente e que pode trazer mudanças na configuração urbano-regional do Litoral Norte foi a criação da Região Metropolitana do Vale do Mamanguape através da Lei Complementar Estadual N° 116, de 21 de Janeiro de 2013. A região ficou integrada pelos municípios de Baía da Traição, Marcação, Mataraca, Cuité de Mamanguape, Curral de Cima, Pedro Regis, Jacaraú e Itapororoca, como consta no Diário Oficial da Paraíba de janeiro de 2013, em anexo. O intuito principal da criação da região metropolitana é facilitar a integração dos municípios e fortalece-los no que se refere à destinação de recursos, projetos, ações e políticas públicas de governo. Com a integração de cidades limítrofes, pretende-se facilitar a administração de problemas comuns cujas soluções convergem para a cidade polo, que geralmente não tem suporte financeiro para atender às demandas.

Outro interesse na criação destas regiões³ é facilitar a celebração de convênios entre o Governo do Estado e os municípios paraibanos, como também viabilizar o planejamento conjunto e o recebimento de recursos nos âmbitos federal e estadual. Queremos chamar atenção para o fato

³Outras regiões metropolitanas foram criadas na Paraíba nos últimos três anos: as de Guarabira e Patos em 2011, as de Cajazeiras, Esperança, Barra de Santa Rosa e Piancó em 2012, e as de Mamanguape, Sousa, Itabaiana e Araruna em 2013.

de que essas regiões recém-criadas não têm as características do que seria uma região metropolitana que, de acordo com Braga e Carvalho (2004, p. 08), “[...] é um aglomerado urbano composto por vários municípios administrativamente autônomos, mas integrados física e funcionalmente, formando uma mancha urbana praticamente contínua [...]”.

As modificações promulgadas pela Constituição Federal de 1988, que no seu Artigo 25, § 3º passou a delegar aos estados a institucionalização de Regiões Metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, influenciaram bastante para que os governos estaduais passassem a criar, de forma aleatória, regiões metropolitanas sem considerar ou verificar as relações e as conexões entre as cidades instituídas, atendendo na maioria das vezes apenas aos interesses desses governos (IPEA, 2010). Apesar das deficiências de cunho teórico-conceitual no que é institucionalizado por região metropolitana no Brasil, temos que reconhecer o papel relevante que muitas dessas aglomerações têm no contexto da rede urbana em que estão inseridas.

A Região Metropolitana de Mamanguape será administrada por um Conselho Administrativo composto pelo Governador do Estado e os Prefeitos dos municípios integrantes e compete a este conselho:

- I - estabelecer política e diretrizes de desenvolvimento;
- II - elaborar Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana do Vale do Mamanguape;
- III - estimular a ação integrada dos agentes públicos envolvida na execução das funções públicas que envolvam interesses comuns, sobretudo no campo da educação, cultura e saúde;
- IV - convocar audiências públicas, a cada 6 (seis) meses, para expor suas deliberações referentes aos estudos e planos em desenvolvimento, como também prestar contas relativas à utilização dos recursos públicos aplicados;
- V - elaborar seu regimento interno;
- VI - deliberar com a presença da maioria absoluta dos seus integrantes, havendo empate, o Presidente terá direito a voto, para efeito de desempate (DIÁRIO OFICIAL DA PARAÍBA, 2013, p. 01, em anexo).

Fica claro que o intuito da criação da Região Metropolitana do Vale do Mamanguape tem o cunho principalmente político-administrativo, no entanto, o seu surgimento em longo prazo poderá solidificar mais ainda o papel central que Mamanguape tem em sua microrregião, pois, por ser a sede da região, será a mais beneficiada no que se refere à criação de órgãos de interesse público o que consequentemente atrairá populações.

Por ainda ser uma deliberação recente, não podemos fazer uma análise mais profunda dos impactos trazidos por essa criação; dessa maneira, seguiremos com a análise de Mamanguape nos REGICs que dão uma relevante contribuição no entendimento da centralidade da mesma no decorrer do tempo.

1.2.1 Mamanguape e o REGIC

Como pudemos observar, o IBGE até o momento realizou quatro trabalhos sobre as regiões de influência das cidades e, apesar de cada estudo ter utilizado metodologias diferenciadas, estes nos permite a comparabilidade entre os períodos e, assim, compreender a dinâmica da rede urbana brasileira no decorrer do tempo. Para facilitar a compreensão, apresentamos um quadro com os níveis hierárquicos de cada REGIC a fim de podermos realizar a comparabilidade entre os mesmos.

Quadro 02 – Denominação hierárquica dos centros da rede urbana brasileira nos estudos do REGIC, no período de 1966 a 2007

REGIC 1966	REGIC 1978	REGIC 1993	REGIC 2007
Denominação	Denominação	Denominação	Denominação
Grande Metrópole Nacional	Metrópole Nacional	Máxima	Grande Metrópole Nacional
Metrópole Nacional	-----	Máxima	Metrópole Nacional
Centro Metrop. Regional	Metrópole Regional	Máxima	Metrópole
Centro Macrorregional	Centro Submetropolitano	Muito Forte	Capital Regional A
Centro Regional A	Capital Regional	Muito Forte	Capital Regional B
Centro Regional B	-----	Forte	Capital Regional C
Centro Sub-Regional A	Centro Sub-Regional	Forte para médio	Centro Sub-Regional A
Centro Sub-Regional B	-----	Médio	Centro Sub-Regional B
Centro Local A	Centro de Zona	Médio para fraco	Centro de Zona A
Centro Local B	-----	Fraco	Centro de Zona B
Centro local	Centro Local	Muito Fraco	Centro Local

Fonte: IBGE, 2008.

Com as informações do quadro 04, observamos que em alguns REGICs as quantidades de níveis hierárquicos são mais numerosas; ocorre também a mudança de algumas nomenclaturas para representar um mesmo nível hierárquico. Para facilitar a visualização, destacamos no quadro com negrito as posições ocupadas por Mamanguape nesses estudos e fizemos uma leitura dessas classificações, o que contribuirá para a compreensão da dinâmica exercida pela cidade dentro da rede em que está inserida e, assim, termos mais propriedade para analisar sua centralidade.

No estudo de 1966, Mamanguape foi classificada como **Centro Local B**. Neste ano, os resultados foram alcançados por meio de questionários que foram aplicados em todos os municípios com população superior a 10.000 habitantes e tinha como foco a identificação dos lugares onde a população do município buscava bens e serviços não ofertados naquele município. Tal questionário apresentava-se dividido em quatro capítulos: I – Atividade agrícola e extrativa vegetal; II – Pecuária; III – Atividade comercial; e IV – Saúde, educação, estabelecimentos bancários, transporte e comunicações. Na seção que tratava da centralidade, foram utilizados os quesitos do questionário que se referiam à distribuição de produtos industriais (atacado, varejo, produtos finos e especializados, produtos para a economia agrária); distribuição de serviços (bancários, hospitalar, médicos especializados e ensino); e localização dos assalariados externos na atividade industrial, de modo a identificar o equipamento funcional das cidades e a definir suas áreas de influência, com vistas a determinar as redes urbanas do Brasil (IBGE, 1972).

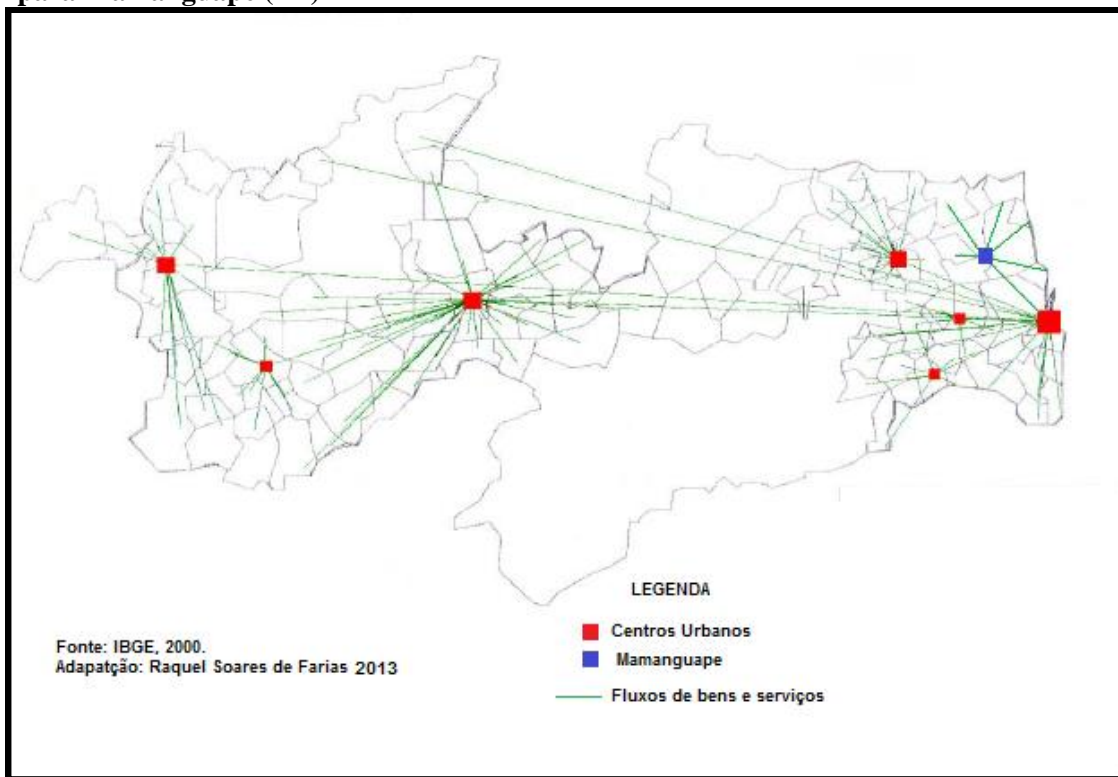
No REGIC de 1978, as categorias não eram tão numerosas como as do estudo anterior e Mamanguape foi classificada como **Centro de Zona**. Para o estudo de 1978, foram pesquisadas as 1416 sedes municipais que dispunham de atividades que as capacitavam a exercer centralidade, além de seus próprios limites municipais, ou que tinham sido definidos como os centros de mais baixo nível hierárquico na pesquisa anterior. O questionário realizado investigou, para bens e serviços de baixa complexidade, o município de procedência das pessoas que procuram cada uma das cidades pesquisadas; e para bens e serviços de média a elevada complexidade, a que municípios os moradores das cidades pesquisadas usualmente recorrem. Estas informações foram trabalhadas para definir os níveis hierárquicos, a área de influência das cidades e as relações de subordinação entre os centros. Foi elaborada uma matriz de relacionamentos e Mamanguape, nesta ocasião, dividia com Rio Tinto o posto de Centro de Zona e ambas exerciam influência sobre os demais municípios do Litoral Norte: Baía da Traição, Itapororoca, Jacaraú e Mataraca (IBGE, 1986).

No REGIC de 1993, salientamos mais uma vez que a sua metodologia foi diferente das demais pesquisas, como também as nomenclaturas utilizadas para cada nível hierárquico. Com base no questionário que também foi utilizado, 2 106 municípios com atividades indicativas de centralidade extramunicipal, mais os municípios com população superior a 20 000 habitantes foram analisados. O estudo focava o papel das redes para viabilizar a circulação e a comunicação, fundamentais para a organização de um espaço onde os elementos fixos interagem pelo intercâmbio de fluxos. Como no estudo anterior, definiu-se inicialmente um conjunto de 46 funções centrais, subdivididas em três grupos: funções de baixa complexidade, frequentes em cidades de menor centralidade; funções de média a elevada complexidade, típicas de cidades de mais alta hierarquia e centralidade; e duas funções ligadas à procura por serviços de informação que não integraram o conjunto das funções que definiu o nível hierárquico das cidades (IBGE, 2000).

As informações do questionário foram trabalhadas em oito matrizes, formando três grupos. As duas primeiras identificavam o destino e a procedência das pessoas na procura por bens e serviços de pouca complexidade; outras duas tratavam do destino e da procedência das pessoas na busca por produtos e serviços de média a elevada complexidade. As quatro matrizes restantes apresentavam os resultados dos fluxos de busca por bens e serviços de informação. Na construção da rede de lugares centrais, foi considerada a posição relativa dos centros, definida a partir da composição de variáveis que expressavam a intensidade dos fluxos ou intensidade da demanda, a extensão ou alcance espacial da área de influência de cada cidade, e a disponibilidade de equipamentos funcionais. A centralidade foi calculada pelo total dos fluxos e os centros ordenados pela soma dos pontos alcançados, definindo-se oito níveis de centralidade: máximo, muito forte, forte, forte para médio, médio, médio para fraco, fraco e muito fraco.

Para uma melhor compreensão, observemos o mapa 02 que representa o posicionamento de Mamanguape na rede urbana da qual faz parte e seu raio de influência e centralidade (IBGE, 2000).

Mapa 02 - Rede de lugares centrais e área de atuação de João Pessoa (PB), com destaque para Mamanguape (PB)



Fonte: IBGE, 2000.

Elaboração: Raquel Soares de Farias, 2013.

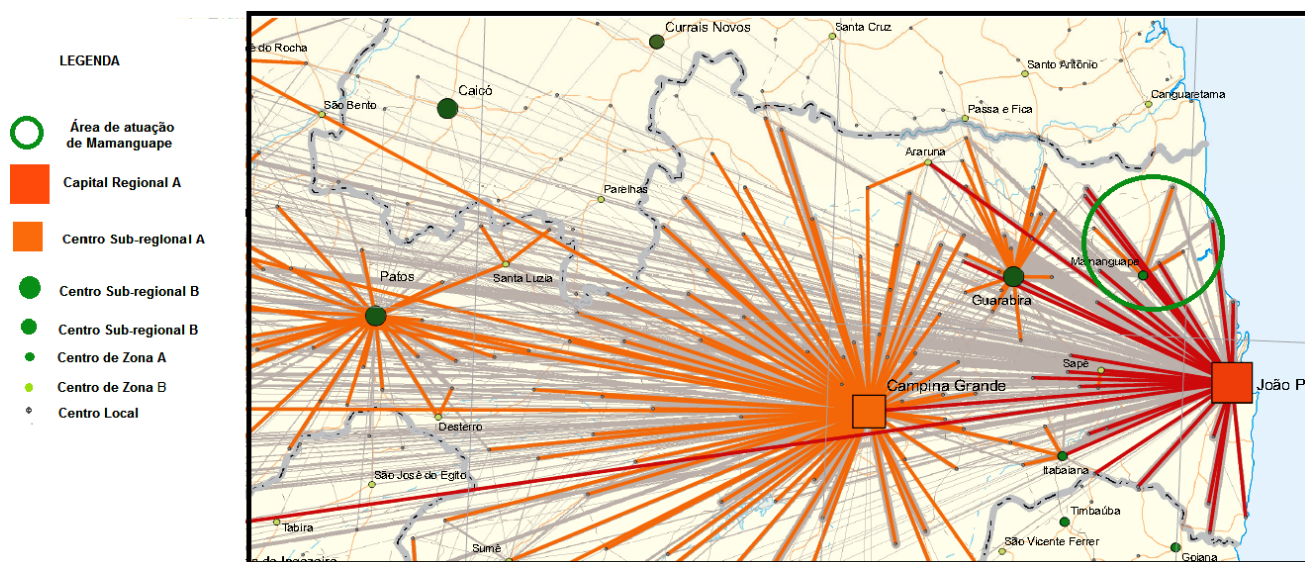
Mamanguape na rede urbana paraibana fica sob a influência direta de João Pessoa e está ligada diretamente a ela, sendo classificada nesse estudo como centro de **fraca** intensidade e influência. Como pudemos observar no mapa que trata sobre a intensidade dos fluxos de bens e serviços, cinco dessas cidades estão diretamente ligadas à Mamanguape: Jacaraú, Mataraca, Itapororoca, Rio Tinto e Lucena. Este nível hierárquico corresponderia no REGIC de 1978 às cidades que estariam no estágio de tecer o centro de zona, e no REGIC de 2007 corresponde ao que é denominado Centro de Zona B (IBGE, 2000).

No REGIC de 2007, Mamanguape (PB) foi classificada como **Centro de Zona A**, nível formado por cidades de menor porte e com atuação restrita a sua área imediata, exercendo funções de gestão elementares. Nessas cidades, há uma média populacional de 45 mil habitantes e 49 relacionamentos. São duas posições hierárquicas antes do menor nível de classificação do REGIC, os centros locais, cuja centralidade e atuação não extrapolam os limites do seu município, servindo apenas aos seus habitantes e com população predominantemente inferior a 10 mil habitantes. Os demais municípios da microrregião estão classificados como centros locais.

Dentro deste estudo e assim como nos demais, Mamanguape ficou sob a região de influência de João Pessoa⁴ que é classificada como Capital Regional A. Nesse nível hierárquico, estão incluídos aqueles centros com capacidade de gestão no nível imediatamente inferior ao das metrópoles, têm área de influência de âmbito regional, sendo referidas como destino para um conjunto de atividades, por grande número de municípios, o que inclui os demais dos níveis inferiores (IBGE,2008). João Pessoa é a cidade mais importante da rede urbana paraibana e inúmeros motivos a levam a esse posto, no entanto, não nos cabe aqui discuti-los.

Neste REGIC, já havia ocorrido o processo de emancipação de alguns distritos da área de atuação de Mamanguape, no entanto, de acordo com a matriz de relacionamentos, o número de cidades ligadas a Mamanguape diminuiu para três: Marcação, Mataraca e Curral de Cima, em contrapartida, sua categoria passou para um nível maior em comparação com o estudo anterior.

Mapa 03 - Área de atuação de João Pessoa (PB), com destaque para Mamanguape no REGIC 2007



Fonte: IBGE, 2008

Elaboração: Raquel Soares de Farias

⁴Queremos deixar explícito que a cidade de João Pessoa está incluída em uma rede urbana maior que é a de Recife, no entanto, para estreitar mais as discussões, preferimos apenas apresentar no texto a ligação de Mamanguape com a rede que tem ligação direta. A rede urbana de Recife é a quarta maior em população do País, com 10,3% de sua população. Abrange os Estados do Pernambuco, Paraíba e Alagoas, além do Rio Grande do Norte (dividido com Fortaleza). Por conta da divisão da área de Petrolina-Juazeiro com Salvador, a rede de Recife avança ainda sobre a Bahia. Compõe a rede as Capitais regionais A de João Pessoa, Maceió e Natal; a Capital regional B de Campina Grande; as Capitais regionais C de Arapiraca, Caruaru, Mossoró e Petrolina-Juazeiro; os Centros sub-regionais A de Caicó, Pau dos Ferros, Cajazeiras, Guarabira, Patos, Souza, Garanhuns e Serra Talhada; e os Centros sub-regionais B de Açu, Currais Novos, Itaporanga, Afogados da Ingazeira, Araripina, Arcoverde, Palmares, Vitória de Santo Antão, Santana do Ipanema e Senhor do Bonfim (IBGE, 2008).

Na comparabilidade realizada entre os REGIC pudemos detectar que Mamanguape avançou no que se diz respeito à sua centralidade. Como apresentado no REGIC de 1993, a mesma estava no nível fraco, o que corresponde no REGIC de 2007 a Centro de Zona B, ou seja, subiu um nível, já que antes foi classificada como Centro de Zona A.

Mamanguape, mesmo com a proximidade geográfica de João Pessoa, o que poderia abafar sua atuação, neste e nos outros estudos, foi classificada em um nível hierárquico relevante, em uma rede urbana formada por mais de 5.000 cidades em que a maioria hierarquicamente está na base dessa rede; logo, ser classificada acima da base já representa uma importância na região em que se encontra inserida.

Assim, com base nesse raciocínio e com o auxílio das informações já apresentadas, pretendemos compreender a centralidade exercida por Mamanguape-PB no contexto regional em que está inserida. Destacamos a relevância de recorrer aos dados coletados pelo IBGE sobre os estudos de influência das cidades o qual, aliado a outros levantamentos realizados em campo, contribuirá para uma aproximação mais exata da centralidade desse município na microrregião selecionada.

Em todos os REGIC, independentemente da metodologia utilizada, percebemos a relevância dada aos setores de comércio e serviços para poder construir a rede urbana e classificar as cidades; e, quando observamos que desde o primeiro estudo Mamanguape já tinha sido pontuada e classificada como uma cidade que exerce centralidade além dos seus limites municipais, deixa a premissa de que a mesma desde períodos anteriores detinha essa capacidade de polarizar. Nesse sentido, para uma melhor compreensão dessa centralidade vê-se a necessidade de nos debruçarmos sobre as temporalidades da centralidade de Mamanguape a fim de compreendermos as transformações ocorridas em seu espaço e, dessa maneira, entendermos a realidade urbana atual a partir deste novo elemento materializado com a implantação da Universidade Federal da Paraíba - Campus IV.

CAPÍTULO II: MAMANGUAPE (PB): CONSTITUIÇÃO URBANA E CENTRALIDADE EM PERÍODOS HISTÓRICOS DISTINTOS

A construção do processo histórico da formação socioespacial de Mamanguape é de extrema importância para o entendimento da organização do espaço nesta contemporaneidade, como sugere Santos (1982, p.15), ao afirmar que: “o espaço é cristalização do tempo, temos nele (espaço) todos os sujeitos/objetos possíveis para sua compreensão e da sociedade”.

A cidade de Mamanguape, desde períodos passados, por ser ponto estratégico para os interesses do capital e por estar às margens do Rio Mamanguape⁵, já apresentava indícios de centralidade. No final do século XIX, por exemplo:

Mamanguape com seu crescimento passou a influir em uma vasta região, do brejo ao litoral, e até áreas do sertão e cariri. Seu território fértil produzia lavouras de subsistência de forma tal que esses produtos eram levados a suas feiras livres, ali podendo ser adquiridos por comerciantes vindos de outras localidades onde inexistiam essas lavouras (COSTA, 1986, p. 49).

Ao tratar deste processo, não podemos deixar de explicitar a importância que o Rio Mamanguape teve tanto para a ocupação da área, muitas investidas dos colonizadores deram-se acompanhando o curso do rio, quanto para o desenvolvimento de empreendimentos agrícolas como as fazendas e os engenhos distribuídos em suas margens. Antes do alastramento da atividade canavieira, por exemplo, o vale do Mamanguape foi tomado por fazendas de criação de gado, o que determinou a ocupação das terras do baixo e médio curso⁶ do rio em pleno século XVI (ANDRADE, 1957, p. 37). A partir disso e de outros elementos, Mamanguape foi consolidando uma importância regional, influenciando uma vasta região.

⁵O Mamanguape nasce a noroeste do município de Campina Grande, na lagôa Salgada, a mais de 500 metros de altitude. É, assim, formado por uma série de pequenos córregos que, no período das chuvas, alimentam essa lagôa. Têm seu alto curso sobre a Borborema, onde corre aproximadamente na direção Oeste-Este, até a Vila de Mulungu. Em Mulungu ele toma direção sudoeste-nordeste até receber o Rio Araçaji, seu mais importante afluente, ao oeste da vila do mesmo nome. Daí até o mar, toma novamente uma direção aproximadamente Oeste-Este, formando na foz, ampla “ria”, hoje bastante dissimulada (ANDRADE, 1957, p.11-12).

⁶O rio Mamanguape está dividido em alto, médio e baixo curso. O alto curso compreende as terras do Brejo e está a uns 650-750 m. O médio curso compreende as terras do Agreste, e seus níveis ficam inferiores aos 200m. O baixo curso corresponde à área litorânea e possui altitudes um pouco superior a 100m (ANDRADE, 1957).

As regiões mencionadas por Costa (1986) correspondem hoje, a áreas delimitadas dentro de um recorte regional e urbano definidos pelo IBGE; no entanto, nesse período, não havia essa clareza, já que os estudos voltados para a regionalização começaram a ser realizados no Brasil apenas a partir da década de 40 do século XX com a criação do órgão mencionado anteriormente.

É certo também que hoje o raio de abrangência de Mamanguape não mais alcança as referidas regiões, pois, fatores variados contribuíram para essa perda de polarização, diminuindo o raio de abrangência da mesma, mas não perdendo a capacidade de centralidade e inserida dentro de uma rede urbana, ocupando um papel, uma função, construída desde épocas passadas.

Mamanguape configura-se como um dos aglomerados urbanos mais antigos da Paraíba, seu surgimento coincide com a própria história do Estado. De acordo com Costa (1986, p. 41), a colonização de Mamanguape teve início no final do século XVI para começo do XVII. A partir desse momento, a localidade, que com o correr dos anos passou a ser freguesia, influenciada por acontecimentos de natureza econômica, social, política, entre outros, foi galgando outras categorias como o de vila, em 1839, e posteriormente cidade em 1855. Quando nos referirmos à Mamanguape nesse período, faz imprescindível ressaltar que todo o espaço que compõe os municípios do Litoral Norte era concebido como um só, e os núcleos de povoamento iniciaram-se pela a área que hoje corresponde à Baía da Traição e, através do Rio Mamanguape, adentrou-se para a área em que está assentado o sítio da cidade atualmente.

Os núcleos urbanos, principalmente no período colonial, tinham o papel específico e intencional de demarcação de fronteiras para garantir o domínio das terras conquistadas, ou seja, se caracterizavam apenas em sentido político de domínio territorial e controle fiscal sobre o escoamento de mercadorias (GODOY, 2011, p. 10). Mamanguape apresentava, assim, essa conotação, ponto estratégico para domínio territorial, já que a mesma era rota principal de escoamento das mercadorias vindas do entorno e do interior, como veremos posteriormente.

Antes dos portugueses iniciarem seu processo de colonização e conquista da Paraíba em 1585, os franceses já frequentavam a desembocadura do rio Mamanguape e áreas próximas, explorando principalmente a extração do pau brasil. “Quando os franceses foram lançados do Rio de Janeiro por Mem de Sá, em 1565, passaram para Cabo Frio e daí para o Rio Real entre Bahia e Sergipe. Escorraçados dessas paragens, procuraram estabelecer-se nas costas da Paraíba e do Rio Grande do Norte [...]” (ALMEIDA, 1997-a, p. 48).

No entanto, as feitorias começaram a ocorrer quando Duarte Gomes da Silveira interessou-se pela região, e então os portugueses iniciaram aldeamentos, engenhos, entre outras construções, que foram paralisados e abandonados devido à invasão holandesa; e retomadas tempos depois.

Iniciaram os portugueses o aldeamento dos índios Potiguares, habitantes da região, e o levantamento dos engenhos, quando se deu a invasão holandesa, verificando-se o abandono da aldeia que seria a sede da região. Feita a Restauração, ali se estabeleceram os jesuítas e reconstruíram a antiga aldeia dos índios, que foi acrescida de colonos portugueses (IBGE, Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, vol. XVII, p. 309).

Os holandeses atracaram na Baía da Traição em 20 de junho de 1625, em busca de suprimentos para as tropas que vinham da Bahia, avançando posteriormente pelo rio Mamanguape onde encontraram grupos de portugueses que, logo após um embate, acabaram fugindo. Em 1º de agosto de 1625, os holandeses reembarcaram. Elias Herckman (1886) relata esse acontecimento:

Da ilha Monguas ou boca do Mamanguape seguem-se duas léguas ao noroeste até a bahia da Traição. É uma larga e mui grande bahia onde acharia abrigo uma armada tão poderosa como a que presentemente poderia equipar (naHollanda) para sahir ao mar. O General BodewhynHeyns se deteve hay por muito tempo no anno de 1625 com sua armada, e fez várias entradas por terra nos districtos de Mamanguape e Camaratuba (HERCKMAN, 1886, p. 267).

No entanto, nesse período, os holandeses ainda não dominavam a Paraíba, esse domínio deu-se tempos depois e teve duração de 20 anos, 1634 a 1654. Muitas ações para domínio da área foram efetuadas, uma delas foi atear fogo em Mamanguape e nas proximidades no dia 15 de novembro de 1633 (RODRIGUES, 2008, p. 28).

Em 1630, é realizada a construção da Matriz de Mamanguape pelos jesuítas que recebeu o nome dos apóstolos São Pedro e São Paulo (ANDRADE; VASCONCELOS, 2005, p. 30). Um dado importante registrado por Rodrigues (2008, p.35) afirma que, nesse período, Mamanguape já era paróquia, a segunda da Paraíba, e freguesia⁷ o que se subteme que a mesma já era um povoado.

⁷As vilas e cidades eram subdivididas em “freguesias”, para efeito de controle pastoral. Os registros de nascimentos e de óbitos eram feitos nos livros das paróquias. Através da certidão de batismo podia se provar quem tinha nascido

Com as mudanças que vinham ocorrendo na Capitania Real da então Parahyba, os reflexos iam sendo sentidos nos povoados como um todo. Em 1746, a Capitania era formada por quatro freguesias, que incluía Mamanguape. Já em 1769, já era registrada a existência de nove freguesias.

Já havia na Paraíba por essa época nove freguesias, não contando a da capital que vinha da fundação. Eram as de Nossa Senhora dos Anjos de Taipu, criada em 1745, a de São José de Alhandra, criada no mesmo ano; a de Nossa Senhora de Assunção de Alhandra, criada em 1749; a de Nossa Senhora dos Milagres do Cariri de Fora, criada em 1750, a de Nossa Senhora do Pilar em 1758; a de Nossa Senhora da Penha de França, de Taquara, criada em 1758; de São Miguel da Baía da Traição, criada em 1762; a de Nossa Senhora dos Prazeres do Monte-Mor da Preguiça, criada em 1762, e a de Nossa Senhora da Conceição de Campina Grande, criada em 1769 (ALMEIDA, 1997-b, p.61-62).

Vale enfatizar aqui que as freguesias de São Miguel e Monte-Mór estavam no território que correspondiam a Vila de Mamanguape. A cerca de Montemor, o Padre Manuel Aires de Casal citado por Rodrigues (2008) afirma que em 1817:

Montemor é uma vilota de aborígenes, obra de uma milha [cerca de 2 km] arredada da margem setentrional do rio Mamanguape, e quatro léguas [24 km] longe do mar. Teve princípio seis milhas [12 km] mais arriba, onde está a paróquia de S. Pedro e S. Paulo, para a habitação dos avós de seus atuais habitantes. Tendo crescido muito o número dos brancos, que ali se agregaram, para evitar as desavenças, que às vezes se originavam entre as duas jerarquias [etnias], conveio-se em separá-las, fazendo-se nova aldeia, com o nome de Preguiça, para o estabelecimento dos primeiros [indígenas] no sítio, onde está a vila. A sua matriz é dedicada a N. Senhora dos Prazeres.

O senado da vila reside na mediana povoação da mencionada paróquia de S. Pedro e S. Paulo, mas conhecida pelo nome de Mamanguape, por esta perto deste rio (CASAL, 1943, p.154 apud RODRIGUES, 2008, p. 38).

Um elemento que nos chama a atenção é o revezamento existente entre as localidades que seriam a sede da região. A alternância ocorria entre Monte-Mór e Mamanguape, no entanto, em virtude do desenvolvimento que Mamanguape apresentava devido a sua proximidade ao Porto de Salema, rota de escoamento dos produtos advindos das áreas próximas e do interior em direção ao Porto de Recife, a sede foi transferida para a localidade, a qual, em 1839, foi elevada a

livre ou escravo. A igreja fazia o registro eleitoral e a votação era organizada de acordo com a distribuição das paróquias.

categoria de vila. “Com justa razão, o progresso de Mamanguape já exigia uma melhor classificação administrativa. Deste modo, em 1839 Montemor perdia a categoria de Sede de Vila, a favor de Mamanguape”. (COSTA, 1986, p.63).

Ignora-se a data em que foi criado o município, sabendo-se, apenas, que sua primitiva sede estava localizada na vila de Monte-Mor que, pela Lei provincial número 1, 23-01-1839, foi transferida para povoação de Mamanguape, posteriormente elevada à cidade, pela Lei nº 1 de 25-10-1855 [...] (IBGE, 1960, p. 309).

Nesse período, as cidades eram palco das decisões políticas e religiosas e apenas ocupadas pelas pessoas mais abastadas, ou seja, eram uma primeira apresentação daquilo que Santos (1993) denominou de “cidades dos notáveis” e os equipamentos urbanos eram resumidos. Antes da elevação à condição de cidade, Mamanguape já tinha recebido instalações de órgãos e estruturas importantes para a consolidação da então vila. A criação da Agência dos Correios de Mamanguape em 1829, construção da cadeia pública em 1853 etc. (COSTA, 1986, p. 63-64).

No entanto, é a partir da elevação para categoria de cidade que Mamanguape recebe a instalação de instituições e órgãos importantes para atender as necessidades da população, a exemplo: passou a ser sede de comarca pela Lei Provincial nº 106 de 11 de dezembro de 1863. (RODRIGUES, 2008, p. 43). Apesar desse acontecimento importante, elevação para categoria de cidade, no século XIX, a mesma, embora sede de um poder nacional, continuou, “no plano econômico desempenhando suas antigas funções: sustentáculo da ordem e canal da intermediação comercial e financeira pela qual passava o mesmo tipo, em geral de excedente de produtos agrícolas e extrativos” (SINGER, 1990, p. 106. grifo nosso).

Alguns autores afirmam que o período de apogeu de Mamanguape foi de 1850 a 1900, tendo como os pilares responsáveis para essa pujança econômica que refletia na organização social e da cidade, as atividades desenvolvidas na região, a saber: a cana-de-açúcar, o algodão como também a existência de escoadouros naturais.

Constituíam-se o algodão e a criação de gado em “riquezas mais novas” que após o pau-brasil e o açúcar, deram lugar ao ciclo do algodão e do couro, em toda região do nordeste da colônia. E disso aí Mamanguape se fez parte importante, pois se tornou o escoadouro natural pelo seu porto do Salema até para a Capital da Paraíba (COSTA, 1986, p. 49-50).

Estas atividades econômicas tiveram papel um fundamental para o desenvolvimento da região, e esses elementos devem ter influenciado a transferência da sede da vila para Mamanguape e, posteriormente, a sua elevação à categoria de cidade no dia 25 de outubro de 1855, como enfatizado anteriormente. Podemos ver que a data coincide com o período áureo da cidade. Segundo Joffily (1977, p. 257-258) Mamanguape, em 1892, era:

A segunda cidade do Estado em População e commercio. ... Todo o seu commercio de exportação e importação é feito com a praça do Recife, por meio de barcas, porque o rio, muito sinuoso e cada vez mais estreito à proporção que se aproxima da cidade, não permite navegação á barcos de maior calado e dimensões.

A pujança econômica de Mamanguape era refletida na paisagem da cidade. Todavia, todo esse desenvolvimento foi interrompido no início do século XX, quando a cidade ficou fora do percurso do projeto de construção da ferrovia que ligaria o interior ao litoral, mais especificamente à capital da Paraíba.

Mas esse fortalecimento econômico de Mamanguape não perdurou por longos anos. Em 1870 já estava em estudos um projeto para construção de uma estrada de ferro ligando Cabedelo à Capital da Província, a Sapé, Guarabira e que deveria prosseguir até a cidade de Natal no Rio Grande do Norte. A execução desse projeto deixou de lado a cidade de Mamanguape, que não parou de lutar através de sua representação política no governo, para que a estrada tivesse um novo traçado. Era o propósito de estender os trilhos até Mamanguape e de lá até Itamataí, próximo a Guarabira. Projeto Tenente Retumba. Era a grande solução, que não foi alcançada, relegando Mamanguape a própria sorte, ao amargar sérios prejuízos (COSTA, 1986, p. 73).

Esse fator, obviamente dentro de um contexto aliado a outros elementos, levou Mamanguape à decadência econômica, iremos nos atentar mais para essa discussão posteriormente. A cidade era ponto de intermediação para muitas cidades do interior com o Porto de Recife, por onde era escoada a produção. Com o declínio do tráfego fluvial, o comércio da cidade entrou em colapso e tudo começava a fugir de Mamanguape. Posteriormente, novas perspectivas surgem e recupera parte de seu dinamismo e, mais uma vez, a sua configuração da no contexto urbano paraibano ganhou novas funções influenciadas por inúmeros fatores de cunho econômico, político, social e administrativo.

Características em comum permaneceram no processo de constituição espacial de Mamanguape, como poderemos acompanhar nas discussões que seguem no capítulo. Continuou centralizando dentro de contextos diferentes e manteve-se cidade pequena, mas com os dinamismos tomados pelas cidades pequenas da contemporaneidade. Gomes (2009, p. 131) afirma que, nos últimos tempos, o processo de reorganização espacial apresentou novos dinamismos no interior da pequena cidade, de modo que essa passa por uma refuncionalização dentro do complexo e multifacetado processo de transformação da sociedade brasileira, principalmente a partir do processo de reestruturação produtiva que torna as pequenas cidades um espaço ideal para reprodução do capital.

Dentro dessa perspectiva, posterior a essa apresentação do histórico de produção e constituição espacial da cidade objeto de estudo, iremos apresentar as centralidades exercidas por Mamanguape no decorrer de sua trajetória, pois é fato que a mesma sempre desempenhou esta função, no entanto, com intensidades e raio de abrangência diferenciados. E para melhor compreensão, vimos a necessidade de dividir esse processo em períodos, apesar de sabermos que os fatos serão contextualizados como um todo e não de maneira isolada, pois a união desses fatos influenciaram na constituição dos períodos que dão corpo à formação socioespacial de Mamanguape.

O primeiro período selecionado corresponde aos idos dos anos de 1850 até o início do século XX. Este recorte temporal é justificado principalmente pelo motivo de que o mesmo é considerado por muitos autores como o período áureo da cidade de Mamanguape, e que foi sendo definida por elementos de várias naturezas no decorrer de sua formação histórica.

O segundo período corresponde do início do século XX até por volta da década de 40. Essa fase, de acordo com a bibliografia consultada, é considerada como o período de decadência econômica de Mamanguape quando esta perde consideravelmente sua importância no contexto regional paraibano; mas, é relevante a sua análise para compreender os períodos que se seguem.

E, finalmente, dos anos 1940 até o início do século XXI, período em que Mamanguape passa por um processo de recuperação econômica e retoma parte de sua importância na microrregião. Nesse período, a própria organização política e administrativa nacional e concomitantemente da Paraíba passa por relevantes modificações, as quais respingaram no processo de constituição de Mamanguape como uma cidade com uma representação microrregional, tais como: criação de novos municípios e o processo de industrialização, pois,

neste período, é verificada a implantação da agroindústria Monte Alegre, o que trouxe nova roupagem e dinamismo para a cidade que passara por um período obscuro em seu processo de constituição socioespacial.

2.1 A origem da centralidade de Mamanguape: a importância do Porto de Salema e os engenhos de açúcar

Nessa época, eram pouquíssimas as cidades existentes na Paraíba, a saber: Areia, Bananeiras, Cabaceiras, Cuité, Guarabira, Ingá, João Pessoa, Mamanguape, Piancó, Pilar, Pombal, São João do Cariri, Soledade e Sousa, que foram criadas através de Leis Provinciais, exceção de João Pessoa que veio com uma Lei Régia. Mais tarde, essas cidades se caracterizaram como municípios cujas administrações eram determinadas por atos do Governo Estadual (ARAUJO, 1998, p. 85-86).

Dentre as referidas cidades, Mamanguape apresentava um notável desenvolvimento econômico que tinha como principal sustentáculo a produção da cana de açúcar, como também, a existência do Porto de Salema, escoadouro natural por onde era embarcada a produção da cidade e de toda a região. A cana-de-açúcar, durante o período colonial, era a base da economia de todo o Nordeste e, concomitantemente, de Mamanguape que detinha muitas características favoráveis ao desenvolvimento dessa cultura.

Não tardou muito para que familiares pernambucanos, principalmente portugueses, se deslocassem para Mamanguape, levando seus capitais para cultivo da cana e implantação de engenhos açucareiros, que se foram multiplicando até alcançar o número de 40 entre grandes e pequenos [...]. Resultado dessa vocação agrícola natural, uma vez reveladas suas terras férteis de massapê se tornou a Cidade dos engenhos e o grande exportador de açúcar da Província da Paraíba. Era o nosso açúcar produto da melhor qualidade, uma base da riqueza da colônia (COSTA, 1986, p. 48).

Esse considerável crescimento no setor açucareiro não foi um fato restrito do século XIX, mas sim, constituído e fortalecido desde meados do século XVII. “Entre os anos de 1600 e 1700, séculos 17 e 18, Mamanguape passou a sedimentar a própria economia. Foi a época em que as famílias vindas de Pernambuco trazendo seus haveres, instalaram-se com propriedade e

engenho para industrialização do açúcar, às margens do Rio Mamanguape e Camaratuba” (COSTA; LINS, 1992, p. 36).

Sabe-se que para o desenvolvimento de atividades econômicas, em especial as agrícolas, especificamente em um período de escassez de tecnologias voltadas para a maior produtividade no campo, a seleção de uma área que apresentasse condições favoráveis ao desenvolvimento, neste caso, da cana de açúcar, era fundamental. A seleção de Mamanguape como destino para um importante espaço produtor açucareiro deve-se ao fato de sua localização ao longo dos rios.

O Baixo Mamanguape enquanto região geográfica resultou, a princípio, da implantação de uma estrutura espacial produtiva no contexto colonial exportador do açúcar. A localização dos partidos de cana-de-açúcar ao longo dos solos de aluvião dos rios e riachos que drenam a área e a concentração produtiva e demográfica resultante, produzia uma denominação regional com base no próprio curso d'água, o rio. Este exerceu importante papel no transporte da produção (cabotagem), de sorte que se verifica uma estreita vinculação entre os assentamentos humanos (cluster econômico e demográfico) e a rede de drenagem, à época (COSTA, 2010, p. 139).

Essa característica natural foi fundamental para o desenvolvimento de Mamanguape neste setor e também em outras atividades agrícolas, como o cultivo do algodão e da pecuária. No entanto, a cultura canavieira se desenvolveu tanto em relação as demais que, em seu ápice, últimas décadas do século XIX e começo do século XX, Mamanguape detinha uma considerável quantidade de engenhos em seu território.

Nesse período, é verificada a existência de engenhos de variados tipos inclusive os movidos a vapor. Tavares (1910, p. 714-716) apresenta um levantamento dos engenhos existentes em Mamanguape, que em 1909 somavam um total de 36 unidades, classificando-os de acordo com o tipo, conforme se visualiza no quadro 03.

A cana-de-açúcar, que antes dividia espaço e prestígio com a pecuária e com o algodão, tornou-se dominante e ocupou todo o baixo vale; em direção ao Agreste, estendeu-se até Guarabira, até onde as limitações pluviométricas o permitiram e a introdução de melhoramentos na agroindústria do açúcar, com a utilização do bagaço de cana como combustível, com a importação de sementes de cana caiana e com a utilização do arado para fazer as plantações, o que trouxe um florescimento à região e incentivou a cultura desse produto (ANDRADE, 1957-b, p. 29).

Quadro 03 – Tipos de Engenhos existentes em Mamanguape no ano de 1909.

Engenhos movidos a vapor	Engenhos movidos a água	Engenhos movidos a animais	Engenhos paralisados
Bôa Vista	Pindobal	Curral de Força	Velloso
Linhares	Imbiribeira	Preguiça	Três Rios
Pindobeira		Gameleira	Novo
Camaratuba		Salema	Guarita
Piabuçu		Dique	Cotovello
Campos Verdes		Santa Cruz	Santo Antônio
Cumarú		Cachoeira	
Água Fria(2)		Jangada	
		Soledade	
		Junco	
		Laranjeiras	
		Gitirana	
		Folha	
		Salitre	
		Brejinho	
		Ibitipuca	
		Açude	
		Água Fria	

Fonte: Tavares, 1910.

Costa (2010, p. 143), ao estudar a dinâmica da organização do espaço na Região do Baixo Mamanguape, afirma que o vigor econômico de Mamanguape, representado pela produção, beneficiamento e comercialização dos dois principais produtos de exportação – o algodão e o açúcar –, perdurou por quase cem anos, fazendo com que ele se tornasse um grande centro comercial do Litoral Norte da Província, organizando e dinamizando uma vasta hinterlândia.

A partir dessas informações, podemos inferir que este período configura-se como pano de fundo no processo de organização espacial da microrregião, tendo como atividade econômica mais importante a cana de açúcar e o algodão, que possibilitaram o desenvolvimento de outras atividades, tornando Mamanguape um centro dinâmico e polarizador. Dentro desse entendimento, não podemos deixar de nos referir também ao comércio de cabotagem realizado no Porto de Salema, que é reflexo de todas essas transformações econômicas ocorridas no período.

Tendo porto próprio para vasão dos produtos arrecadados nesse “hinterland”, tornou-se escoadouro lógico e o que era feito de ocorrências corográficas e econômicas comuns, passou a ser causa direta e extraordinária de maiores multiplicações. Muito vendendo e muito comprando, Mamanguape pôde atingir um vulto de comércio de agrupar tão luzidos elementos sociais, que chegou a armar rivalidade com a Capital (MARIZ, 1985, p. 22).

O desenvolvimento excepcional da cana de açúcar atrelado a outras atividades relevantes da época, a exemplo do algodão e da existência de um escoadouro, o Porto de Salema, que foi dinamizado a partir da influência destas atividades, consolidou Mamanguape como um centro polarizador, tendo uma vasta área de influência.

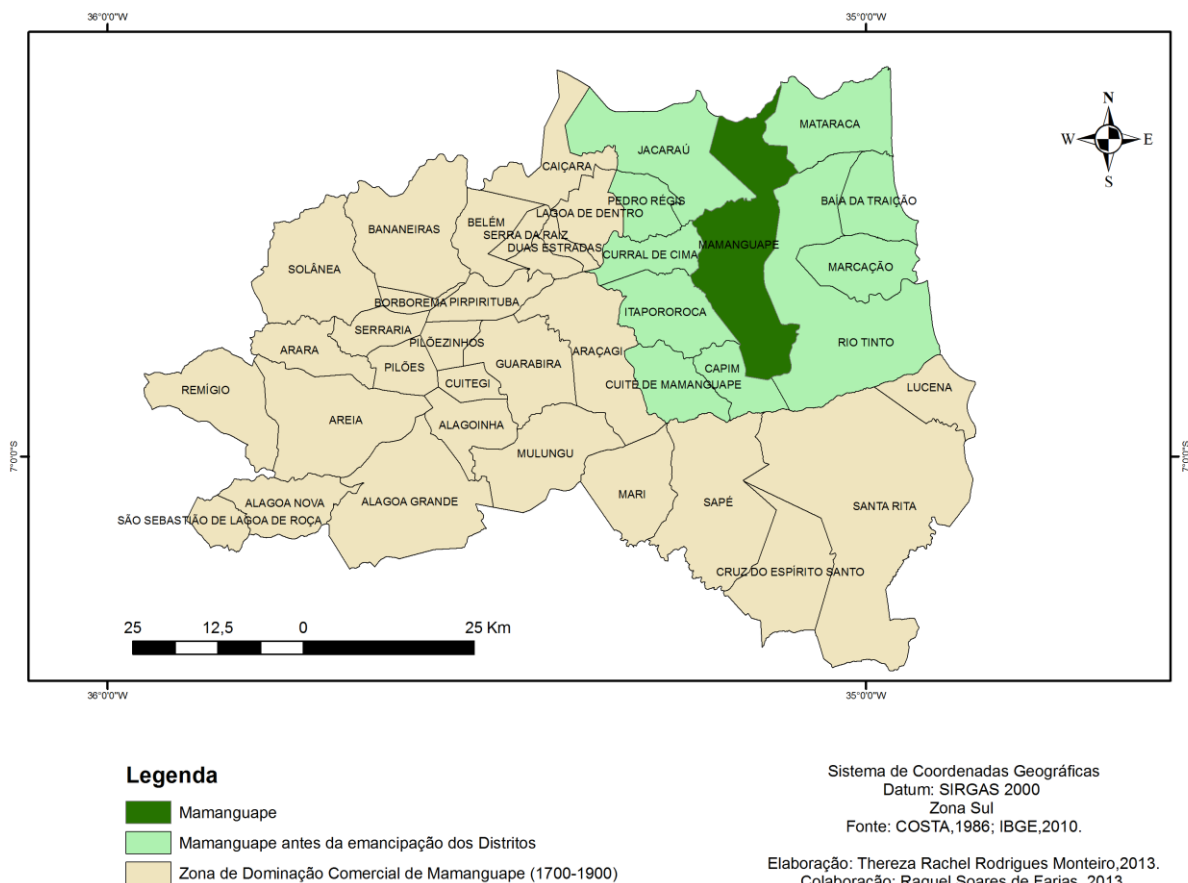
Entre 1850 e 1900, um pouco antes ou um pouco depois, a vida tomou ali um ritmo, um nível, uma prosperidade que realmente parecia de metrópole. Não estou avançando que se produziu uma eclosão monumental de riquezas e de arte, mas um surto um feitio de núcleo produtor e vibrátil. Iam de Alagoa Grande e Areia aos Curimataús, ao Cuité e ao Seridó, às zonas do brejo, caatingas e sertões, que eram tributárias do comércio de Mamanguape e de seu porto do Salema (MARIZ, 1985, p. 22).

Esses elementos completavam-se e atraíam o surgimento de outros, configurando o município, desde essa época, em um lócus central que polarizava todos os negócios da região, comercializando através do porto o açúcar e o algodão, e vendendo o bacalhau, o azeite, o vinho e tecidos recebidos da Europa (COSTA; LINS, 1992, p. 36).

Para uma melhor visualização, o mapa 04 destaca os municípios que Mamanguape polarizava neste período. Era vasta a área influenciada por Mamanguape, o que corresponderia hoje a 39 municípios; e as populações destes, como já mencionado, buscavam principalmente o serviço do porto atrelado ao comércio que também apresentava um relevante desempenho e que foi beneficiado por todos esses acontecimentos.

Isso era materializado e visível na paisagem através da grande quantidade de casas comerciais denominadas de armazéns, grandes residências com fachadas de azulejos clubes, lojas maçônicas etc. “Em 1870 contava Mamanguape setenta armazéns de venda em grosso, além de muitas casas a varejo” (CAMPÊLO, 1932, p. 04). Vale salientar que o mesmo segue a divisão política administrativa atual, pois, no século XIX, a Paraíba estava dividida em províncias e vilas.

Mapa 04 – Zona de dominação comercial de Mamanguape (1700-1900)



A dinâmica relevante do comércio e da economia mamanguapense era sentida e perceptível na paisagem e no cotidiano da cidade, como afirmado anteriormente. Em algumas ruas como a Duque de Caxias, no Largo da Inspeção e na Rua da Carreira, as pilhas de algodão fechavam o trânsito e o açúcar, com aquele cheiro característico, melava as calçadas aguardando o momento de ser embarcado pelo Porto de Salema. Já existiam ruas calçadas e iluminadas por lampiões de azeite em cada esquina, o que facilitava a vida noturna. As casas tinham suas frentes revestidas de azulejos. Em Mamanguape, moravam famílias portuguesas e italianas, havia representação de firmas estrangeiras, entre elas, a francesa CahnFrères & Cia. A prosperidade pairava na cidade, grandes firmas exportadoras do Recife levaram então filiais e agências para a praça nova. Uma avalanche de negociantes, guarda-livros, caixeiros, embarcadores e artífices enxameou Mamanguape (MARIZ, 1985).

Nas fotografias 1 e 2, percebe-se a presença de ruas calçadas, lampiões para a iluminação, sobrados e até mesmo uma dinâmica cultural e religiosa representada pelas procissões, missas etc., o que corrobora um pouco a ideia de Mariz (1985) anteriormente explicitada.

Fotografia 01 – Procissão próxima à Rua do Imperador, no ano de 1910.



Fonte: Pesquisa de campo, 2013.
Autoria desconhecida.

Fotografia 02 – Rua Presidente João Pessoa, no trecho próximo ao Rio Bandeira. Saída para Rio Tinto, no ano de 1910.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.
Autoria desconhecida.

Todos esses fatores atraíam pessoas de toda região para o consumo dos equipamentos e das mercadorias oferecidos em Mamanguape; e podemos afirmar que o Porto de Salema era um dos principais atrativos. Mas, essa onda de desenvolvimento começou a entrar em colapso e a decadência se instaurou por inúmeros motivos; a maioria dos historiadores e estudiosos elege como uma das principais causa a não contemplação da cidade na rota da linha férrea, marginalizando-a, como também a abolição da escravidão, sabendo-se que a mão de obra dos engenhos era escrava.

2.2 A decadência econômica e a retração da centralidade

Mamanguape era considerada até o ano de 1900 como uma das cidades mais promissoras do Estado e conhecida como a cidade dos sobrados e das grandes casas pertencentes a comerciantes e senhores de engenho (COSTA; LINS, 1992, p. 41). Havia alcançado uma posição relevante na região: tinha um ancoradouro de pequenos barcos, açúcar, sobrados de azulejo, agências de Pernambuco e o comércio dos brejos de Guarabira, sertões de Picuí e zonas vizinhas, inclusive do Rio Grande do Norte (MARIZ, 1985, p. 29). No entanto, alguns acontecimentos de cunho econômico e político provocaram transformações que custaram grandes prejuízos à Mamanguape.

A abolição da escravidão, o colapso dos engenhos e o enfraquecimento da indústria canavieira geraram um primeiro impacto e contribuíram para o enfraquecimento da economia e do comércio mamanguapense.

Outro fato reputado como influente na decadência de Mamanguape, foi o fechamento e a transformação dos Engenhos após a Abolição da Escravidão. [...]. Na lavoura açucareira o escravo foi o fundamento de toda produção colonial. O Engenho para funcionar bem, dependendo do seu tamanho, necessitaria de 50 a 100 escravos. Com a abolição da Escravidão, veio o enfraquecimento dos Senhores de Engenho e Fazendas (COSTA, 1986, p. 168).

Era de se esperar uma recessão econômica após essas mudanças, principalmente, porque a base da economia nordestina e, concomitantemente, a mamanguapense foi, durante muitos anos, a açucareira. Porém, o maior golpe nas suas atividades mercantis ocorreu quando entrou em funcionamento a estrada de ferro que ligava Cabedelo-João Pessoa-Sapé-Guarabira-Natal, deslocando o fluxo comercial para Guarabira, isto no fim do século XIX e início do século XX. O

projeto vinha sendo estudado desde 1870, mas este acabou deixando de lado a cidade de Mamanguape (COSTA, 1986, p. 73). Com o tráfego da Conde d'Eu, Mamanguape decaiu violentamente (MARIZ, 1985, p. 29). Projetos para contemplação de Mamanguape na rota dos trilhos foram pensados, no entanto, ficou apenas no papel; e o caos se instala.

A população de Mamanguape entrou em verdadeiro pânico, quando verificou que as riquezas estavam fugindo de lá. As mercadorias antes comercializadas e embarcadas pelo Porto de Salema, estavam sendo comercializadas em outras cidades e transportadas em vagões sobre os trilhos da Conde D'Eu, depois, Great Western.

Cada comerciante que via sair outro da Cidade, no dia seguinte, também fugia dela. Desta forma, em pouco tempo estavam fechadas as casas comerciais e as residências... Parecia ter havido uma peste na Cidade, onde não seria mais possível a vida (COSTA, 1986, p. 167).

Era a cartada final para o desmoronamento da economia de Mamanguape, os comboios vindos do sertão agora paravam ao pé das locomotivas e até as águas da maré se afastavam do Salema, deixando o porto assoreado, o que impediu o tráfego das embarcações. Ao referir-se ao romance **Fretana** de Carlos Dias Fernandes, Celso Mariz traz algumas curiosidades que sintetizam a situação deplorável daquele momento. “Até o próprio cemitério, no alto de sua colina cretácea, jamais descerrava o portão de ferro para acolher um defunto. Nem mesmo gente para morrer havia no triste empório em ruínas dentro em cujas ruas e praças tanta gente outrora se movera, em tarefas de trabalho em ruidosas expansões de jovialidade” (MARIZ, 1985, p. 27).

As transformações e impactos não foram apenas sentidos em escala local, pelo contrário, trouxeram consequências que mudaram a configuração econômica paraibana em relação aos estados vizinhos. Silva (1997, p. 03) afirma que, com a estrada de ferro, uma nova regionalização se impôs, seccionando o território paraibano cuja produção econômica passava a fluir para as cidades de Natal, Mossoró, no Rio Grande Norte, Fortaleza e Recife; tornando-se a Paraíba submetida a esses centros comerciais, em decorrência do traçado da linha férrea.

Essas decisões tinham, de acordo com alguns autores contemporâneos à época, um cunho fortemente político em defesa do crescimento da Capital da Província, que se sentia ofuscada com o esplendor galgado por Mamanguape; e isso contribuiu não só para a decadência desta última, mas também para essa submissão comercial que a Paraíba passou a ter em relação a outros estados.

Até 1900 ainda resistiam ali os últimos elementos de vida do antigo esplendor. Roque de Paula Barbosa e João Rafael tinham fábricas de cigarro, os Finizola tratavam de montar um maquinismo de beneficiamento da borracha e da mangabeira. Outros estabelecimentos de algum vulto porfiavam de portas abertas. Mas em 1904 os trilhos da secção da Conde d'Eu se ligavam a Natal sob o controle da Great Western e as rotas do comércio regional se alteravam de vez como um assédio sobre Mamanguape. Encerrava-se o ciclo de ouro da vida da cidade. Parecia pré-histórico o tempo dos armazéns repletos de freguesia, da navegação constante para outros portos, do poderio das firmas e do comércio local (MARIZ, 1985, p. 28).

Encerra-se o período de maior relevância econômica de Mamanguape e, juntamente, decaí o poder de atração que a cidade tinha em relação às de seu entorno as quais dependiam do seu comércio e serviços (principalmente do porto). Mas, após algumas décadas de recessão, surgiram oportunidades que deram um novo fôlego econômico para a cidade.

O primeiro relampejo de desenvolvimento deu-se em 1917 quando estrangeiros começam a adquirir terras pertencentes ao município de Mamanguape, correspondente às terras do antigo Engenho Preguiça, aonde iria se assentar a Fábrica de Tecidos Rio Tinto, que ficava distante seis quilômetros da cidade de Mamanguape. Assim, em 27 de dezembro de 1924, é inaugurada a fábrica. Apesar das instalações não se localizarem na sede da cidade, não há como negar que a região foi muito beneficiada, pois novos volumes de negócios surgiram, benefícios indiretos se evidenciaram e uma perceptível melhoria no comércio de Mamanguape. Eram recursos novos que passaram a circular, trazendo novo alento à economia da região (COSTA, 1986, p. 79).

Porém, ainda estava longe de Mamanguape recuperar o vigor de outrora e, para complicar mais ainda a situação, a cidade enfrentou, entre as décadas de 1930 e 1940, um tumultuado período correlacionado à administração pública, tendo sido a prefeitura ocupada por vários prefeitos, alguns exercendo essa função por menos de um ano de duração. Esses fatores prejudicavam ainda mais o andamento de projetos relacionados à recuperação econômica do município (COSTA, 1986, p. 82). No entanto, posterior a toda essa crise, Mamanguape com a chegada de alguns empreendimentos, mas uma vez tendo como base econômica o setor sucroalcooleiro, novas configurações reacendem, serviços antes inexistentes na cidade começam a ser oferecidos, recolocando Mamanguape ao papel de ponto, nó de centralidade de uma região.

2.3 A retomada da centralidade e a chegada de órgãos públicos e novos serviços

Após este período de recessão que durou por volta de quarenta anos e que junto com a decadência econômica levou também a perda da função de centro polarizador da região para a cidade de Guarabira, contemplada com a via férrea, Mamanguape começa apresentar indícios de recuperação de suas antigas funções.

Porém, não similares às desempenhadas no período anterior, pois, apesar de mais uma vez, como iremos analisar a seguir, a cana de açúcar ter sido fundamental nessa “recuperação”, Mamanguape passa atrair dessa vez pelos serviços oferecidos pela sede para os distritos e municípios circunvizinhos.

Dentro desta compreensão, a década de 1940 é considerada por alguns autores como o início de uma nova época para a cidade de Mamanguape. Alguns empreendimentos e inovações começam a se instalar, tendo como a criação e o funcionamento da Usina Monte Alegre⁸, que até os dias atuais é considerada um dos maiores empreendimentos da microrregião.

Assim, a Usina Monte Alegre era a injeção de vida à enferma Mamanguape. E tanto o era que, fundada em 1940, já em 1942 João Fernandes de Lima era eleito presidente da Associação Comercial da Paraíba, o que patenteava a sua alta projeção no mundo econômico do Estado e, ao mesmo tempo, um abre-te-sésamo à sociedade e à política [...] (PINTO, 1973, p. 207).

Esta nova fase inaugurada por Mamanguape acabou despertando o interesse de capitalistas principalmente vindos de Pernambuco, e outras usinas se instalaram. Veio a AGICAN – Agroindústria de Camaratuba S/A, do Grupo Pessoa de Melo, em Rio Tinto e as Destilarias Jacuípe, Miriri e Japungu que, apesar destas últimas estarem edificadas no município de Santa Rita, a maior parte de suas propriedades e dos cultivos está localizada no município de Mamanguape. Além do mais, essas empresas beneficiaram a cidade com o fornecimento de emprego para a população da região e com o aumento da circulação de recursos financeiros (RODRIGUES, 2008). Por grande parte dos funcionários destes empreendimentos serem da microrregião do Litoral Norte, eles acabam escolhendo as agências bancárias de Mamanguape para abrirem suas contas e sacarem seus salários.

⁸A Usina Monte Alegre situa-se no local que serviu de sítio ao engenho rapadureiro Guarita, na margem direita do Rio Mamanguape, a 3 km da cidade deste nome (ANDRADE, 1957, p. 43).

Não há como negar que esses grandes complexos agroindustriais contribuíram para o aquecimento econômico mamanguapense, atraindo como veremos a seguir, outros serviços para a cidade; no entanto, se acentuou mais ainda a concentração de terras e renda, agravando problemas de origens coloniais, como a pobreza.

Alguns melhoramentos de caráter estrutural foram de extrema importância para a instalação de outros equipamentos que serviriam para atender as necessidades não apenas da população local, mas também do entorno. Um destes melhoramentos foi a extensão da rede elétrica de Paulo Afonso inaugurada no ano de 1958; até então a energia era produzida por um motor a diesel, o que trouxe novos ânimos e oportunidades. A partir daí, começam a surgir pequenas indústrias, cerâmicas, indústrias de móveis, oficinas mecânicas, indústrias modernas de panificação etc. (COSTA, 1986, p. 91).

Era de se esperar que após aquele período de dificuldades e com a retomada da dinamicidade, Mamanguape, por apresentar uma estrutura e uma oferta de equipamentos e de serviços considerável para a realidade local, recuperasse também parte da centralidade exercida, pois, os distritos, hoje municípios emancipados, começaram a buscar esses serviços na sede. Podemos até afirmar que esta fase, compreendida por nós como um segundo momento na construção histórica de Mamanguape como um centro microrregional, é marcada pela expansão da oferta de serviços.

Então, começam a surgir os estabelecimentos bancários na cidade. Instala-se, no ano de 1953, a agência da Caixa Econômica Federal; em 1976, o Banco do Brasil; e em 1986, o Banco Bradesco (Fotografia 3). Salientamos ainda que em tempos pretéritos existia uma agência do Banco Itaú na cidade (RODRIGUES, 2008).

Hoje, nas cidades da microrregião, existem correspondentes bancários; e as cidades de Jacaraú, Itapororoca e Rio Tinto contam com agências do Banco do Brasil. Apesar da presença de bancos e de representantes bancários em algumas cidades vizinhas, os que estão situados em Mamanguape configuram-se com grande relevância para a cidade e para a região. “A presença dos bancos em Mamanguape constitui papel fundamental para a vida comercial, industrial e social da cidade. Pois onde existe banco, há dinheiro motivando o crescimento de todos os setores da vida municipal e, conseqüentemente, da própria região” (COSTA, 1986, p. 92).

Fotografia 03 – Agências bancárias de Mamanguape



Fonte: Pesquisa de Campo, 2012.

Acervo: Raquel Soares de Farias

Apesar de a afirmação de Costa (1986) ser muito abrangente, o que nos interessa é justificar que essas instituições selecionaram Mamanguape para a instalação de suas unidades por interesses capitalistas, obviamente, vendo que a mesma se apresentava como ponto estratégico, tanto pela acumulação obtida durante a sua história quanto pela localização geográfica, pois a cidade está situada no centro da microrregião.

E assim, compassivamente, órgãos governamentais de diversas esferas começam a se assentar em Mamanguape. É registrada, a partir deste período, a presença de filiais de órgãos que atuam na microrregião como um todo: A SAELPA, hoje privatizada e denominada de Energisa, tem um escritório regional localizado em Mamanguape, onde se assenta a base técnica e de atendimento ao público para a resolução de questões das mais variadas naturezas; A TELPA, agenciadora dos serviços telefônicos, que teve sua filial desativada após a privatização; A CINETRAN, coordenadoria do Departamento Estadual de Trânsito; O IPEP, órgão que cuida do atendimento dos segurados, ofertando serviços médico-odontológico etc., hoje atuando mais

como entreposto para marcação de consultas, exames etc. dos servidores estaduais de todo Vale do Mamanguape.

Nesta sequência de órgãos públicos, Mamanguape ainda dispõe dos Fóruns Cível, Criminal, Eleitoral e Trabalhista. A Comarca existe na cidade desde 11 de dezembro de 1863 e, anos depois, é elevada ao nível de 2ª entrância, tendo sob jurisdição os municípios de Mataraca, Itapororoca, Capim e Cuité de Mamanguape. Atualmente, é composta pela 1ª Vara – Tribunal de Júri, Execução Penal e outros efeitos; pela 2ª Vara – Registro Público: Família, Infância e Juventude e outros efeitos e pelo Juizado Especial Misto. Além destes, é sede da 13ª Região do Tribunal do Trabalho do Estado da Paraíba (ver Fotografia 04) tendo sob jurisdição todos os municípios da microrregião do Litoral Norte. Pelo fato de a maioria desses serviços não serem oferecidos nas cidades vizinhas, estas recorrem à Mamanguape.

Fotografia 04 – Prédio da 13ª Região do Tribunal do Trabalho, Mamanguape.



Fonte: Pesquisa de Campo, Março de 2013.

Acervo: Raquel Soares de Farias.

Outro serviço que neste segundo período apresentou-se como atrativo populacional, devido à precariedade ou inexistência destes nas pequenas cidades do Litoral Norte, foram os serviços ligados à saúde. Mamanguape, com a sua primeira maternidade inaugurada em novembro de 1959 (Fotografia 05), passa a polarizar também através do atendimento hospitalar.

Nesse período, o que compreendemos hoje como microrregião ainda não estava definido, pois toda essa área era um único município, com exceção de Rio Tinto que já tinha se emancipado, mas, logo em seguida, na década de 1960, uma leva de distritos se emancipa dando conformidade e se aproximando da compreensão que temos hoje de Litoral Norte.

Fotografia 05 – Hospital e Maternidade Nossa Senhora do Rosário, Mamanguape



Fonte: Pesquisa de campo, março de 2013.
Acervo: Raquel Soares de Farias.

A Maternidade Nossa Senhora do Rosário passou a atender não apenas a população local, mas também de todo o entorno, visto que a maioria dessas cidades recém-emancipadas ainda não dispunha de hospitais e maternidades; e boa parte de sua população, nesse período, dirigia-se à Mamanguape em busca desse serviço de saúde. De simples consultas à realização de cirurgias menos complexas, como também partos, eram todos encaminhados para Mamanguape. Entretanto, é válido destacar que os tipos de atendimento eram de baixa complexidade, casos urgentes e mais complexos eram encaminhados para a capital. Na década de 1980, registra-se a existência de mais outras instituições de saúde em Mamanguape:

Hospital e Maternidade N. S. de Lourdes, cujo diretor e proprietário é o Dr. Maximiano Machado Albino de Souza, sua capacidade é de 60 leitos, dispondo de bloco cirúrgico, laboratório de análise, Raio X, serviço de pediatria; é o mais bem instalado hospital da cidade. Há ainda o Hospital Maternidade Nossa Senhora do Rosário, o mais antigo e bem equipado é mantido pela Prefeitura Municipal. Um terceiro hospital é a Policlínica Alice Monteiro, cujo fundador e Diretor Dr. Dirceu Monteiro Pontes; tem capacidade para 50 leitos, dispõe de bloco cirúrgico, mantém convênio com o FUNRURAL (COSTA, 1986, p. 92).

Em decorrência das necessidades, outras clínicas particulares vão surgindo: clínicas oftalmológicas, ginecológica, odontológica, policlínicas etc., pois a demanda populacional crescia a cada ano e, para evitar viagens mais longas em direção à capital do Estado, quando se tratava de atendimento de baixa complexidade, a cidade de Mamanguape dava conta desses atendimentos.

Atualmente o município de Mamanguape conta com um total de 25 estabelecimentos de saúde, sendo 19 públicos e 6 particulares. É necessário salientar que apenas um dos 19 estabelecimentos públicos, o Hospital e Maternidade Nossa Senhora do Rosário, realiza atendimento aos pacientes de outros municípios, o único que oferece internação e é administrado pelo governo municipal. As clínicas particulares também têm uma procura considerável da população residente nos municípios da Microrregião, principalmente no que se refere a atendimentos mais específicos como ortodontia, ginecologia, exames laboratoriais etc.

Outro setor que ganhou proporção na cidade de Mamanguape foi o educacional, galgado a partir de ações construídas desde épocas passadas, as quais vieram se materializar com mais consistência apenas com a inauguração do Instituto Moderno em 12 de fevereiro de 1949 (Fotografia 06), surgido a partir da iniciativa de algumas personalidades locais: José Pedro Nicodemos, Adailton Coêlho da Costa, Djalma de Araújo Barbosa, Moacir Nóbrega Monteiro e Sebastião Alves Lins.

Fotografia 06 – Primeiro prédio do Instituto Moderno, Mamanguape



Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.
Autoria desconhecida.

A instituição passou a ofertar cursos que antes só eram encontrados na capital do estado tais como: o curso normal, o ginásio, o curso pedagógico e o curso técnico em contabilidade.

Naquele instante o trabalho da educação, mantido pelo instituto moderno, passou a influir nos destinos da cidade, que começou a renovar-se. As suas ruas já apareciam-se buliçosas, cheias de colegiais, de jovens com livros na mão e com a esperança no futuro. A cidade estava outra vez risonha. Era um novo Mamanguape que surgia à sombra do novo educandário (COSTA, 1986, p. 100).

Na sociedade e no espaço, as coisas não acontecem de maneira isolada, uma influencia e depende da outra. Isso era o que também vinha acontecendo em Mamanguape; esses indícios de recuperação citados começaram a dar ânimo à cidade e, com esse grande passo na educação local, as coisas começaram a fluir, dando continuidade ao seu processo de formação socioespacial.

Com o Instituto Moderno surge a oportunidade da população local e dos então distritos dar continuidade aos seus estudos; devemos salientar que nesse período o acesso à educação e as vagas ofertadas, principalmente nos níveis apresentados, era muito reduzido e apenas pessoas com um nível social mais elevado, com raras exceções, tinham condições de frequentar a escola. No entanto, desde essa época, as pessoas do entorno e que se enquadravam nas características mencionadas já enviavam seus filhos para estudar em Mamanguape, pois, na maioria dos

distritos, apenas era ofertado o ensino primário, denominado atualmente como a primeira fase do ensino fundamental.

Em 1963, com a criação do Ginásio Estadual de Mamanguape, o curso ginásial oferecido pelo Instituto Moderno forma sua última turma. Atualmente, oferece a educação infantil, fundamental, médio, normal e cursinho pré-vestibular e funciona nos três turnos e, assim como na época de sua criação, tem alunos advindos das cidades da microrregião, principalmente daquelas que não oferecem o ensino educacional particular.

Outras instituições de ensino particulares, municipais, estaduais se instalaram e/ou foram criadas em Mamanguape no decorrer de todo o período que segue até início dos anos 2000, no entanto, não iremos nos debruçar sobre a análise das mesmas, pois o objetivo é apresentar como Mamanguape se comportou no decorrer de sua construção socioespacial no que se refere à centralidade antes de um novo acontecimento, a implantação do Campus IV da UFPB em 2006 nos municípios de Mamanguape e Rio Tinto; fato que trouxe novas perspectivas culturais, educacionais, econômicas para a cidade e região, e novas configurações dentro da perspectiva da centralidade das cidades em uma rede.

Por todo este período até os anos 2000, no que se refere à centralidade, a dinâmica de Mamanguape apresentou certo ritmo de estabilidade. A maioria das filiais de órgãos públicos, bancos, criação de instituições de ensino já havia se instalado na cidade e nenhum evento de maior destaque no comércio ou na indústria foi identificado nesses últimos anos deste “recorte” que elegemos. No entanto, como já mencionado, percebe-se que a cidade passou a apresentar uma dinâmica maior a partir da implantação do Campus IV da UFPB. E é a partir desse pressuposto que iremos analisar, em nosso último capítulo, até que ponto a criação do Campus universitário aumentou a centralidade de Mamanguape na microrregião em que está inserida, como também as principais mudanças no que se refere à expansão do setor imobiliário e de serviços.

CAPÍTULO III: A CENTRALIDADE DE MAMANGUAPE SOB A ÓTICA DOS NOVOS ARRANJOS ESPACIAIS: A UFPB CAMPUS IV – LITORAL NORTE

A centralidade tal como afirma Lefebvre (1999) é tida como elemento essencial no fenômeno urbano e a sua simultaneidade configura a parte mais importante da cidade. Como o urbano possui dimensões sociais e espaciais, verificamos a necessidade de pesquisar a influência de Mamanguape-PB na microrregião do Litoral Norte em uma análise das características que a compõem.

Dessa maneira, a busca pela compreensão da centralidade de Mamanguape no contexto já mencionado, requer uma análise da (re) produção do espaço intraurbano e interurbano da cidade. E, para isso, entendemos ser necessária uma descrição e análise da dinâmica dos serviços educacionais e suas relações interurbanas, principalmente com a criação do Campus IV da UFPB, que se apresenta como um novo arranjo de centralidade. Mamanguape é uma cidade pequena diferenciada daquelas que estão no seu entorno por apresentar uma considerável oferta de serviços, obviamente dentro de uma escala relacionada ao contexto das cidades pequenas. Os fluxos estabelecidos, devido ao poder de atração do Campus IV da UFPB, impulsionaram a relevância da cidade na microrregião do Litoral Norte, bem como trouxeram mudanças significativas para o espaço urbano da mesma.

Nessa linha de reflexão, podemos afirmar que o serviço de educação é uma variável extremamente importante para analisar a centralidade microrregional de Mamanguape, visto que a oferta desses serviços provoca fluxos que redesenham e/ou reafirmam as interações espaciais.

Antes da criação do *Campus IV* já existia a necessidade da oferta do ensino superior na cidade de Mamanguape e na microrregião do Litoral Norte. As primeiras iniciativas para que isto acontecesse ocorreram no ano de 1988, quando foi sancionada a Lei Municipal Nº 228/88 habilitando a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Mamanguape (FACIMA). No entanto, apesar da existência da Lei, a FACIMA ficou apenas no projeto (RODRIGUES, 2008, p. 188-189).

Em virtude das exigências contidas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) para que os profissionais da educação obtivessem formação superior, no ano 2000, surgem cursos de licenciatura em nível superior em Mamanguape ofertados pela Universidade Estadual Vale do

Acaraú (UVA), com sede em Sobral – CE. Tais cursos funcionavam no prédio do Instituto Moderno e ocorriam nos moldes da Formação em serviço para professores, com aulas semanais apenas aos sábados.

Em face das exigências da LDB para que os docentes obtivessem formação superior, Mamanguape, por ser a cidade com melhores condições estruturais, ter o maior número de escolas e por estar localizada no centro geográfico do Litoral Norte foi uma das primeiras cidades da microrregião a aderir essa modalidade de ensino. Nos primeiros anos, a UVA em Mamanguape tinha uma média de 500 alunos matriculados divididos entre cinco turmas de Pedagogia que funcionavam ao mesmo tempo. Anos depois, a UVA passou a disponibilizar na cidade os cursos de Licenciatura em Matemática e em Biologia. Atualmente, estão em funcionamento apenas duas turmas de pedagogia.

De acordo com a coordenadora da referida instituição em Mamanguape, entre os anos 2000 e 2012, foram formados por essa Universidade aproximadamente 5.000 profissionais. Esse número expressivo, de certa maneira, revela a necessidade e a demanda pelo ensino superior no Litoral Norte. Nesse período, principalmente antes da criação do Campus IV, a UVA exerceu o papel de formar os profissionais, sobretudo na área de educação.

As universidades, além da contribuição no avanço científico e tecnológico, são reconhecidas também por sua influência no desenvolvimento regional, assumindo diferentes facetas. “É nesse contexto que as universidades são hoje chamadas a desempenhar um papel activo no desenvolvimento das cidades e regiões onde se inserem” (FERNANDES, p. 02, 2007). Ainda nessa linha de raciocínio, Friedhilde e Liberato (2008) pontuam que o papel das universidades no desenvolvimento regional vem recebendo uma atenção crescente nos últimos anos, na medida em que são consideradas como um dos elementos chave desse processo.

A expansão da política educacional, muito marcante no final do século XX e consolidada nos anos 2000, ampliou as universidades e permitiu o surgimento de faculdades e centros universitários no interior do país. A expansão das Universidades e dos Institutos Tecnológicos está possibilitando a descentralização desse tipo de serviço, ao mesmo tempo em que favorece o desenvolvimento de projetos acadêmicos diferenciados, levando em conta as características regionais.

Desde a década de 1990, é evidente a intensificação das transformações socioespaciais no território brasileiro e seus efeitos podem ser identificados por

meio da expansão das IES, que vem se caracterizando pelo o aumento quantitativo e pela difusão de cursos de nível superior, tanto no que diz respeito aos cursos de graduação como de pós-graduação, *lato e stricto sensu* (SOARES, et al. 2010, p.217).

A partir dessas políticas, vários estados foram contemplados com a criação de novas IES ou com a ampliação das existentes. De acordo com o INEP (2011), a Paraíba conta com 38 instituições de ensino superior, sendo 04 públicas e 34 particulares, as quais ofertam 208 cursos espalhadas por 38 municípios. A presença e a ampliação do número de instituições em diversos municípios da Paraíba influenciaram diretamente no crescimento do número de matrículas nas últimas décadas, como pode ser visto nos dados contidos no quadro 04.

Quadro 04 – Evolução no número de matrículas nos cursos de graduação na Paraíba, no período de 1989 a 2011

PARAÍBA				
Anos da amostragem	1989	1998	2009	2011
Quantidade de Matrículas	34. 198	35. 587	77. 829	111.909

Fonte: MEC/INEP/DEEP, 2011.

Ao observarmos tais informações, compreendemos que foram pouquíssimas as alterações no número de matriculados entre os anos 1989 e 1998 e, apenas nos anos 2000, ocorreu um aumento significativo no número de matriculados. Nos últimos dois anos (2009-2011), houve um acréscimo significativo nesse índice totalizando 34.080; e esse aumento, característico dos 2000, deve-se dentre muitos fatores a essa nova fase de crescimento, diversificação e interiorização do ensino superior brasileiro, que trouxe mudanças significativas para as regiões que foram contempladas com as novas instituições de ensino.

O aumento do número de matriculados ocorreu paralelo ao crescimento do número das instituições particulares e públicas. Contudo, neste conjunto, as que apresentam maior destaque são as IES Federais. O Relatório da Comissão Constituída pela Portaria Nº 126/2012 fez uma análise da expansão das universidades federais entre os anos de 2003 e 2010 e detectou que houve um salto de 45 para 59 universidades federais, o que representa uma ampliação de 31%; e de 148 campi para 274 campi/unidades, crescimento de 85%. A interiorização também

proporcionou uma expansão no país quando se elevou o número de municípios atendidos por universidades federais, passando de 114 para 272, com um crescimento de 138%.

Na Paraíba, a UFPB também se destaca neste rol de instituições tanto pela quantidade de cursos oferecidos, 104, quanto pela quantidade de alunos matriculados, obtendo um total de 49.246. Ela está estruturada da seguinte maneira:

- Campus I, na cidade de João Pessoa, compreendendo os seguintes Centros: Centro de Ciências Exatas e da Natureza (CCEN); Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA); Centro de Ciências Médicas (CCM); Centro de Ciências da Saúde (CCS); Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA); Centro de Educação (CE); Centro de Tecnologia (CT); Centro de Ciências Jurídicas (CCJ) e Centro de Tecnologia e Desenvolvimento Regional (CTDR);
- Campus II, na cidade de Areia, compreendendo o Centro de Ciências Agrárias (CCA);
- Campus III, na cidade de Bananeiras, abrangendo o Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias (CCHSA) e;
- Campus IV, nas cidades de Mamanguape e Rio Tinto, com o Centro de Ciências Aplicadas e Educação (CCAIE).

Além desses, dois novos centros foram criados em 2011 pelo Conselho Universitário (Consuni). São eles: o Centro de Informática (CI) e o Centro de Energias Alternativas Renováveis (CEAR) ambos localizados no Campus I.

O Campus IV faz parte do Plano de Expansão das instituições públicas de ensino superior, denominado pelo Governo Federal de Expansão com Interiorização. A presença da UFPB no Litoral Norte do Estado, materializada pela criação, em 2005, do Campus IV, possibilitou novos arranjos espaciais que, no nosso entendimento, reafirmam a centralidade de Mamanguape e sua relação com as pequenas cidades no Litoral Norte na contemporaneidade, como será discutido nos itens a seguir.

3.1 A UFPB na microrregião do Litoral Norte

Em 2003, o Ministério da Educação (MEC) criou o Programa Expansão que tinha como principal objetivo expandir as universidades públicas desconcentrando-as, principalmente das grandes metrópoles e capitais dos estados, para o interior do país. A UFPB aderiu a este

programa de expansão, contudo esta política de descentralização não é algo novo para a instituição, pois desde a década de 1960, primordialmente após a sua federalização, que a UFPB começou a desenvolver uma crescente estrutura baseada em vários campi. Em 2002, por exemplo, a instituição estava presente em sete cidades paraibanas: João Pessoa, Campina Grande, Areia, Bananeiras, Patos, Souza e Cajazeiras. No entanto, nesse mesmo ano, a UFPB passou por um processo de desmembramento e quatro de seus campi (Campina Grande, Patos, Souza e Cajazeiras) passaram a formar a Universidade Federal de Campina Grande – UFCG (Lei nº. 10.419, de 09.04.2002). Com isso, a UFPB passou a funcionar apenas com os campi de João Pessoa, Areia e Bananeiras (UFPB, 2013).

Muito dessa ampliação se deve também ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), criado pelo Governo Federal através do Decreto nº 6.096, de 24.04.2007. Apesar da criação dessas novas unidades não ser oriunda do Reuni, este programa tem sido de extrema importância para a manutenção e ampliação desses campi. Com o Reuni, o Governo Federal adotou uma série de medidas para retomar o crescimento do ensino superior público, criando condições para que as universidades federais promovam a expansão física, acadêmica e pedagógica da rede federal de educação superior.

O Reuni-UFPB, no período 2008-2012, aplicou investimentos na ordem de R\$ 136 milhões em novas contratações de professores e servidores, aquisição de equipamentos e materiais permanentes, novas construções e expansão e melhoria dos sistemas elétricos, de segurança e de bibliotecas existentes nos campi universitários. No Campus IV, podemos observar esta ampliação principalmente no que se refere à quantidade de matriculados que cresceu significativamente no decorrer dos anos, como iremos analisar na próxima seção (UFPB, 2013).

Essa retomada da política de interiorização da UFPB deu-se no final do ano de 2005 para o início de 2006 quando foi apresentado o projeto para a criação do Campus IV da UFPB; e no mesmo ano, através da Resolução nº05/2006, foi autorizada a implantação do Campus IV.

Após o decreto de criação começaram a funcionar no ano de 2006 as primeiras turmas matriculadas na instituição. Uma unidade ficou localizada na cidade de Rio Tinto nas dependências da antiga fábrica de tecidos, e a outra unidade ficou localizada em Mamanguape nas instalações cedidas pelo Instituto Moderno. Meses depois, os prédios do campus começaram a ser construídos e atualmente as unidades já estão instaladas em suas dependências físicas

(Fotografias 07 e 08) e disponibilizam onze cursos de graduação: ciências contábeis, hotelaria, secretariado executivo, pedagogia e letras na unidade de Mamanguape; matemática, antropologia, design, ecologia, sistemas de informação, ciências da computação na unidade de Rio Tinto.

Fotografia 07 – Portão de acesso ao Campus IV/Mamanguape



Fonte: Pesquisa de campo, dezembro de 2012.
Acervo: Raquel Soares de Farias.

Fotografia 08 - Portão de acesso ao Campus IV/Rio Tinto



Fonte: Pesquisa de campo, dezembro de 2012.
Acervo: Raquel Soares de Farias.

Uma das principais justificativas para a criação do campus e para a escolha da região deu-se pelo motivo dos municípios das microrregiões contempladas apresentarem os piores indicadores sociais da Paraíba, assim, o Campus IV têm a sua atuação voltada para os municípios do Litoral Norte, Sapé e outros vizinhos, perfazendo um total de 22 municípios. Mesmo com os déficits notados, há nas referidas microrregiões uma larga potencialidade do setor produtivo, voltada principalmente para produção agrícola, varejista e de maneira mais modesta o turismo. Assim, os objetivos destacados no projeto de criação e implantação do Campus IV foram:

Objetivos Gerais

- Promover a interiorização da educação superior pública federal, no Estado da Paraíba, como fonte propulsora do desenvolvimento econômico sustentável com inclusão social;
- Fortalecer a ação da universidade pública federal como fator de desenvolvimento socioeconômico, cultural e educacional dos municípios das microrregiões mais atrasadas da Paraíba;
- Integrar, de forma sistemática, as atividades de ensino, pesquisa e extensão da UFPB à vida socioeconômica regional local, segundo uma concepção de desenvolvimento sustentável.

Objetivos Específicos

- Expandir a UFPB com uma maior interiorização de suas atividades dentro de um raio de distância compatível com a obtenção de bons resultados acadêmicos e de um alto padrão de racionalidade econômica e administrativa;
- Oferecer cursos superiores com elevado grau de integração ao sistema de educação básica local;
- Criar uma base de educação superior, ciência e tecnologia nas microrregiões Litoral Norte e Sapé comprometida com o melhor aproveitamento da capacidade produtiva e da vocação econômica locais;
- Integrar a UFPB à diretriz da política de expansão do ensino superior público federal promovida pelo MEC, cuja ênfase é a interiorização das atividades acadêmico-científicas das Instituições Federais de Ensino Superior (PROJETO DE CRIAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO CAMPUS IV, 2005, em anexo).

É interessante deixar claro que muitos dos objetivos traçados no projeto talvez não tenham sido alcançados, mas é indiscutível que os benefícios da instalação de uma instituição desse porte no âmbito local e regional muitas vezes extrapolam ao que se objetivava. Equipamentos como indústrias, órgãos estatais e privados exercem papéis muito relevantes no processo de desenvolvimento urbano local. E na lista desses órgãos, as universidades desempenham uma função relevante no desenvolvimento econômico das cidades e regiões.

Ainda corroborando com este raciocínio, Bosi (1998) afirma que a existência de uma boa universidade pública muitas vezes é suficiente para modificar a vida de uma cidade. Devido ao conhecimento que produz e propaga através das pessoas que forma, ela colabora ativamente para o progresso material, com a melhoria da qualidade de vida e com o ambiente cultural em que está inserida.

Guerreiro (2006, p. 51) ressalta que, tradicionalmente, esse papel

valorava apenas os efeitos multiplicadores que a própria universidade e a respectiva comunidade acadêmica [...] geravam na [...] animação dos mercados locais de consumo, habitação e eventual atração de atividades econômicas no âmbito dos serviços prestados às pessoas. [...]. A problemática atual revela-se, no entanto, simultaneamente mais complexa e aliciante.

De fato, são inúmeros e diversos os papéis hoje assumidos pelas universidades. Dentro da perspectiva apresentada por Bosi (1998) e por Guerreiro (2006), a implantação de uma universidade pode assumir vários papéis, entre estes, aquecer o comércio local, intensificar a produção do espaço urbano com o surgimento de novas áreas de expansão, atrair populações de outros municípios, dentre outros.

Já são sentidas algumas mudanças em Mamanguape após a implantação do Campus universitário, principalmente no que se refere a sua centralidade, no entanto, queremos deixar claro que a centralidade de Mamanguape não partiu da criação desse campus, como já explicitamos anteriormente, ela remete a uma construção que vem desde o final do século XIX, sendo acentuada atualmente com a presença do campus IV.

O conjunto das atividades acadêmico-administrativas do Campus Litoral Norte constitui o Centro de Ciências Aplicadas e Educação (CCAIE) da UFPB. Assim como consta no PROJETO DE IMPLANTAÇÃO do Campus, para atender as necessidades do funcionamento da vida acadêmica do Centro, a sua estrutura organizacional, inclusive para definição dos seus cargos de direção e funções gratificadas, terá a seguinte composição:

- Centro de Ciências Aplicadas e Educação;
- Departamento de Ciências Sociais;
- Departamento de Ciências Exatas;
- Departamento de Engenharia e Meio Ambiente;
- Departamento de Educação;
- Coordenação do Curso de Ciências Contábeis;

- Coordenação do Curso de Secretariado;
- Coordenação do Curso de Hotelaria;
- Coordenação do Curso de Sistemas de Informação;
- Coordenação do Curso de Pedagogia;
- Coordenação do Curso de Ecologia;
- Coordenação do Curso de Design;
- Coordenação do Curso de Licenciatura em Matemática;
- Coordenação do Curso de Licenciatura em Computação;
- Coordenação do Curso de Letras;
- Coordenação do Curso de Gastronomia.

Os departamentos e coordenações são os responsáveis por administrar todo o corpo docente, técnico-administrativo e discente da instituição. De acordo com informações do NTI (2013), o corpo discente da UFPB Litoral Norte atualmente é formado por 3.186 alunos distribuídos entre as duas unidades. Desse total, 1.583 alunos frequentam os cursos em Mamanguape e 1.603 frequentam os cursos em Rio Tinto. O quadro 05 a seguir traz a quantidade de alunos matriculados referentes ao primeiro semestre do ano de 2013.

Quadro 05 – Número de Alunos matriculados no Campus IV da UFPB, em 2013

UNIDADE DE MAMANGUAPE	
Cursos	Alunos Matriculados em 2013
Ciências Contábeis	572
Hotelaria	341
Secretariado Executivo	410
Licenciatura em Pedagogia	216
Letras	44
Total	1583
UNIDADE DE RIO TINTO	
Cursos	Alunos Matriculados em 2013
Antropologia	141
Ciências da Computação	392
Design	186
Ecologia	355
Licenciatura em Matemática	331
Sistemas da Informação	198
Total	1603

Fonte: NTI, 2013.

Os cursos em ambas as unidades estão distribuídos nos turnos: manhã, tarde e noite. Iremos apresentar mais adiante a procedência residencial dos alunos que estão matriculados no Campus IV da UFPB e, a partir daí, faremos a análise do papel de centro microrregional desempenhado por Mamanguape levando em consideração a educação superior. Nos objetivos do projeto de implantação, ficou bastante claro que as microrregiões e municípios que o campus pretendia beneficiar seriam a microrregião do Litoral Norte, de Sapé e alguns municípios da grande João Pessoa, o que totalizaria 22 municípios. Para uma melhor compreensão, observe o quadro 06 com as microrregiões e municípios e suas respectivas áreas e população.

Quadro 06 – Microrregiões, municípios e suas respectivas áreas e população, no ano de 2010

Microrregiões e Municípios	Área Geográfica Em km²	População Residente (Em 2010)
Litoral Norte	1.960,50	142.023
Baía da Traição	102,36	8.012
Capim	78,17	5.601
Cuité de Mamanguape	109,81	6.202
Curral de Cima	85,10	5.209
Itapororoca	146,07	16.997
Jacaraú	253,21	13.942
Mamanguape	348,75	42.303
Marcação	122,90	7.609
Mataraca	174,40	7.407
Pedro Régis	73,36	5.765
Rio Tinto	466,40	22.976
Sapé	1.139,59	132.745
Cruz do Espírito Santo	195,60	16.257
Juripiranga	78,76	10.237
Mari	154,73	21.176
Pilar	101,26	11.191
Riachão do Poço	39,07	4.164
São José dos Ramos	98,23	5.508
São Miguel de Taipu	92,52	6.696
Sapé	316,33	50.143
Sobrado	63,09	7.373
Municípios Vizinhos	851,77	132.040
Santa Rita	762,57	120.310
Lucena	89,20	11.730
Total	3.951,86	274.063

Fonte: IBGE, 2010.

Na pesquisa, constatou-se que não apenas estudantes destas microrregiões procuram o Campus IV para cursar o ensino superior e, de acordo com os dados coletados em campo, no primeiro semestre de 2013, encontram-se alunos provenientes de 125 cidades diferentes, extrapolando até os limites estaduais. Em contrapartida, observamos também que alguns municípios da microrregião de Sapé, a saber: Juripiranga, Riachão do Poço e São José dos Ramos ainda não tinham representação estudantil em nenhum dos cursos do Campus IV.

Apesar do recorte espacial não ser Rio Tinto, achamos importante fazer essa apresentação do Campus como um todo, pois uma unidade interfere na outra. A seguir, iremos compreender como o Campus IV, mais especificamente a unidade de Mamanguape, intensificou a relação que a cidade tinha com o seu entorno, quais as principais mudanças sentidas na cidade e qual a influência que essas mudanças provocaram em sua centralidade.

3.1.1 O Campus IV e a redefinição da centralidade de Mamanguape

A Universidade Federal da Paraíba unidade de Mamanguape fica localizada na saída para Rio Tinto e no primeiro ano de sua criação, começou a funcionar nas dependências do Instituto Moderno; posteriormente, o Prefeito Constitucional de Mamanguape sancionou a Lei Nº 547/06, de 05 de abril, autorizando a doação de terreno público para a construção do campus universitário:

Art.1º - Fica doado o terreno ao patrimônio público municipal, situado neste Município, com uma área de 1,4143 ha., com os seguintes limites: Norte, Lotes pararural 1 2; Sul, PB que liga Mamanguape e Rio Tinto; Leste, perímetro urbano e Ginásio Irmãozão e Oeste, estrada vicinal.

Art. 2º - Mencionado imóvel destina-se à instalação do CAMPUS UNIVERSITÁRIO e está doado à UNIVERSIDADE FERERAL DA PARAÍBA – UFPB (RODRIGUES, 2008, p. 190).

Iniciada e terminada a construção de alguns blocos, as coordenações de curso e as primeiras turmas de Secretariado, Hotelaria e Ciências Contábeis começaram a funcionar nos primeiros prédios do Campus. Atualmente, a unidade ainda está em processo de construção e, ao visitarmos as instalações, observou-se que ocorre a expansão física/estrutural da mesma com a construção de mais blocos de aulas (Fotografias 09 e 10), construção do hotel escola e, nos

reparos finais, o restaurante universitário e as residências para alojamento dos estudantes proveniente de outros municípios. Faltam ainda serem iniciadas as obras dos dois laboratórios de hotelaria e também de alguns novos laboratórios para o curso de gastronomia (curso que ainda não está funcionando).

Fotografia 09 – Vista parcial do bloco de salas de aula, Campus IV/ Mamanguape-PB



Fonte: Pesquisa de Campo, dezembro de 2012.
Acervo: Raquel Soares de Farias

Fotografia 10 - Residência universitária, Campus IV/ Mamanguape-PB



Fonte: Pesquisa de Campo, dezembro de 2012.
Acervo: Raquel Soares de Farias.

De acordo com um dos entrevistados, o Prof. Raimundo Barroso Cordeiro Júnior, diretor do Campus nos anos de 2006 e 2007, a ideia inicial para o Campus IV era apenas a existência de uma única unidade na fronteira entre os dois municípios, no entanto, não foi encontrada condições nem de terreno nem de apoio político para que fosse feito dessa maneira; então, houve a subdivisão do mesmo.

Então não foi uma divisão motivada por questões pedagógicas, científicas, estruturais foi uma decisão política as pressões dos dois maiores municípios da região que é exatamente Mamanguape e Rio Tinto acabaram por impor digamos assim a divisão do campus do Centro de Ciências Sociais Aplicadas e Educação em dois municípios. (Raimundo Barroso Cordeiro Júnior, ex-diretor do Campus IV, 2013).

Outro entrevistado, o atual vice-diretor do Campus IV, Prof. Lusival Antonio Barcelos, ao ser questionado sobre as razões que levaram a esse acontecimento incomum, também apresentou, como justificativa para a construção de duas unidades, motivações políticas.

Questões políticas para ser bem direto e objetivo. O campus a princípio ia ser para Mamanguape e na época o PMDB tinha uma força grande e a prefeita de Rio Tinto era do PMDB, o prefeito daqui era o prefeito Fábio Fernandes, anterior ao atual prefeito, que é o Dr. Eduardo, mas em 2006 era o Fábio, o campus a princípio era projetado para vir para cá. Devido a questões políticas, a universidade não é política, mas tem essa questão, era para formar o campus na divisa entre Mamanguape e Rio Tinto. Então a questão foi essa, e não teve como naquele momento de acordo com as costuras ser de outra forma, pois o 48º campus criado foi aqui, no apagar das luzes. Mamanguape foi o último campus do governo a ser criado no projeto da expansão das universidades. Então esse foi o fato de termos duas unidades (Lusival Antonio Barcelos, vice-diretor do Campus IV, 2013).

Não se pode deixar de considerar que as ações verticais vindas das instâncias políticas federais dificilmente se realizam intactas nos lugares, visto que precisam ser negociadas com os agentes locais. As ações verticais encontram solidariedades locais – horizontalidades – que tanto podem oferecer atrito, obstáculos ao desenvolvimento dessas ações, como não. De qualquer modo, o projeto nunca se concretiza intacto – o que o tornaria extremamente desorganizador daquelas horizontalidades preexistentes e, presumivelmente, impraticáveis – mas se realiza modificado, adaptado às conveniências de uma elite local, ou das elites locais, e readaptado às necessidades daqueles que o vivem no cotidiano. No fim, o que se vê são as paisagens resultantes, assim como as dinâmicas que as animam, as quais não traduz uma ordem local,

tampouco uma ordem distante, mas sempre uma ordem possível (SANTOS, 2008), resultado da interação entre ambas.

O que Santos (2008) apresenta ocorreu claramente no processo de implantação do Campus IV, ou seja, não se concretizou o que estava acertado no projeto de implantação e criação da universidade e o mesmo foi adaptado a esses arranjos horizontais locais. É desta forma que se pode questionar o quanto é estratégico, para o desenvolvimento regional pensado pelo governo federal, o estabelecimento destes campi nas cidades referidas, e o quanto é dependente de conveniências políticas locais, que não são tão integradas assim, como se pode presumir.

Fizemos esta análise não porque o nosso objetivo seja esse, mas é extremamente relevante que compreendamos como todo este processo ocorreu e assim termos mais propriedade para analisar a centralidade de Mamanguape sob essa nova égide. Vendo sob um ponto de vista isolado, Mamanguape saiu perdendo com a subdivisão, pois, desta maneira, o fluxo de pessoas e de investimentos ficaram subdivididos entre duas cidades; e esse fato também prejudicou a administração do Campus IV, pois, em vez de existir uma única estrutura: uma biblioteca, um restaurante universitário, um laboratório de informática etc., tudo se duplicou, acarretando em mais gastos, fora a dificuldade de deslocamento dos professores entre as duas unidades, que ficam a uma distância entre si de 07 quilômetros.

Já observando sob um ponto de vista mais amplo, a região se beneficiou independentemente de ter sido subdividida; e não cabe a nós fazermos uma análise mais aprofundada dos motivos que levaram a subdivisão do Campus, pois já está posto, e ambas as cidades e a região foram beneficiadas com a sua instalação.

Veiga (2005) enfatiza que a universidade causa influência direta sobre a região em que se localiza. Por um lado, a universidade atua como empregadora e como geradora de fluxos de gastos dentro da região. Por outro lado, existem impactos dinâmicos de interação entre as universidades e as empresas localizadas na região. Esses impactos ocorrem através da atividade de pesquisa, do ensino e do recrutamento de graduados pelas empresas da região, bem como através de programas de aperfeiçoamento profissional. Por fim, a universidade ainda influencia o ambiente cultural local, a formação de lideranças e a formulação de visão estratégica sobre os condicionantes econômicos da região.

No caso de Mamanguape, muitos desses benefícios ainda não foram identificados até pelo curto período de criação e implantação do Campus; no entanto, mudanças significativas já ocorreram, acentuando mais ainda a sua centralidade na Microrregião do Litoral Norte.

Como exposto, a microrregião do Litoral Norte é formada por 11 municípios e Mamanguape, desde períodos anteriores, já desempenhava a função de lugar central nesta região. Em 2006, com o funcionamento das primeiras turmas do Campus IV, a cidade começa a atrair pessoas advindas de outros municípios, não necessariamente da microrregião. Nesse primeiro momento, a maioria dos estudantes era advinda principalmente de João Pessoa, Santa Rita, Bayeux, Campina Grande, Guarabira etc., como se observa nos quadro 07.

Quadro 07 – Procedência e número de alunos matriculados no Campus IV/Mamanguape em 2007

MUNICÍPIOS	NÚMERO DE ALUNOS
Alhandra	1
Areia	1
Bananeiras	1
Bayeux	1
Belém	1
Cabedelo	4
Guarabira	5
Jacaraú	1
João Pessoa	49
Mamanguape	11
Mataraca	2
Pedra Branca	1
Pedro Régis	1
Rio Tinto	6
Santa Rita	2
Solânea	2
Uiraúna	1
TOTAL	90

Fonte: NTI, 2013.

O quadro apresentado demonstra a quantidade de alunos matriculados na unidade de Mamanguape em 2007 e, como já mencionado, a participação de alunos provenientes do Litoral Norte era muito irrelevante, alcançando apenas 23% do total; e os 77% restantes correspondiam a alunos provenientes de outros municípios.

Ao entrevistar o ex-diretor do Campus, Prof. Raimundo Barroso Cordeiro Júnior, sobre o comportamento da instituição neste período, ele indicou que esses alunos, principalmente de

João Pessoa, optaram pelo Campus IV devido à proximidade de Mamanguape à Capital, que fica a uma distância de 50 km, o que inevitavelmente implicaria receber alunos que não tiveram acesso à Universidade Federal Campus I. No entanto, esses alunos, na primeira oportunidade, se transferiam para João Pessoa. Nesse período, já eram geradas expectativas em relação aos impactos que o Campus traria para o Litoral Norte, no entanto, de imediato, muito pouco do que se esperava aconteceu, como podemos perceber na fala do Professor Barroso Júnior transcrita abaixo:

Nós esperávamos que a universidade além do papel tradicional que é a produção do conhecimento, a produção da ciência e etc. também fosse um agente dinamizador da região, nós pensávamos primeiramente em interferir no aquecimento do setor imobiliário através da instalação dos professores, dos servidores técnicos administrativos, de estudantes e etc. E então nós imaginamos que com a implantação mais pessoas procurariam adquirir, alugar imóveis, e etc., então a primeira coisa pensada como consequência era o aquecimento do mercado imobiliário. No tempo em que fiquei lá, isso não aconteceu, porque os professores em sua grande maioria, na época apenas um professor morava lá, residiam fora e não se estabeleceram na região. Os técnicos administrativos eram pouquíssimos e também residiam em João Pessoa e não se instalaram lá, os estudantes eram todos da região metropolitana de João Pessoa, iam e vinham e não se instalaram, então, no primeiro momento não houve o aquecimento do mercado imobiliário. Alguns estudantes que não eram da região metropolitana de João Pessoa no caso, por exemplo, de alguns que vinham do Recife, Guarabira, Campina Grande e etc. acabaram alugando casas e criando repúblicas, mas não cresceu, ninguém construiu casa, ninguém construiu prédio para absorver e estimular a permanência dessas pessoas, então, esse setor não respondeu positivamente ao que esperávamos, outra coisa que também esperávamos era o comércio, de certa maneira foi o que apresentou, me parece, desempenho um pouco melhor que o setor imobiliário, pois o comércio mesmo com a permanência provisória das pessoas, em especial o pequeno comércio varejista, acabou por se acomodar as necessidades daquelas pessoas. Restaurantes, bares, padarias, supermercados, postos de gasolina se adaptou considerando essa população mesmo pendular acabou tendo de se adaptar a esse novo dinamismo. Agora eu não sei avaliar o peso dessa presença no setor ou nesses setores hoje (Raimundo Barroso Cordeiro Júnior, ex-diretor do Campus IV, 2013).

Nos anos iniciais, a dinâmica sentida em Mamanguape era essa como apresentado no depoimento do Prof. Raimundo Barroso; no entanto, alguns elementos começaram a se modificar anos posteriores, e o mais sentido foi o aumento do número de matrículas de alunos provenientes da própria microrregião. Dessa maneira, gradativamente, pela própria ampliação do número de vagas e outros fatores, alunos provenientes dos municípios do Litoral Norte começam a ocupar uma porcentagem maior no quadro de matriculados nos cursos de Mamanguape. Assim, em 2010, já é perceptível essa mudança, como podemos observar no quadro 08:

Quadro 08 – Procedência e número de alunos matriculados no Campus IV/Mamanguape em 2010

MUNICÍPIO	NÚMERO DE ALUNOS
Água Branca	6
Alagoinha	1
Araçagi	1
Baía da Traição	5
Bananeiras	1
Bayeux	7
Cabedelo	2
Campina Grande	1
Capim	8
Cuité de Mamanguape	7
Curral de Cima	11
Guarabira	21
Itapororoca	24
Jacaraú	25
João Pessoa	43
Lucena	1
Mamanguape	76
Marcação	3
Mataraca	15
Olinda-PE	1
Patos	1
Pedro Régis	5
Pirpirituba	1
Remígio	2
Rio Tinto	36
Santa Rita	4
Sapé	5
TOTAL	313

Fonte: NTI, 2013.

A partir dos dados apresentados, percebe-se o processo de inversão da origem residencial dos alunos do Campus IV que, nos dois primeiros anos, eram em sua maioria oriundos de outros municípios; e em 2010, essa dinâmica começa a se modificar; de modo que os alunos oriundos dos municípios do Litoral Norte, que antes correspondia apenas a 23%, em 2007 passa a corresponder a 69% e em 2010, em detrimento dos alunos de outros municípios que antes detinha 77% das vagas, cai para 31% em 2010.

Era esperado que isso ocorresse com o passar do tempo e que o Campus IV atraísse de maneira mais expressiva os alunos da região em que foi instalada, assim como pretendia os objetivos do projeto de criação; no entanto, os números absolutos relativos à quantidade de alunos oriundos de outros municípios também continuou a crescer no decorrer do período

analisado, como poderemos observar através dos dados referentes ao ano de 2013 no quadro 09 abaixo.

Quadro 09 – Procedência e número de alunos matriculados no Campus IV/Mamanguape em 2013

MUNICÍPIO	NÚMERO DE ALUNOS	MUNICÍPIO	NÚMERO DE ALUNOS
Abreu e Lima-PE	1	Lagoa de Dentro	3
Água Branca	6	Lagoa Seca	1
Alagoinha	2	Lucena	1
Alagoa Grande	4	Macaíba-RN	1
Alhandra	2	Mamanguape	382
Araçagi	26	Marcação	27
Areia	1	Mari	1
Araruna	1	Mataraca	60
Baía da Traição	24	Monteiro	1
Bananeiras	7	Natal-RN	1
Bayeux	42	Nova Cruz-RN	1
Belém	4	Olinda-PE	2
Borborema	1	Patos	2
Caaporã	1	Paulista-PE	1
Cabedelo	12	Pedra Branca	1
Caicó-RN	2	Pedro Régis	26
Caiçara	1	Piancó	1
Campina Grande	3	Pilões	2
Capim	26	Pilõezinhos	2
Conde	1	Pirpirituba	4
Cruz do Espírito Santo	4	Recife-PE	1
Cuité de Mamanguape	26	Remígio	1
Cuitegi	1	Rio Tinto	177
Curral de Cima	42	Santa Rita	26
Dois Irmãos-RS	1	Santa Luzia	3
Fortaleza-CE	1	São José Belmonte-PE	1
Guarabira	87	São Paulo-SP	1
Ilhéus-BA	1	São Vicente Ferrer- MA	1
Itapororoca	102	Sapé	17
Itabaiana	2	Sertãozinho	4
Itambé-PE	1	Sobrado	1
Jaboatão dos Guararapes-PE	1	Solânea	5
Jacaraú	85	Souza	2
João Pessoa	294	Tibau do Sul-RN	1
Juazeiro do Norte-CE	1	Uiraúna	5
		Vera Cruz-RN	1
TOTAL			1583

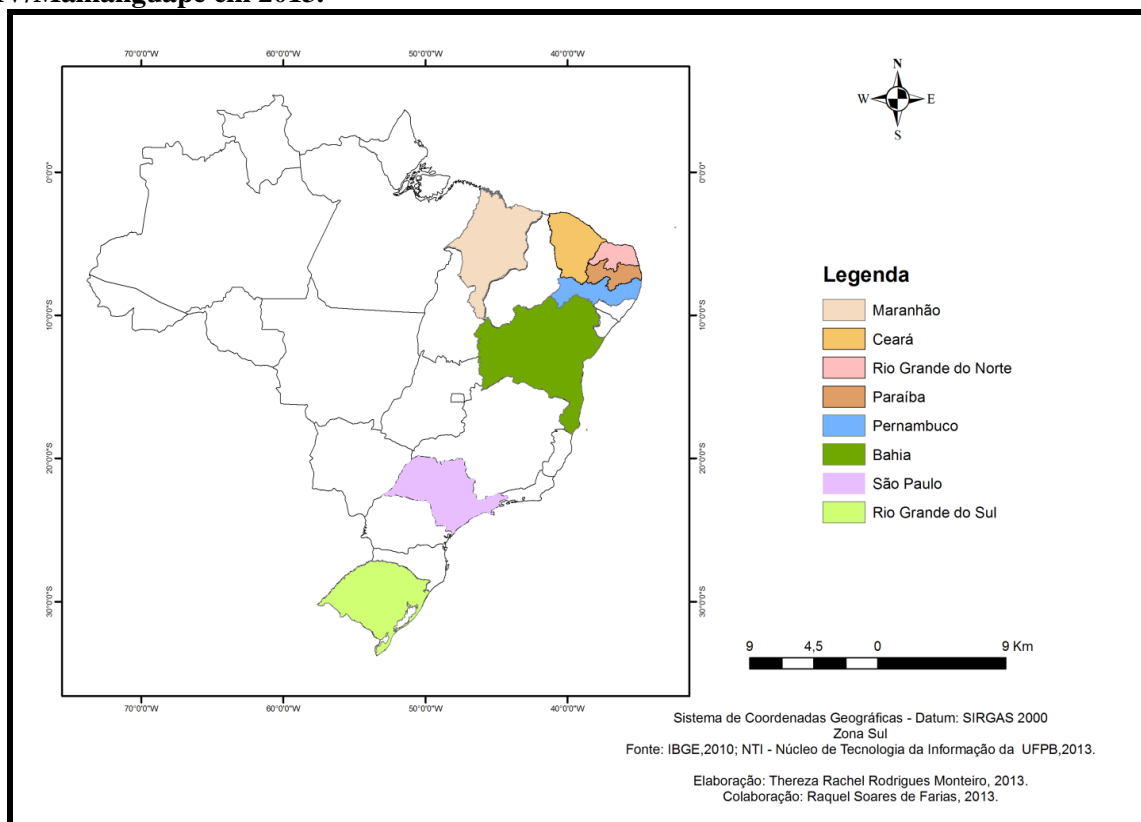
Fonte: NTI, 2013.

Em 2013, cresce consideravelmente o número de alunos matriculados no Campus IV/Mamanguape, alcançando a margem de 1583, distribuídos entre os cursos de Ciências

Contábeis, Secretário Executivo, Hotelaria, Pedagogia e Letras, dando continuidade ao que tinha começado a acontecer em 2010. A quantidade de alunos oriundos dos municípios do Litoral Norte aumenta ainda mais, alcançando o patamar de 977 matriculados, o que corresponde percentualmente a 61% do total. Os alunos oriundos dos municípios da grande João Pessoa correspondem a 24%, alunos oriundos de municípios de outras microrregiões 13% e alunos oriundos de outros estados 2%.

Esse crescimento no número de matriculados aumentou também o raio de alcance da UFPB Campus IV. Comparado ao todo, ainda é bastante modesta a participação de alunos oriundos de outros estados, no entanto, não deixa de ser relevante. O mapa 05 apresenta essa distribuição do alcance de modo geral da UFPB Campus IV/Unidade de Mamanguape.

Mapa 05 – Estados de origem residencial dos alunos matriculados no Campus IV/Mamanguape em 2013.

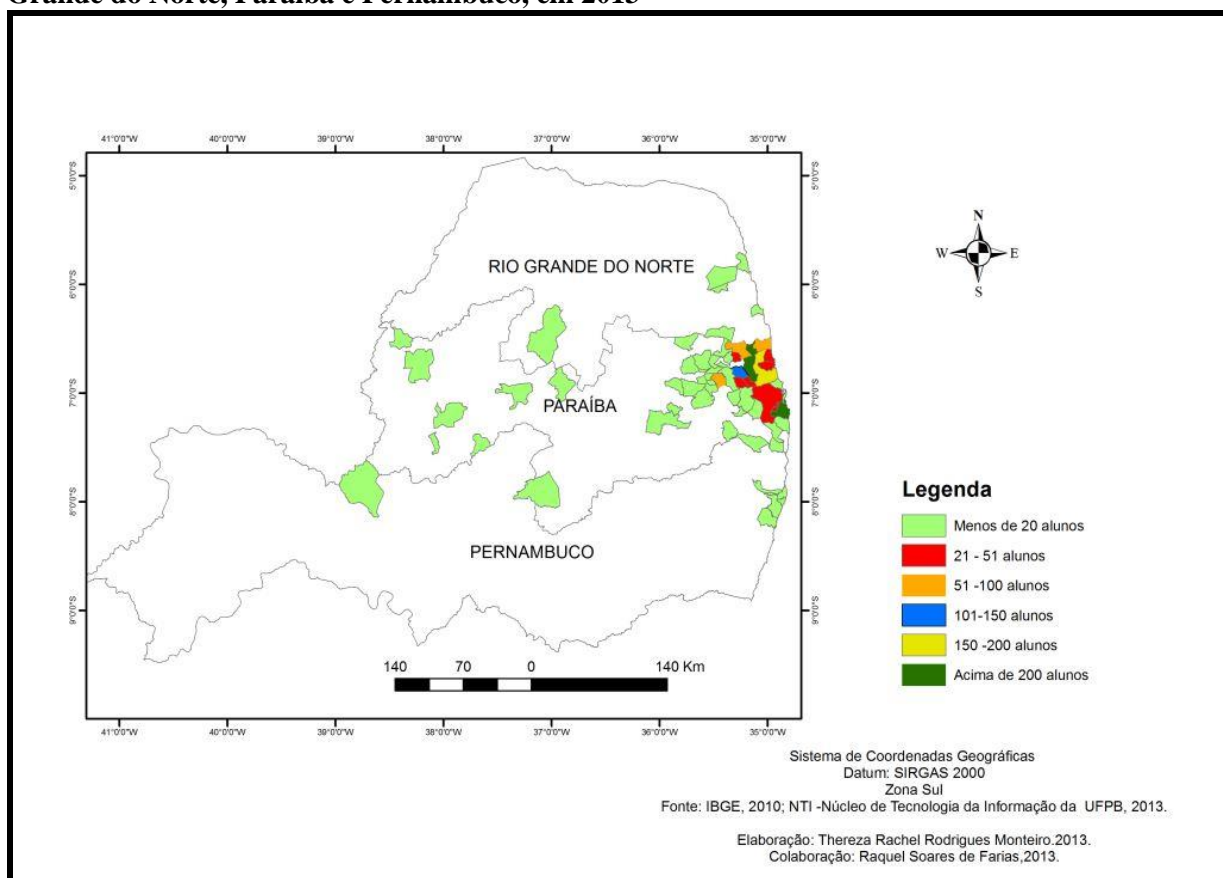


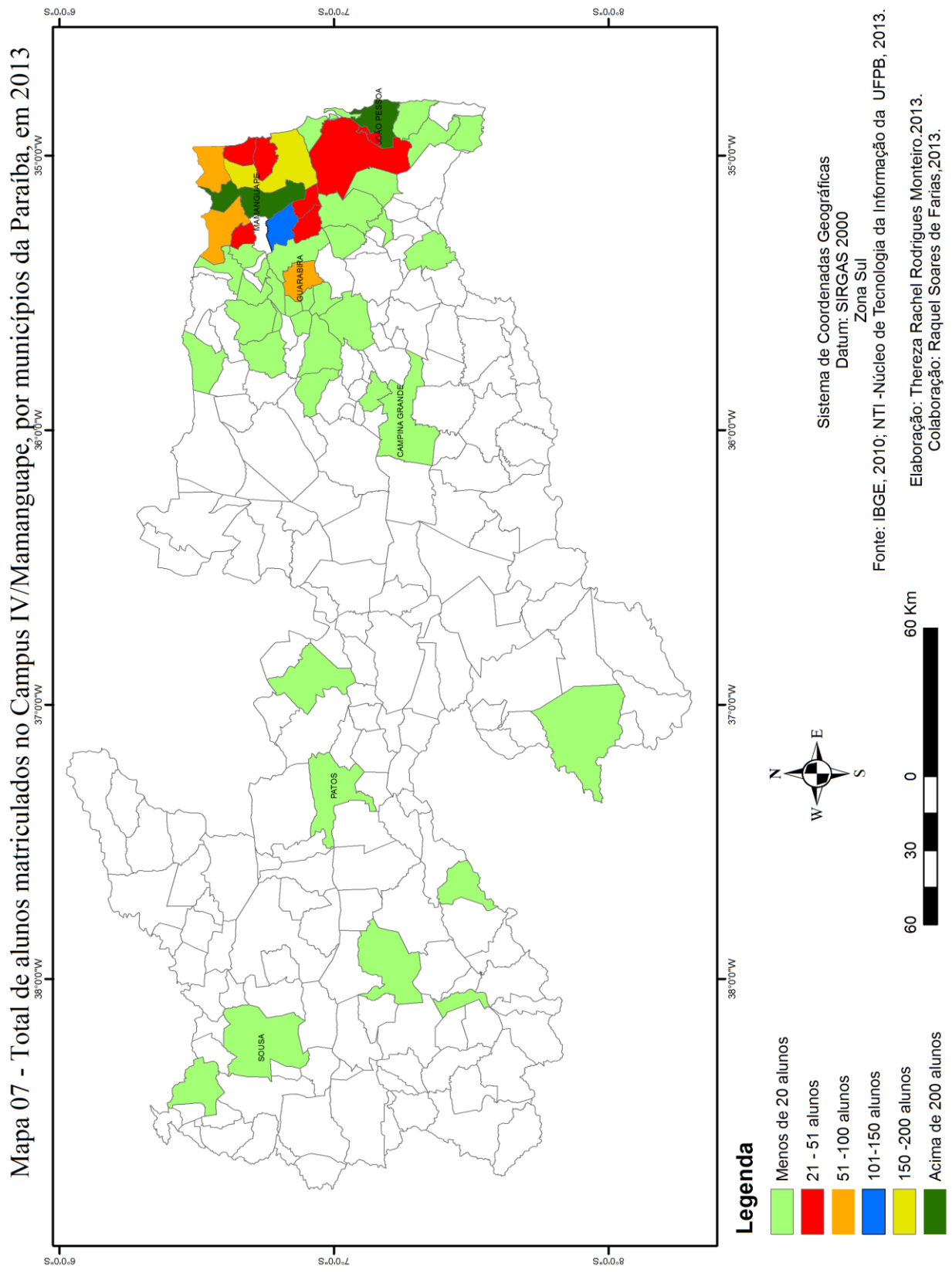
Observa-se que o alcance espacial do Campus IV extrapola os limites regionais e tem em seu quadro de matriculados pessoas oriundas até da região centro-sul do país; no entanto, os impactos são mínimos quando aproximamos a análise para uma visão mais próxima e, nessa

aproximação, teremos respaldo para compreender a importância da universidade na intensificação da centralidade de Mamanguape no Litoral Norte.

Nesta escala, que no caso é mais perceptível, o crescimento no número de matriculados foi mais expressivo. Os mapas 06 e 07 apresentam a espacialização da abrangência do Campus IV. O mapa 06 se refere à representação dos estados do Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco, que foram os estados de origem da maioria dos alunos matriculados; enquanto o mapa 07 destaca os municípios da Paraíba e a procedência dos alunos que estão matriculados nos diversos cursos ofertados pelo Campus do Litoral Norte, ressaltando, assim, a relação existente entre a cidade de Mamanguape e os municípios de seu entorno.

Mapa 06 – Total de alunos matriculados no Campus IV/Mamanguape, por municípios do Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco, em 2013





Com a espacialização dos dados demonstrados no mapa 07, percebe-se que os municípios quanto mais próximos geograficamente de Mamanguape maior a representação de alunos matriculados no Campus. Alguns municípios que não são da microrregião, como é o caso de Guarabira e João Pessoa, mas que por também estarem próximos, se destacam de maneira isolada no número de matriculados.

É interessante destacar que, analisado pela visão da microrregião, a maioria dos alunos, 977 matriculados, o que corresponde percentualmente a 61% do total, são oriundos do conjunto dos municípios do Litoral Norte. Para um maior entendimento dessa dinâmica ocasionada pela presença do Campus IV em Mamanguape e região, realizamos um questionário com 120 alunos dos três turnos e cursos oferecidos na unidade de Mamanguape. A partir dos questionários, pudemos compreender elementos que não ficaram óbvios apenas com os dados requeridos no banco de dados do NTI.

Entre muitos elementos que buscamos identificar, alguns se referem aos motivos que levaram os alunos a elegerem o Campus IV/Mamanguape para cursarem o ensino superior. Por exemplo, 39% dos entrevistados elegeram como motivo para terem escolhido a universidade para estudarem a proximidade do Campus IV do local de residência dos mesmos. Outro elemento identificado que surge como justificativa de escolha, dessa vez com a representação 37%, é a existência do curso que estes pretendiam estudar nessa instituição de ensino.

Essas respostas dadas pelos alunos vão ao encontro dos primeiros dados que conseguimos levantar na pesquisa, ou seja, que a maioria dos alunos matriculados hoje é de municípios vizinhos à Mamanguape. A proximidade geográfica dos municípios facilitou para esses alunos o acesso à universidade, aliado à variável de que alguns cursos existentes são ofertados apenas no Campus IV/Mamanguape, a saber: Hotelaria e Secretário Executivo Bilíngue; os demais são também cursos bastante procurados e com ampla recepção no mercado de trabalho da região: Licenciatura em Pedagogia, Licenciatura em Letras e Ciências Contábeis.

Essa proximidade de Mamanguape em relação aos demais municípios do Litoral Norte, como também a alguns que não estão na microrregião, contribui para que os estudantes, em sua grande maioria, façam o trajeto de ir e vir diariamente para seus municípios de origem e de várias maneiras. Boa parte das prefeituras dos municípios vizinhos disponibiliza ônibus escolares para o transporte dos universitários, incentivando bastante a frequência de uma parcela de estudantes que, como veremos a seguir, não teria condições de estudar sem estes incentivos.

Nos municípios em que as prefeituras não disponibilizam transporte, as opções mais utilizadas para o deslocamento dos estudantes são: os ônibus da linha, no caso a Viação Rio Tinto, ou táxi/alternativo, que é bastante utilizado pela população, principalmente no trecho entre Rio Tinto e Mamanguape. Os estudantes que são de João Pessoa, durante o dia, utilizam como meio de transporte os ônibus da linha; e os da noite organizam-se em grupos e alugam vans. Esse considerável número de pessoas circulando intensificou o movimento de Mamanguape, aumentando sua centralidade e provocando mudanças no seu espaço.

Com a pesquisa de campo, ficou claro que a maioria dos estudantes do Campus IV não permanece em Mamanguape, todavia, existe uma quantidade desses alunos que são de municípios mais distantes e opta pela permanência. Na entrevista 10% dos que responderam ao questionário e eram de cidades mais distantes afirmaram que alugam casas, sozinhos ou dividindo com mais uma ou duas pessoas; e outros residem em repúblicas ou em casa de parentes ou amigos.

O último questionamento feito aos estudantes serviu para que pudéssemos aprofundar a compreensão da importância que o Campus tem para Mamanguape e região, pois, sem a existência deste, muitos dos alunos estariam cursando em instituições de outras cidades. Ao serem indagados se eles teriam condições/possibilidades de estudarem em universidades/faculdades em outra cidade caso não tivesse sido criado um Campus no Litoral Norte, a maioria, 67% dos entrevistados, afirmou que sim. Alguns afirmaram que optariam por outras universidades aqui da Paraíba e até de outros estados, porém, a opção mais mencionada pelos entrevistados, caso não estivessem no Campus IV/ Mamanguape, seria o Campus I da UFPB.

Além da UFPB Campus I, outra instituição bastante mencionada como opção foi o Campus III da UEPB que está localizado na cidade de Guarabira; faculdade esta muito procurada pela população das microrregiões de Guarabira, Brejo, Litoral Norte e Sapé. Mas, com o surgimento do Campus IV, percebe-se gradativamente uma diminuição pela sua procura. E, finalmente, alguns ainda deram como justificativa para a sua resposta o fato de que fariam o vestibular em outras universidades devido à necessidade de se ter o ensino superior nos dias atuais.

Essa grande quantidade de estudantes, caso não tivesse acontecido a implantação da UFPB na microrregião do Litoral Norte, provavelmente estaria frequentando as universidades de

outros lugares; talvez isto não mudasse drasticamente o papel que Mamanguape teve e tem na microrregião, no entanto, a intensidade de relações e sua centralidade na rede em que está inserida certamente se apresentaria de outra maneira. Isso é notável ao analisarmos a mudança que ocorreu na classificação de Mamanguape no REGIC, em que a cidade era classificada como Centro de Zona B em 1993 e foi promovida para Centro de Zona A em 2007. Isso provavelmente se deu, entre outros elementos, devido à chegada da UFPB.

Devemos ressaltar aqui que uma quantidade significativa desses alunos afirmou que não estaria frequentando uma universidade caso não tivesse sido criada a UFPB no Litoral Norte; e uma das justificativas mais apresentadas refere-se ao motivo das outras universidades estarem em cidades mais distantes, o que acarretaria maiores custos e disponibilidade de tempo para o deslocamento, impossibilitando-os de estudarem. Outra justificativa mencionada por alguns universitários foi que a graduação que cursam está disponível apenas em Mamanguape e, por esse motivo, não estão estudando em outra universidade.

Uma iniciativa detectada na pesquisa que contribuiu bastante para o aumento na aprovação dos alunos dos municípios do Litoral Norte no Campus IV foi a criação do cursinho pré-vestibular, no ano de 2009, sob a coordenação do Prof. Lusival Antonio Barcelos e custeado pela própria instituição. O cursinho funciona com a colaboração de 90 bolsistas, universitários do próprio Campus, que são os monitores responsáveis por ministrarem as disciplinas.

Essa iniciativa de implantação do cursinho aqui na região gerou uma movimentação de 800 alunos que jamais estariam na universidade pública de qualidade. Nós vamos para 1200 esse ano, eu acho que serão aprovados 400 alunos aqui no Litoral Norte (Lusival Antonio Barcelos, vice-diretor do Campus IV, 2013).

O cursinho gradativamente começou a ser implantado em todos os municípios das microrregiões de Sapé e Litoral Norte. Nos primeiros anos, estava presente apenas em algumas cidades e, segundo o coordenador, neste ano de 2013 foi implantado nas 22 cidades que fazem parte da área de influência do Campus IV com um total de 2200 alunos. Os impactos positivos trazidos por esta ação extrapolam a questão numérica, pois o aumento de jovens tendo acesso à universidade gera uma perspectiva que antes não era realidade para esta população.

Além dos cursos de graduação apresentados, no segundo semestre de 2013 começará a funcionar o curso de Gastronomia. A unidade de Mamanguape também será um polo do

Mestrado Profissionalizante em Letras - PROFLETRAS⁹ que irá ofertar 26 vagas, previsto também para o segundo semestre de 2013, e ainda há perspectivas para que ainda neste ano seja implantado o Mestrado em Educação.

Tudo isso trouxe benefícios em várias esferas não apenas para Mamanguape, mas para a região como um todo, principalmente no quesito cultural. Centenas de pessoas, por inúmeros motivos, que não tinham acesso à educação superior agora são contempladas com a presença da UFPB. Na entrevista, o Professor Lusival Antonio Barcelos, que também é o vice-diretor do Campus IV, destacou a contribuição da instituição para Mamanguape e região.

A instituição UFPB foi a instituição que deu mais visibilidade para o vale, você pode ir em todas as instituições federais ou particulares nenhuma chega próximo do que a universidade representa para o vale. Nós temos mais de 3000 alunos. Então deu uma injeção cultural, uma injeção intelectual, uma projeção uma perspectiva (Lusival Antonio Barcelos, vice-diretor do Campus IV, 2013).

As outras instituições Federais mencionadas pelo professor são o INCRA e a SUDEMA que tem escritórios nas cidades de Mamanguape e Rio Tinto. Vale salientar que, na pesquisa de campo, ficou claro que muitas das expectativas geradas em torno da implantação do Campus não foram alcançadas, apesar das melhorias apresentadas. Uma dessas expectativas era que os funcionários da instituição fixassem residência em Mamanguape ou Rio Tinto e, com um quadro de funcionários ultrapassando a casa dos duzentos, daria uma dinamizada em vários setores, principalmente no imobiliário.

No entanto, a permanência desses funcionários não ocorreu devido à proximidade de Mamanguape a João Pessoa, facilitada mais ainda pela duplicação da BR 101 e pela precariedade na oferta de muitos serviços em Mamanguape, como na área da saúde, na área cultural, entre outros; não atraindo os funcionários a fixarem residência na cidade. Dessa maneira, os professores vão e voltam diariamente; e os que são de cidades mais distantes, Recife, Natal, Campina Grande, às vezes, passam 3 ou 4 dias e retornam para as suas cidades. Por outro lado,

⁹O PROFLETRAS é um programa de pós-graduação em Letras reconhecido pela CAPES e que tem o objetivo de capacitar professores de Língua Portuguesa para a docência no Ensino Fundamental. O curso é oferecido por diferentes Instituições de Ensino Superior de todo o país, na modalidade semipresencial, pelo sistema da Universidade Aberta do Brasil e sob a coordenação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). (www.ccae.ufpb.br)

foi identificado que, apesar dessa não permanência definitiva, principalmente dos docentes, em Mamanguape, o mercado imobiliário apresentou relevante aquecimento após a implantação do Campus. Todavia, iremos adentrar neste assunto no próximo tópico.

Enfim, todos esses elementos e acontecimentos proporcionaram uma maior centralidade e visibilidade para Mamanguape, gerando mudanças em alguns setores. O setor imobiliário apresentou um aquecimento, o comércio uma relevante melhora e, no setor educacional, foi observado um aumento em sua dinamicidade através da existência de uma considerável quantidade de turmas de pós-graduação ofertadas por instituições particulares e no surgimento de cursos técnicos e profissionalizantes em várias áreas. São estas mudanças que apresentaremos a seguir dentro das condições encontradas na pesquisa para se chegar às análises e discussões.

3.2 O crescimento da cidade e a expansão do setor imobiliário e dos serviços

3.2.1. O setor imobiliário

Como pudemos observar, além da contribuição na questão educacional, cultural e científica na região, outra perspectiva gerada foi o aquecimento imobiliário. Em entrevista com o Secretário de Serviços Urbanos de Mamanguape, Armando Costa, que está à frente da secretaria desde 2009, ele afirma que a chegada do Campus IV trouxe mudanças para o município e para as cidades circunvizinhas, e em Mamanguape, por ser a cidade central, essas mudanças são mais visíveis. Ocorreu uma melhoria do comércio e o aquecimento no setor imobiliário. “Se você for procurar áreas para lotear em Mamanguape, talvez você nem encontre porque as áreas possíveis para loteamentos já foram todas loteadas, umas em andamento, outras em construções e isso contribuiu para que a cidade tenha crescido muito” (Armando Costa, Secretário de Serviços Urbanos da Prefeitura Municipal de Mamanguape, 2013).

As informações fornecidas pelo secretário se confirmam com os dados requeridos junto à Secretaria de Serviços Urbanos da Prefeitura Municipal de Mamanguape (2013) onde pudemos constatar a existência de 15 loteamentos regularizados junto à prefeitura; a maioria deles criada a partir de 2006, como podemos ver no quadro 10 a seguir:

Quadro 10 – Loteamentos registrados na Prefeitura Municipal de Mamanguape/PB, entre 1994 e 2012

Nome do Loteamento	Ano de Criação	Localização
Cidade Nova	1994	Margens da BR 101, km 35.
Planalto	Não identificado	Margens da BR 101, sentido Natal/Mamanguape.
Bela Vista	2003	Bairro Sertãozinho
Loteamento Cidade do Vale	2008	Margens da PB 057, estrada para Itapororoca, Bairro do Planalto.
Loteamento Bela Vista (Pitanga)	2009	Colônia agrícola de Camaratuba.
Loteamento Bela Vista	2009	Margens da BR 101, sentido Mamanguape/Natal, Cidade Verde.
Loteamento Tereza Soares	2010	Bairro do Campo
Loteamento Vale das Oliveiras	2010	Bairro Sertãozinho.
Loteamento Nova Mamanguape	2012	Margens da BR 101.
Loteamento Estrada Real	2012	Rua da Várzea, Centro.
Loteamento Condado	2011	Rua Maria das Dores da Silva Nascimento, Bairro do Gurgurí.
Loteamento Nossa Senhora da Penha	2011	Bairro do Areal.
Loteamento São Pedro e São Paulo	2011	Bairro do Gurgurí.
Loteamento São Severino	2012	Margens da PB-057 saída para Itapororoca-PB.
Loteamento Condado II	2012	Bairro do Gurgurí

Fonte: Secretária de Serviços Urbanos da Prefeitura Municipal de Mamanguape, 2013.

Dos 15 loteamentos legalizados em Mamanguape, 12 deles foram criados a partir de 2008, ou seja, já havia ocorrido a implantação do campus IV e isso pode justificar essa considerável quantidade de loteamentos em um curto período de tempo, levando em conta que Mamanguape é uma cidade pequena. Destacamos também que esses loteamentos são os que estão legalizados junto à prefeitura; os demais que se encontram ilegais não tivemos como contabilizá-los nesta pesquisa. Para que não pareça que haja contradição entre esses dados com o depoimento

do ex-diretor, o qual afirmou que o Campus IV não trouxe mudanças no que se refere ao setor imobiliário, queremos explicitar que o mesmo esteve na direção apenas nos dois primeiros anos, período em que as mudanças ainda não eram perceptíveis .

Nos dados apresentados no decorrer do capítulo, observou-se que não houve uma procura efetiva dos alunos, funcionários e professores para residirem em Mamanguape, no entanto, a cidade ganhou muita visibilidade na região com a presença da UFPB, e isso trouxe um aquecimento relevante no setor imobiliário.

Concomitante a este fenômeno, ocorreu também a elevação significativa dos preços dos imóveis, que é um acontecimento indissociável do crescimento urbano, dificultando mais ainda as classes sociais menos abastadas do acesso à moradia, expulsando esses para as áreas periféricas da cidade. Com o aumento expressivo dos valores cobrados para aquisição e aluguel de imóveis, ficou mais difícil para a população adquirir a casa própria. Corrêa (1999), ao classificar os principais agentes produtores do espaço urbano, explicita o papel que os promotores imobiliários têm neste processo de produção do espaço, apoiado principalmente nos interesses capitalistas e tendo como uma das principais estratégias produzir habitações com inovações, com valor de uso superior às antigas, obtendo-se, portanto, um preço de venda cada vez maior, o que amplia a exclusão das camadas populares.

Esse crescimento físico e especulação imobiliária identificados em Mamanguape devem-se em partes à presença da universidade e confirma o que Harvey (2005) apresenta sobre a valorização imobiliária em seu livro “A Produção Capitalista do Espaço”, em que nesse processo dificilmente alguns imóveis podem ser incorporados diretamente pelo mercado, tornando-se valor de troca – a universidade, por exemplo – mas cuja existência agrega valor aos imóveis do entorno.

O local em que está assentada a unidade de Mamanguape é uma área que fica na faixa periurbana da cidade, denominado de Sítio Engenho Novo, espaço até então não atraente, comercialmente falando. Após a instalação da universidade, verificou-se uma supervalorização dos imóveis do entorno, os quais eram bem abaixo dos valores dos imóveis de outras áreas. As intermediações onde está localizada a universidade não têm mais para onde avançar devido às condições topográficas e, por esse motivo, não tenha recebido novos loteamentos, diferente do que ocorre com a área que acompanha as margens da BR 10,1 uma das mais selecionadas nos últimos anos.

Além do crescimento da cidade, queremos destacar que a criação do Campus também provocou um intenso crescimento das atividades comerciais e de serviços. Embora estudá-los não seja objetivo principal do nosso trabalho, entendemos que se faz necessário, ao menos, relatar como esse processo vem se configurando na área em estudo.

3.2.2 O comércio

Outro setor que apresentou uma melhora significativa após a implantação do Campus IV da UFPB foi o comércio. Mamanguape desde épocas passadas já apresentava essa tendência para o comércio, como pudemos constatar no segundo capítulo, mas é visível a sua ampliação na cidade a partir do ano de 2006.

O comércio na cidade já era bastante frequentado pela população local e das cidades vizinhas, contudo, a presença da universidade gerou a circulação de mais um público formado por estudantes e por funcionários que estudam e trabalham não apenas em Mamanguape, mas também em Rio Tinto. Boa parte dos estudantes que é de outros municípios tem que passar pelo centro de Mamanguape para chegar as unidades, dinamizando bastante o comércio local, ampliando os existentes e ainda provocando o surgimento de novos. Esses fatores aliados a outros mais causam um "efeito dinamizador e multiplicador sobre as atividades econômicas locais" (GOEBEL e MIURA, 2004). O quadro 11 mostra a estatística do cadastro de empresas em Mamanguape a partir de 2006 até 2011.

Quadro 11 – Número de Empresas cadastradas em Mamanguape/PB, no período de 2006 a 2011

Ano	Número de Empresas criadas
2006	496
2007	632
2008	593
2009	602
2010	656
2011	649

Fonte: IBGE, 2013.

Apesar da oscilação de 2008 até 2011 houve um crescimento significativo no número de empresas cadastradas em Mamanguape. O crescimento absoluto foi de 153 empresas e, infelizmente, no banco de dados do IBGE não há o detalhamento de como estão distribuídas essas empresas, isto é, se são lojas de eletrodomésticos, consultórios, restaurantes etc.

Na pesquisa de campo, pudemos constatar essa dinâmica e aquecimento no comércio. Procuramos a Secretaria de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Mamanguape, que é responsável pela a liberação de alvarás de funcionamento, para tentar identificar quais setores do comércio apresentou maior aquecimento. Verificou-se que a mesma não dispõe de um cadastro mais detalhado das empresas da cidade. No entanto, em um breve relatório cedido pelo diretor do setor de tributos, Cícero Clécio de Souza, destaca-se como ápice desse período a chegada de empresas de eletroeletrônicos de atuação regional.

No relatório, constavam algumas empresas que se destacaram e trouxeram junto com elas a geração de uma relevante quantidade de empregos formais: Lojas Magazine Luiza (Fotografia 11), Óticas Diniz, Armazém Paraíba, Supermercado Todo Dia (Fotografia 12), Atacadão dos Eletros, Maré Mansa, Realce Calçados, O Boticário entre outros. A maioria dessas lojas surgiu depois da implantação da UFPB em Mamanguape, conforme relatório da secretaria de finanças; acredita-se que atraídas pela visibilidade que a universidade trouxe para a cidade e também pelas próprias possibilidades que o comércio já apresentava até mesmo antes da existência do Campus IV.

Fotografia 11– Loja de eletrodomésticos no centro comercial de Mamanguape/PB.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.
Acervo: Raquel Soares de Farias

Fotografia 12- Supermercado no centro comercial de Mamanguape/PB



Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.

Acervo: Raquel Soares de Farias.

A maioria das lojas supramencionadas, por não estarem presentes nas demais pequenas cidades do Litoral Norte, passa a ser um atrativo comercial relevante, e este fator faz com que a população se desloque para consumir muito desses produtos em cidades que detenham uma maior variedade de opções e preços. Como Mamanguape, em termos locais, é a cidade mais próxima, acaba atraindo a população para o seu comércio. A dinâmica do centro e de algumas avenidas da cidade, de certa maneira, demonstra o aquecimento que o seu comércio vem apresentando nos últimos anos.

Outros dois setores do comércio que, de acordo com o diretor de tributos, apresentaram significativo crescimento foram os ligados à construção civil, devido ao aquecimento no setor imobiliário e de serviços voltados para o atendimento ao público universitário. O que foi relatado pela secretaria de finanças já havia sido identificado na pesquisa de campo. Na rua onde está assentada a universidade, apesar de muito frágil, observa-se, por exemplo, o surgimento de pequenos estabelecimentos comerciais voltados exclusivamente para o público universitário, como casas de fotocópias, lanchonetes e restaurantes, o que trouxe um dinamismo para aquela localidade:

Os gastos com alunos oriundos de outras localidades também fomentam as atividades locais, especialmente os serviços prestados e relacionados ao meio acadêmico. Importante enfatizar que, o número destes alunos provindos de outras cidades tende a aumentar, conforme o aumento de vagas oferecidas pelas universidades. Estas condições estabelecem um emaranhado de fatores com um papel importante na questão econômica local [...] (HOFF et. al., p. 162, 2011).

Esses elementos aliados à movimentação oriunda de recursos financeiros por meio do pagamento de salários de professores e de funcionários; dos investimentos em obras e equipamentos, das despesas de custeio e dos gastos dos alunos oriundos de outras cidades constituem um conjunto de fatores que podem exercer um efeito dinâmico e multiplicador sobre várias atividades das cidades onde as universidades estão inseridas, inclusive no comércio, como já está posto (LOPES, 2003).

Não obstante, não foi apenas o setor comercial que apresentou mudanças significativas com a chegada do Campus. Foi observado que outros serviços ligados à educação também apresentaram um considerável aumento, como será destacado a seguir.

3.3.3. Para além do campus IV: outros serviços educacionais

Outro setor que também sentiu os impactos trazidos pela presença do Campus IV da UFPB foram os serviços educacionais, não necessariamente no nível superior. Além das escolas públicas, Mamanguape também dispõe de escolas particulares que acabam atraindo estudantes do próprio município e das demais cidades do Litoral Norte, pois alguns pais de alunos optam por matricular seus filhos na rede privada de ensino e, como a maioria das cidades não dispõe das mesmas, acabam se dirigindo para Mamanguape. As duas escolas particulares de mais destaque são o Instituto Moderno e o Novo Astral. Ambas as escolas já existiam antes da chegada da universidade, mas apresentaram um considerável aquecimento principalmente de alunos oriundos das cidades mais próximas de Mamanguape.

Identificamos também a existência do ensino técnico em Mamanguape ofertado pela Escola Técnica Rosa Mística (Fotografia 13), inaugurada em março de 2006. A escola disponibiliza os seguintes cursos: técnico em enfermagem, técnico em segurança do trabalho, técnico em saúde bucal, técnico em nutrição e dietética, técnico em informática e supletivo. Assim como as demais instituições, o público da escola não advém só de Mamanguape, mas

também dos municípios do Litoral Norte, principalmente por esse subsistema de ensino não ser ofertado nas referidas cidades.

Fotografia 13 – Prédio da Escola Técnica Rosa Mística, Mamanguape-PB



Fonte: Pesquisa de campo, julho de 2013.

Acervo: Raquel Soares de Farias.

A Escola Técnica Rosa Mística pertence à rede particular de ensino, no entanto, novas perspectivas nesta área já começam a se materializar com a construção do prédio que irá funcionar a Escola Técnica Estadual de Mamanguape (Fotografia 14), projeto da parceria dos governos Federal e Estadual. Está previsto a criação de 15 unidades na Paraíba, seis já estão em construção¹⁰.

¹⁰ As escolas técnicas são construídas com recursos do Governo Federal, por meio do Ministério da Educação e Cultura (MEC) e do tesouro estadual. O investimento médio de cada unidade é de R\$ 7,2 milhões. O projeto das escolas técnicas segue o padrão elaborado pelo Ministério da Educação (MEC/FNDE) com capacidade para 1.200 alunos cada. Para este ano, a Suplan está trabalhando em parceria com a Secretaria da Educação para adquirir terrenos e dar início ao processo de licitação nas cidades de Campina Grande, Patos e Guarabira. As escolas terão edificações de primeiro andar, 11 salas de aula, auditório com capacidade para 145 pessoas, biblioteca, sala multimídia para professores, laboratório de línguas, informática, física, química, biologia e matemática, refeitório, cantina, cozinha industrial completa, sala para o grêmio estudantil, oficina de manutenção, anfiteatro, ginásio poliesportivo completo, laboratórios especiais que vão depender da oferta dos cursos e centro de vivências, onde os alunos poderão se socializar e lancher nos intervalos das aulas. <http://www.paraiba.pb.gov.br/62864/construcao-de-escolas-tecnicas-estaduais-segue-em-ritmo-acelerado.html> Acessado em: 28/06/2013.

Fotografia 14 – Área onde está sendo construída a Escola Técnica Estadual de Mamanguape



Fonte: Pesquisa de campo, julho de 2013.

Acervo: Raquel Soares de Farias.

Ainda não estão definidos os cursos que serão ofertados nas referidas escolas, pois, de acordo com artigo publicado no site do Governo do Estado, a secretária da Educação em exercício, Márcia Lucena, afirma que a escolha dos cursos será feita após uma consulta popular e com dados do Ministério do Trabalho, que apontarão as áreas que disponibilizam mais vagas no mercado local.

Neste período pós Campus IV, instituições educacionais na modalidade profissionalizante também se instalaram em Mamanguape. Na pesquisa de campo, identificamos uma franquia da Prepara Cursos Profissionalizantes (Fotografia 15) inaugurada em agosto de 2009 e, desde então, oferece diversos cursos: atendimento e vendas, rotinas administrativas, operador de caixa com técnicas administrativas, operador linux, operador de telemarketing, operador de computador, google e redes sociais, web designer, designer gráfico, programador, informática kids, personal cad, informática melhor idade, montagem e manutenção de

computadores e redes, inglês, açúcar e álcool, petróleo e gás e feras do Enem. A duração dos cursos varia de 04 a 16 meses.

Fotografia 15 – Prédio do Prepara Cursos Profissionalizantes, Mamanguape/PB



Fonte: Pesquisa de campo, julho de 2013.

Acervo: Raquel Soares de Farias.

De acordo com o Coordenador Nirvison Lima de Sousa, um dos motivos que levou a empresa a instalar uma de suas filiais em Mamanguape foi a localização e o papel central que a mesma tem na região. Atualmente, existem alunos de todos os municípios do Litoral Norte matriculados, com destaque para Marcação e Baía da Traição, que tem maior representação no número de matriculados. O coordenador afirmou também que existe uma parceria entre o Prepara e o Campus IV, onde o mesmo disponibiliza algumas bolsas dos cursos da área de informática avançada para os estudantes de contabilidade.

Esses elementos aliados ao que já existia antes do Campus IV, com a fase contemporânea do pleno funcionamento da universidade, intensificaram mais ainda a centralidade de Mamanguape. Vale salientar que boa parte dos estudantes que se deslocam para lá estudar utilizam os transportes cedidos pelas prefeituras de seus municípios de procedência, e isso influencia e incentiva outros estudantes, que necessariamente não estão ainda na

universidade, a selecionarem Mamanguape para fazer cursinho pré-vestibular, cursos técnicos, informática entre outros, pois aproveitam essa facilidade do transporte grátis gerada e motivada pela presença da universidade.

Outra área educacional que se destaca em Mamanguape são os cursos de pós-graduação oriundos de diversas faculdades particulares, principalmente nas áreas de educação. Na pesquisa, detectamos o funcionamento das seguintes especializações: três turmas de Psicopedagogia e duas de Educação Ambiental.

Mesmo antes da instalação do Campus, Mamanguape já apresentava uma considerável demanda de cursos de pós-graduação em nível de especialização, principalmente para a capacitação dos professores da região, pois, a maioria desses municípios não disponibiliza desse tipo de formação para os seus profissionais. Não foi detectado se parte dos matriculados dessas especializações são advindos do Campus IV, pois, na unidade de Mamanguape, apenas dois dos cursos são de licenciatura: Pedagogia e Letras. Em Pedagogia, poucas turmas foram concluídas, e em Letras, nenhuma. Mas é notório que a UFPB trouxe para Mamanguape um aquecimento em vários setores, sobretudo, os ligados à educação, pois vem se formando uma rede cultural educacional em que um elemento influencia o funcionamento do outro.

Além das especializações, há também em Mamanguape o funcionamento de uma turma de mestrado em Formação Educacional Interdisciplinaridade e Subjetividade da Universidad Autonoma del Sur, administrado pela Sapiens Faculdade de Ciências Humanas da Paraíba. De acordo com o coordenador do mestrado na cidade, Humberto Florêncio da Silva, a turma é composta por 32 alunos e 95% destes são oriundos das cidades da microrregião Litoral Norte. Este afirmou que a localização e a facilidade no que se refere aos meios de locomoção para a cidade foram os principais motivos que levaram à seleção de Mamanguape para comportar o polo.

Apesar de todos esses elementos apresentados não terem uma conexão direta com a universidade, é visível que eles somam-se com a presença do Campus IV, provocando novos fluxos e intensificando a centralidade de Mamanguape na microrregião em que está inserida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No que tange à explicação do processo de centralidade urbana em um nível inter-regional, compreendemos que este fenômeno não é necessariamente manifestado apenas por cidades médias, grandes etc. Mamanguape, dentro do contexto urbano no qual está inserida, é considerada como uma cidade pequena, no entanto, desempenha o papel de um centro que consegue polarizar além dos seus limites intermunicipais.

Em nossa pesquisa, buscamos analisar a centralidade de Mamanguape e sua relação com as outras cidades pequenas do Litoral Norte, a partir do ensino superior instalado na cidade com a criação do Campus IV da Universidade Federal da Paraíba. Porém, deixamos claro que esta centralidade foi não foi constituída apenas com a chegada do Campus, e sim através de sobreposições que datam desde o período colonial, norteadas por ações que iam ao encontro das necessidades políticas/capitalistas de cada temporalidade.

Analisar Mamanguape a partir da função de cidade central demonstrou-nos ser possível compreender a heterogeneidade existente na rede urbana, em especial da Paraíba, pois, apesar das muitas similaridades entre as cidades pequenas no que se refere à cotidianidade, organização, dinâmica, dentre outros elementos, ao direcionar um olhar mais atento, percebemos relevantes diferenças entre elas. A primeira aproximação do nosso trabalho para compreender essas realidades partiu da proposta de alguns autores, por exemplo, Santos (1978, 1982), para quem as cidades locais estão na base da complexidade da rede de cidades, suprimindo as necessidades mais imediatas da população, provocando a necessidade de deslocamentos interurbanos para centros sub-regionais, que lhe são mais próximas.

Foi extremamente relevante esse levantamento sobre como são compreendidas as cidades pequenas na literatura da geografia urbana, pois, a partir desta análise, pudemos avançar e tentar compreender a importância dessas cidades que estão em uma das pontas da rede urbana organizada por hierarquias e relacionamentos. No estudo sobre a Região de Influência das Cidades (REGIC) realizada pelo IBGE que traz uma apresentação de como está organizada e classificada a rede urbana brasileira, Mamanguape apresentou relevante posição na hierarquia. Apesar de muitas vezes essa classificação ser engessada por dados estatísticos, em campo, pudemos comprovar que estes condizem com o que se apresenta na realidade.

No último estudo do REGIC, Mamanguape foi classificada como Centro de Zona A, ou seja, é a única cidade do Litoral Norte que apresenta uma posição acima da base da rede urbana; as demais cidades são classificadas como centros locais, e sua grande maioria não tem serviços básicos e essenciais para o suprimento das necessidades da população local; por esse motivo, seus habitantes deslocam-se para as cidades mais próximas que disponibilizem a oferta dos mesmos.

Desde que começaram os estudos sobre a região de influência das cidades, que Mamanguape é classificada acima da base, dos centros locais, e esta tendência de ser nó de uma microrregião não é recente, pois, no final do século XIX, a cidade já tinha o papel de centro e o acúmulo desses acontecimentos passados aliados aos contemporâneos configuram a Mamanguape de hoje.

A cidade em sua constituição urbana foi palco de mudanças físicas, sociais, políticas, econômicas e estruturais. Passou de grande centro escoador de mercadorias do estado, através do porto existente, à cidade sem importância econômica. Durante o período de ápice político e econômico, acumulou capitais que eram materializados na cidade através da arquitetura, do aquecido comércio, da vida cultural etc., era uma das maiores produtoras de açúcar da região, competia diretamente com a cidade da Parahyba, a mais importante do estado; no entanto, a partir de uma decisão política, a cidade ficou de fora do roteiro projetado para a construção da linha férrea que ligava o interior ao litoral, mudando assim a rota de escoamento da produção que antes passava por Mamanguape. Essa decisão foi suficiente para que Mamanguape entrasse em decadência e, utilizando as palavras de Celso Mariz, “tudo começou a fugir de lá”.

Após décadas de estagnação, foi apenas nos anos 40 do século XX que relampejos de desenvolvimento começaram a surgir na cidade, e a retomada da centralidade ocorreu; no entanto, em novos moldes, pois, o principal elemento que passou a atrair a população não era mais o comércio de cabotagem e sim os serviços de variadas naturezas que começaram a se instalar. Foi a fase da chegada bancos, dos hospitais, da ampliação dos serviços judiciários etc., e é, até os anos 2000, dentro desta linha, que permaneceu a centralidade em Mamanguape.

Durante esse período, ocorreu gradativamente o processo de emancipação dos distritos que pertenciam à cidade, e estes acontecimentos ocasionaram mudanças políticas e espaciais redefinindo elementos na microrregião. Entretanto, alguns desses novos municípios ainda continuaram com uma relação de estreita dependência ao município tronco, e os que conseguiram desempenhar alguma autonomia, mesmo assim, continuaram e continuam em busca de alguns

serviços que apenas Mamanguape, no conjunto dos municípios do Litoral Norte, detém. Todavia, é importante ressaltar que, pela proximidade da capital do estado, não necessariamente a população da microrregião seleciona apenas Mamanguape em busca de serviços, pois a cidade ainda apresenta muitas fragilidades na oferta dos mesmos.

Posterior a este período caracterizado pela retomada da centralidade a partir dos serviços e da chegada de órgão públicos, eis que surge um novo período marcado pela oferta do ensino superior, através da criação do Campus IV da Universidade Federal da Paraíba. A partir desta perspectiva, embasada pelas pesquisas realizadas em campo, é confirmada a intensificação da centralidade exercida por Mamanguape, acrescida do estreitamento da relação com os demais municípios da microrregião do Litoral Norte.

Na pesquisa, pudemos constatar que a presença do Campus IV em Mamanguape, de maneira gradativa, gerou mudanças significativas que foram além da centralidade. Nos primeiros anos de funcionamento, os impactos foram mínimos, pois era pequena a quantidade de matriculados e ainda não existia a estrutura física da instituição. A maioria dos estudantes vinha da região metropolitana de João Pessoa, e apenas a partir de 2010 que essa realidade se inverte e a universidade começa receber maior número de estudantes oriundos dos municípios da microrregião do Litoral Norte e de outras regiões.

Com a ampliação do número de vagas, mais alunos começam a frequentar os cursos oferecidos pela instituição; e é interessante ressaltarmos que a origem destes vai muito além da área de atuação proposta no projeto de criação/implantação do Campus IV, que era abranger inicialmente os municípios da microrregião do Litoral Norte, Sapé, além dos municípios de Santa Rita, Bayeux e Lucena. Existem hoje matriculados alunos de outras microrregiões e até de outros estados da federação, no entanto, são os da microrregião, a qual Mamanguape sempre guardou uma interconectividade, que apresenta a maior quantidade de estudantes.

A maioria se desloca através dos ônibus cedidos pelas prefeituras municipais e muitos deles não estariam frequentando o ensino superior, por motivos variados, caso não tivesse havido a implantação da UFPB. Esse contingente populacional e a própria universidade influenciaram outros setores não necessariamente ligados à mesma. O setor imobiliário, após a instalação do Campus, apresentou um considerável aquecimento, pois surgiram nesse período 13 loteamentos, número relevante para uma cidade pequena. Devido a pouco tempo não pudemos explorar mais como e em que nível esse crescimento está relacionado a chegada da universidade.

O comércio que sempre teve uma característica local passou a receber empresas de atuação regional. Lojas Magazine Luiza, Atacadão dos Eletros, Armazém Paraíba etc. selecionaram a cidade para a implantação de suas filiais; no entanto, houve também o surgimento de pequenos empreendimentos voltado para o público universitário como, por exemplo, casas de fotocópias, lanchonetes, restaurantes etc.

E encerrando a sequência dos setores que mais foram influenciados com a chegada da UFPB, destacamos os serviços educacionais. Identificamos a existência de vários segmentos e modalidades neste setor, uns já existentes e outros apenas criados recentemente. Escolas técnicas, escolas profissionalizantes, cursinho pré-vestibular, especializações e mestrados particulares, dentre outros, são exemplos e todos eles têm em seu universo de matriculados alunos oriundos dos municípios do Litoral Norte; muitos deles utilizam para se deslocarem até a universidade os transportes cedidos pelas prefeituras de suas cidades de procedência, pois aproveitaram essa facilidade gerada e motivada pela presença do Campus.

Todos esses elementos apresentados não encerram as demandas que foram geradas nessa nova perspectiva de lugar central que Mamanguape assume na contemporaneidade. No que se diz respeito aos serviços, tem chegado à cidade alguns que não estão ligados à influência da universidade. A cidade, por exemplo, passou a sediar a 14ª Região Geoadministrativa do Estado, formada por todos os municípios do Litoral Norte mais o município de Lagoa de Dentro, e está em fase de conclusão o Hospital de Urgência e Emergência que atenderá a população da região mencionada.

Enfim, a pesquisa nos permitiu analisar e verificar os papéis desempenhados por Mamanguape no decorrer do tempo, mais especificamente no que se refere à oferta dos serviços de educação e sua relação com as demais cidades da microrregião do Litoral Norte. A criação do Campus IV intensificou mais ainda o relacionamento entre essas cidades e, consequentemente, acentuou a centralidade de Mamanguape; cidade pequena, todavia, com características diferentes das tantas outras classificadas como tal.

Temos clareza de que não foram esgotadas as discussões sobre a configuração de Mamanguape enquanto pequena cidade, e este trabalho não teve a intensão de esgotar qualquer tipo de discussão que a amplitude deste tema suscita. Assim, espera-se que o mesmo propicie novas reflexões a cerca da centralidade microrregional de Mamanguape, contribuindo para a análise das interações espaciais nos diferentes contextos da centralidade urbana.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Horácio. **História da Paraíba**. Tomo I. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, Conselho Estadual de Cultura, 1997-a.

_____. **História da Paraíba**. Tomo II. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, Conselho Estadual de Cultura, 1997-b.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Os rios do açúcar do Nordeste Oriental: o rio Mamanguape**. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, Volume, 2, 1957.

ANDRADE, Ana Isabel de S. Leão; VASCONCELOS, Severina M. de Oliveira. **Mamanguape 150 anos: uma cidade histórica**. Mamanguape: Prefeitura Municipal de Mamanguape, 2005.

ARAUJO, José Jacinto. **O êxodo rural na Paraíba: do campo a cidade**. João Pessoa: Gráfica do UNIPE, 1998.

BACELAR, W. K. de A. **As dualidades das pequenas cidades: as cidades com menos de 10.000 habitantes do cerrado triangulino**. In: Simpósio Regional de Geografia: perspectivas para o cerrado no século XXI, 2, 2003, Uberlândia. Anais... Uberlândia: IG/UFU, 2003. 1CD-ROM.

BECKER, Howard S. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais**. Tradução de Marco Estevão. 3ª edição. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

BERNARDELLI, Mara Lúcia Falconi da Hora. **Pequenas cidades na região de Catanduva - SP: papéis urbanos, reprodução social e produção de moradias, 2004**. 384 f. Tese (doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente.

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em Educação – Uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto: Porto Editora, 1999.

BOSI, A. et al. **A presença da universidade pública**. 1998. Disponível em: <http://www.fisica.uel.br/SBPC_LD/unipub.html>. Acesso em: 6 mai. 2013.

BRAGA, Roberto & CARVALHO, Pompeu. **Cidade: espaço da cidadania**. In: GIAMETTI & BRAGA (Org.). **Pedagogia cidadã**. São Paulo: Unesp-Propp, 2004.

CAMPÊLO, Mario (org.). **Corografia Geral do Município de Mamanguape**. Mamanguape: Oficinas da Tipografia Ideal, 1932.

CAMPOS, Neio; KRAHL, Mara Flora Lottici. Territorialidade: Elo entre o espaço rural e o espaço urbano. In: STEINBERGER, Marília (Org.) **Território, ambiente e políticas espaciais**. Rio de Janeiro; LGE, 2006.

CASAL, Pe. Manuel Aires de. **Província da Paraíba**. In: **Corografia Brasileira ou Relação Histórico – Geografia do Reino do Brasil**. Tomo II. São Paulo: Edições Cultura, 1943.

COELHO, Maria do Socorro Alves. O sistema urbano nordestino: estruturação através do tempo. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 54, n.1, p. 75-93, jan./mar., 1992.

CORREIA, Roberto Lobato. **Estudos sobre rede urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2006.

_____. **Rede urbana: reflexões, hipóteses e questionamentos sobre um tema negligenciado**. Cidades. Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.65-78, 2004.

_____. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1999.

_____. As redes de localidades centrais nos países subdesenvolvidos. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, ano 50, n.1, p.61-83, jan./mar.1988.

_____. O estudo da rede urbana: uma proposição metodológica. In. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v.50, n.2, p.107-124, abr./jun.1988.

COSTA, Adailton Coelho. **Mamanguape, a Fênix Paraibana**. Campina Grande: GRAFSET LTDA, 1986.

COSTA, Adailton Coelho; LINS, Sebastião Alves. **Mamanguape minha terra: estudos sociais**. João Pessoa: Gráfica J.B. Ltda, 1992.

COSTA, Francisco Fábio Dantas da. **A Dinâmica da Organização do Espaço na Região do Baixo Mamanguape – Litoral Norte do Estado da Paraíba**. Recife, 2010, 260 fls. (Tese do Programa de Pós-Graduação em Geografia. Departamento de Ciências Geográficas da Universidade Federal de Pernambuco).

CHRISTALLER, Walter. **Central places in Southern Germany**. Prentice-Hall/Englewood Cliffs, 1966.

DEMO, Pedro. **Pesquisa e construção do conhecimento: metodologia científica no caminho de Habermas**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.

_____. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2000.

ENDLICH, A. M. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades no noroeste do Paraná**. 2006. Tese (Doutorado em Geografia) - FCT/UNESP, Presidente Prudente.

FERNANDES, R.G.T. **Impactos locais e regionais da universidade do Porto**. 2007. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Economia da Universidade do Porto, Porto.

FREITAS, M. P.; MIRANDA, M.; MARQUEZ, L. N. et al. Pequenas cidades do cerrado mineiro: reflexões sobre suas diversidades e particularidades socioespaciais. In: SOARES, B. R.;

OLIVEIRA, H. C.; MARRA, T. B. (Orgs.) **Ensaaios geográficos**. Uberlândia: UFU/PET-Geografia, 2006. p. 45-72.

FRESCA, T. M. **A dinâmica funcional da rede urbana do oeste paulista. Estudo de casos: Osvaldo Cruz e Inúbia Paulista**. 1990. 282 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

_____. Em defesa dos estudos das cidades pequenas no ensino da Geografia. **Revista Geografia**, Londrina, v. 10, n. 1, p. 27-34, 2001. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/geografia/v10n1.pdf> Acesso em: 20/07/2012.

FRIEDHILDE, M.K.M. e LIBERATO, E.M. **O impacto da universidade do Vale do Parnaíba na comunidade local**. 2008. Disponível em: http://www.inicepg.univap.br/docs/Arquivos/arquivosCEGLU/00001485_01_O.pdf. Acesso em: 20 mai. 2013.

GEIGER, Pedro Pinchas. **Evolução da rede urbana brasileira**. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais/Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos/MEC, 1963.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GODOY, Paulo Roberto Teixeira de. A CIDADE NO BRASIL – período colonial. **Caminhos de Geografia**- revista online <http://www.ig.ufu.br/revista/caminhos.html> ISSN 1678-6343 Ins. Caminhos de Geografia Uberlândia v. 12, n. 38 jun/2011 p. 8 – 15.

GOEBEL, M. A. e MIURA, M. N. **A Universidade como fator de desenvolvimento: o caso do município de Toledo/PR**. Expectativa, Toledo, v.3, p.35-47, 2004.

GOMES, Rita de Cássia da Conceição. Buscando compreender as pequenas cidades. In: OLIVEIRA, José Aldemir (Org.). **Cidades Brasileiras: Territorialidades, sustentabilidade e demanda social**. Manaus: UFAM, 2009.

GUERREIRO, João. As funções da Universidade no âmbito dos sistemas de inovação. In: **Revista Sociedade e Trabalho**, Nº 28, pp. 51-61. Jan/abr. 2006.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HENRIQUE, Wendel. Diferenças e repetições do espaço urbano de cidades pequenas e médias. In: LOPES, Diva Maria Ferlin; HENRIQUE, Wendel. (Org.). **Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudo de caso**. Salvador: SEI, 2010.

HERCKMAN, Elias. Descrição geral da Capitania da Parahyba. **Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano**, tomo V, n. 31, p. 239-288. Recife: Typographia Industrial, 1886. Disponível em: <http://biblio.etnolinguistica.org/herckman-1886-parahyba>

HOFF, Débora Nayar; MARTIN, Aline Schimidt San; SOPEÑA, Mauro Barcellos. Universidade e desenvolvimento regional: impactos quantitativos da Unipampa em Santa Ana do Livramento. In: **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 16, p. 157-183, set/dez 2011.

IBGE. **Cidades**, 2013. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em: 2013.

_____. **Contagem populacional**, 1996. Disponível em<<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em: 2013.

_____. **Regiões de influência das cidades** 1978. Rio de Janeiro, 1986.

_____. **Regiões de influência das cidades** 1993. Rio de Janeiro, 2000.

_____. **Regiões de influência das cidades** 2007. Rio de Janeiro, 2008.

_____. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. V. XII. Rio de Janeiro, 1960.

IPARDES. **Comentários sobre os resultados do REGIC 2007** / Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. – Curitiba: IPARDES, 2009.

IPEA. **Infraestrutura social e urbana no Brasil: subsídios para uma agenda de políticas públicas**. V. 6. Brasília, 2010.

LACOSTE, Ives. **A pesquisa e o trabalho de campo: um problema político para os pesquisadores, estudantes e cidadãos**. Hérodote, n° 8, pp. 3 a 20. out/dez de 1977.

LAKATOS, Eva Maria & MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa**. 3ª edição. São Paulo: Editora Atlas, 1996.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e política**. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

_____. **A revolução Urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999. 178p.

LOPES, R. P. M. **Universidade pública e desenvolvimento local: uma abordagem a partir dos gastos da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia**. Vitória da Conquista: UESB, 2003. Disponível em: <www.mesteco.ufba.br/scripts/db/teses/robertolopes.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2013.

MAIA, Doralice Sátyro. **Cidades Pequenas: Como defini-las? Apontamentos para os estudos sobre as pequenas cidades**. Manaus: Anais do IX SIMPURB, 2005.

_____. **Cidades Pequenas: Como defini-las? Apontamentos para os estudos sobre as cidades pequenas**. In: OLIVEIRA, José Aldemir (Org.). **Cidades Brasileiras: Territorialidades, sustentabilidade e demanda social**. Manaus: UFAM, 2009.p. 138-158.

MACHADO, Maximiano Lopes. **História da Província da Parahyba**. Parahyba: Imprensa Oficial, 1912.

MARIZ, Celso. O presente e o passado de Mamanguape. In: MARIZ, Celso. **Cidades e homens**. Campina Grande. Grafset, 1985.

MENDONÇA, Juliana Barros; GONÇALVES, Regina Célia. Em busca de uma compreensão do espaço urbano: e ocupação da cidade de João Pessoa e do bairro de Jaguaribe (século XVI ao século XIX). **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**. v. 2, n. 3, 2010.

MONBEIG, Pierre. O Estudo Geográfico das Cidades. In: **Boletim Geográfico**. Ano I, n. 7, (out., 1943) – Rio de Janeiro: IBGE, 1943. p. 7-29.

NTI. **Núcleo de Tecnologia e Informação da UFPB**, 2013.

PEREIRA, Anete Marília. **Cidade média e região: O significado de Montes Claros no norte de Minas Gerais**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia. 2007. 351p.

PINTO, Luis. **Fundamentos da história e do desenvolvimento da Paraíba: 1574-1970**. Rio de Janeiro: Editora Leitura S.A., 1973. 286 p.

RAMOS, José de Oliveira. **Pedaços da História de Mamanguape**. Mamanguape: Persona, 1993.

Relatório da Comissão Constituída pela Portaria nº 126/2012. **Análise sobre a Expansão das Universidades Federais 2003 a 2012**. Brasília, 2012.

RODRIGUES, Adiel Alves. **Panorama de Mamanguape: uma exposição histórica do município**. Recife: Comunigraf, 2008.

SANTOS, Milton. **Urbanização brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1993.

_____. A Cidade e o Urbano como Espaço-Tempo. **Cidade & História - Modernização das Cidades Brasileiras nos Séculos XIX e XX**. UFBA - FAU/MAU. Salvador, 1992: 241-244.

_____. **Espaço e sociedade: ensaios**. Petrópolis: Vozes, 1979.

SCARLATO, F. C. População e urbanização brasileira. In: ROSS, J. L. S. (Org.). **Geografia do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1995.

SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS. **Prefeitura Municipal de Mamanguape**, 2013.

SHOR, Tatiana; OLIVEIRA, José Aldemir de. Reflexões metodológicas sobre o estudo da rede urbana no Amazonas e perspectivas para a análise das cidades da Amazônia brasileira. In: ACTA Geográfica, Ed. Esp. **Cidades na Amazônia Brasileira**, 2011. p. 15-30.

SILVA, Anieres Barbosa da; GOMES, Rita de Cássia da Conceição; SILVA, Valdenildo Pedro da. Por uma concepção conceptual: as pequenas cidades em tela. In: SILVA, Anieres Barbosa da; GOMES, Rita de Cássia da Conceição; SILVA, Valdenildo Pedro da. (Org.). **Pequenas cidades: uma abordagem geográfica**. Natal: EDUFRN, 2009.

SILVA, Sylvio Bandeira de Mello e. Cidades pequenas e médias: reflexões teóricas e aplicadas. In: LOPES, Diva Maria Ferlin; HENRIQUE, Wendel. (Org.). **Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudo de caso**. Salvador: SEI, 2010.

SILVA, Lúcia Maria Tavares da. **A Paraíba na virada do século: cidades esquecidas pelo trem**. In.: IV Congresso da BRASA – Brazilian Studies Association. Washinton DC, nov. 1997.

SINGER, Paul. *Econômica política da urbanização*. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

SOARES, B.R. et al. Uberlândia (MG) Leituras Geográficas de uma Cidade Média em Transição. In: ELIAS, D. SPOSITO, M.E.B. SOARES, B.R. (Org.) **Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional: Tandil e Uberlândia**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Redes e cidades**. São Paulo: Editora Unesp, 2008.

SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão. **A gestão do território e as diferentes escalas da centralidade urbana**. Revista Território, ano III, nº 4, jan./jun.1998.

_____. Novas Formas Comerciais e Redefinição da Centralidade Intra-Urbana. In: **Textos e Contextos para a Leitura de uma Cidade Média**. Presidente Prudente: UNESP, 2001.

_____. A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. In: CARLOS, Ana Fani A.; SOUZA, Marcelo L. de; SPOSITO, Maria Encarnação B. **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. (Org.). São Paulo: Contexto, 2011.p. 123-145.

TAVARES, João de Lyra. **A Parahyba**. V. II. Parahyba: Imprensa Oficial, 1910.

UFPB. **Histórico da Instituição**, 2013. Disponível em: www.ufpb.br. Acessado em: 15 de janeiro de 2013.

VEIGA, J. E. Articulações intermunicipais para o desenvolvimento rural. In: **Seminário Associativismo, cooperativismo e economia solidária no meio rural**. Brasília, 2005.

APÊNDICE

Questionário

Idade____ Sexo:____ Curso:_____ Turma:_____ Cidade de origem residencial:_____

1-Qual principal motivo levou você a escolher a UFPB/Campus IV Unidade de Mamanguape para cursar o ensino superior?

- ☐ A existência do curso que pretendia estudar
- ☐ A proximidade do campus à minha cidade
- ☐ A importância de estudar em uma Faculdade Federal
- ☐ Fiz em outra Universidade e não fui aprovado(a)
- ☐ Outros. _____

2-Você permanece a semana toda em Mamanguape ou faz o trajeto diário?

- ☐ Permaneço a semana toda
- ☐ Vou e volto para a minha cidade todos os dias
- ☐ Moro em Mamanguape

3-Se permanece em Mamanguape durante a semana onde fica hospedado?

- ☐ Em repúblicas
- ☐ Casa de parentes/amigos
- ☐ Aluguel de casa sozinho
- ☐ Outros. _____

4- Se você é de outro município e faz o percurso diariamente de maneira vem a universidade?

- ☐ Ônibus da linha
- ☐ Táxi/Alternativo
- ☐ Transporte próprio
- ☐ Transporte cedido pela prefeitura municipal
- ☐ Outros. _____

5- Caso não tivesse ocorrido a criação/implantação do Campus IV você teria possibilidades de cursar o ensino superior em outra cidade?

- ☐ Sim ☐ Não

6-Justifique a resposta anterior.

ANEXOS



DIÁRIO OFICIAL

ESTADO DA PARAÍBA

Nº 15.143

João Pessoa - Terça-feira, 22 de Janeiro de 2013

Preço: R\$ 2,00

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

LEI COMPLEMENTAR Nº 115, DE 21 DE JANEIRO DE 2013.
AUTORIA: DEPUTADO DOMICIANO CABRAL

Institui a Região Geo-Administrativa de Solânea e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA
Faz saber que a Assembleia Legislativa decretou, e eu, em razão da sanção tácita, nos termos do § 3º c/c o § 7º do art. 65, da Constituição Estadual, Promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica instituída a Região Geo-Administrativa de Solânea, integrada pelos municípios de Solânea, Bananeiras, Casserengue, Cacimba de Dentro, Arara, Araruna, Damião, Serraria, Borborema, Pilões, Dona Inês, Tacima, Belém, Caipara e Logradouro.

Parágrafo único. Todos os gestores do Poder Executivo Municipal de cada cidade citada no caput desta Lei, ficarão obrigados a enviar um comunicado direcionado ao Poder Executivo Estadual, informando da sua concordância em participar da Região Geo-Administrativa, sob pena de exclusão.

Art. 2º A Região Geo-Administrativa de Solânea, criada por esta Lei, será devidamente administrada por um Conselho Administrativo, composto por um representante do Poder Executivo Estadual, um representante de cada uma das Secretarias Estaduais de Educação, Saúde, Infra-Estrutura e Segurança Pública, pelos prefeitos de cada município, pelos presidentes das Câmaras Municipais, por um representante da sociedade civil organizada e por um membro do Ministério Público devidamente indicado por cada um desses órgãos.

§ 1º O representante do Poder Executivo Estadual será, inicialmente, o presidente do Conselho Administrativo, ficando no cargo por dois anos, com direito a reeleição.

§ 2º Os cargos do Conselho, além dos de Presidente e Vice-Presidente, serão definidos na primeira reunião dos membros e apresentados aos presentes.

§ 3º Os municípios que integram a Região Geo-Administrativa arcarão com as despesas de manutenção para total administração e funcionamento do Conselho Administrativo, sendo esses custos devidamente rateados em partes iguais entre os que o compõem.

Art. 3º Compete ao Conselho Administrativo da Região Geo-Administrativa as seguintes funções:

I - Elaborar, com a participação de todos os membros, um Planejamento Estratégico Integrado apresentando as principais ações a serem implantadas em curto, médio e longo prazo e que traga constante evolução e crescimento para todos os municípios que integram o Conselho;

II - Fica, desde já, estipulado que os principais tópicos a serem expostos no Planejamento Estratégico Integrado serão de alcance das áreas de Educação, Infra-Estrutura e Segurança Pública;

III - Após a primeira reunião dos membros do Conselho se agendará reuniões trimestrais, na sede física do Conselho ou em local acordado entre as partes, com o objetivo de se prestar conta de todo o andamento do Planejamento, seus custos financeiros, bem como de se colher novas sugestões para inserção no Planejamento Estratégico Integrado;

IV - As Secretarias Estaduais de Educação, Saúde, Infra-Estrutura e Segurança Pública indicarão um responsável técnico que ficará, dentro das suas Secretarias, à disposição da Presidência do Conselho Administrativo para acompanhamento das ações e andamento do Planejamento Estratégico Integrado da Região Geo-Administrativa de Solânea;

V - Elaborar, com a participação da maioria absoluta dos seus membros, o seu Regimento Interno que servirá como norte das suas funções administrativas e dos seus membros.

Art. 4º Após reunião apreciativa dos programas e projetos a serem inseridos no Planejamento Estratégico Integrado, realizar-se-á uma votação interna, onde cada um dos membros terá o seu voto em igual valor com relação aos demais. Os programas e projetos aprovados constarão no Planejamento Estratégico Integrado.

Parágrafo único. Em caso de empate na votação, o Presidente do Conselho Administrativo terá direito ao voto de desempate.

Art. 5º Todo o cronograma físico e financeiro do andamento do Planejamento será divulgado na imprensa local, nos quadros de aviso das Câmaras de Vereadores e das Prefeituras que integram o Conselho Administrativo.

Art. 6º Os recursos financeiros angariados pelo Conselho Administrativo têm como origem os convênios com Instituições Públicas e Privadas, Nacionais e Internacionais que se mostram interessados em investir na Região Geo-Administrativa de Solânea.

Art. 7º Os órgãos e Instituições Públicas Federal, Estadual e Municipal fiscalizarão as obras, serviços e contas financeiras do Conselho Administrativo.

Art. 8º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário.
Pelo da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, "Casa de Epitácio Pessoa", João Pessoa, 21 de janeiro de 2013.

RICARDO MARCELLO
Presidente

LEI COMPLEMENTAR Nº 116, DE 21 DE JANEIRO DE 2013.
AUTORIA: DEPUTADA LÊA TOSCANO

Institui a Região Metropolitana do Vale do Mamanguape com sede na cidade de Mamanguape e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA

Faz saber que a Assembleia Legislativa decretou, e eu, em razão da sanção tácita, nos termos do § 3º c/c o § 7º do art. 65, da Constituição Estadual, Promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica instituída a Região Metropolitana do Vale do Mamanguape, com sede na Cidade de Mamanguape, integrada pelos municípios de Baía da Traição, Marcação, Mataraca, Cuité de Mamanguape, Curral de Cima, Pedro Régis, Jacaré e Itapororoca.

Parágrafo único. Os municípios de que trata o caput deste artigo, através de seus dirigentes deverão no prazo máximo de 90 (noventa) dias, comunicarem ao Poder Executivo Estadual a sua concordância em participar da Região Metropolitana, sob pena de exclusão.

Art. 2º A Região Metropolitana do Vale do Mamanguape, criada na forma do artigo primeiro desta Lei, será administrada por um Conselho Administrativo, composto pelo Governador do Estado, que o presidirá, pelo Prefeito de cada Município e, um membro de reconhecida capacidade técnica e administrativa, designado pelo Governador do Estado, e pertencente aos quadros dos servidores efetivos do Estado.

§ 1º O Vice-Governador substituirá o Governador, em seus impedimentos, devendo o Secretário de Estado de Planejamento presidir o Conselho Administrativo, nos impedimentos do Governador e Vice-Governador.

§ 2º Os Secretários de Estado da Secretaria de Planejamento, Secretaria de Educação, Cultura e Secretaria de Saúde, terão o apoio técnico-administrativo da SUPLAN no que couber, executando as decisões do Conselho.

§ 3º As despesas com a manutenção do Conselho Administrativo deverão constar em dotações próprias no orçamento de cada município participante da região metropolitana.

Art. 3º Compete ao Conselho Administrativo da Região Metropolitana do Vale do Mamanguape:

I - estabelecer política e diretrizes de desenvolvimento;

II - elaborar Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana do Vale do Mamanguape;

III - estimular a ação integrada dos agentes públicos envolvida na execução das funções públicas que envolvam interesses comuns, sobretudo no campo da educação, cultura e saúde;

IV - convocar audiências públicas, a cada 6 (seis) meses, para expor suas deliberações referentes aos estudos e planos em desenvolvimento, como também prestar contas relativas à utilização dos recursos públicos aplicados;

V - elaborar seu regimento interno;

VI - deliberar com a presença da maioria absoluta dos seus integrantes, havendo empate, o Presidente terá direito a voto, para efeito de desempate.

Art. 4º A fiscalização de obras e serviços, bem como das demais ações em consequência desta Lei, será ampla e executada por órgãos e instituições públicas, garantido-se as entidades não-governamentais e população em geral dela participar.

Art. 5º Todos os projetos, programas e estudos de interesse coletivo na Região Metropolitana, antes da sua apreciação pelo Conselho Administrativo, deverão ter divulgação ampla, em todos os veículos de comunicação, de forma que atinja toda população beneficiada com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.

Parágrafo único. É assegurado a todos, amplo acesso aos estudos da validade técnica, econômica, financeira e ambiental relativos a planos, programas, projetos e serviços de interesse coletivo, no âmbito da Região Metropolitana.

Art. 6º Os recursos financeiros do Estado e/ou derivados de convênios, acordos, ajustes, financiamentos e/ou empréstimos destinados ao desenvolvimento de ações de interesse da Região Metropolitana do Vale do Mamanguape serão aplicados através do Fundo de Desenvolvimento Estadual (FDE).

Art. 7º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Pelo da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, "Casa de Epitácio Pessoa", João Pessoa, 21 de janeiro de 2013.

RICARDO MARCELLO
Presidente

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CONSELHO UNIVERSITÁRIO**

Resolução nº 05/2006

Autoriza a implantação do Campus IV da Universidade Federal da Paraíba (Litoral Norte) e dá outras providências.

O CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, no uso de suas atribuições, de conformidade com a legislação em vigor, tendo em vista a deliberação adotada no plenário em reunião extraordinária realizada no dia 17 de março de 2006 (Processo nº. 23074.001279/06-11), e

CONSIDERANDO a necessidade de promover a interiorização da educação superior pública federal no Estado da Paraíba, como fonte propulsora do desenvolvimento econômico sustentável com inclusão social;

CONSIDERANDO, também, que se impõe integrar a UFPB à diretriz da política de expansão do ensino superior público federal promovida pelo MEC, cuja ênfase é a interiorização das atividades acadêmico-científicas das Instituições Federais de Ensino Superior;

CONSIDERANDO, ainda, ser imprescindível fortalecer a ação da universidade pública federal como fator de desenvolvimento socioeconômico, cultural e educacional para os municípios menos desenvolvidos, social e economicamente, da micro-região Litoral Norte-Sapé;

CONSIDERANDO, por fim, ser de fundamental importância para a UFPB integrar, de forma sistemática, as atividades de ensino, pesquisa e extensão da instituição à vida socioeconômica regional local, segundo uma concepção de desenvolvimento sustentável,

R E S O L V E:

Art. 1º Autorizar a implantação do Campus IV da Universidade Federal da Paraíba (Litoral Norte), com sede na cidade de Rio Tinto.

§ 1º As unidades acadêmicas do *Campus* de que trata o caput deste artigo instalar-se-ão em áreas-limite vizinhas às cidades de Mamanguape e Rio Tinto.

§ 2º A sua composição organizacional será feita pelas normas estatutárias e regimentais da UFPB.

§ 3º Caberá aos órgãos afins da UFPB o devido assessoramento para implantação e implementação das unidades setoriais do Campus.

Art. 2º Fica a Pró-Reitoria de Graduação (PRG) desta Universidade responsável pela organização administrativa e acadêmica dos cursos inicialmente propostos e a serem criados com vinculação àquele Campus, na forma prevista nos seus respectivos projetos político-pedagógicos.

Art. 3º Passa a fazer parte desta resolução, como [Anexo](#), o projeto de implantação do Campus IV (Litoral Norte) da UFPB.

Art. 4º Os casos omissos nesta Resolução serão resolvidos pelo Conselho Universitário.

Art. 5º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Conselho Universitário da Universidade Federal da Paraíba, em João Pessoa, 17 de março de 2006.

RÔMULO SOARES POLARI
PRESIDENTE

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CONSELHO UNIVERSITÁRIO**

Resolução nº 06/2006

Cria o Centro de Ciências Aplicadas e Educação (CCAIE), no Campus Litoral Norte da Universidade Federal da Paraíba e dá outras providências.

O Reitor da Universidade Federal da Paraíba, *ad referendum* do CONSELHO UNIVERSITÁRIO desta universidade, no uso de suas atribuições, de conformidade com a legislação em vigor, e tendo em vista o contido no Processo nº. 23074.007663/06-74), e

CONSIDERANDO a deliberação do egrégio Conselho Universitário autorizando a implantação do Campus Litoral Norte (Campus IV), com sede na cidade de Rio Tinto, criado pela [Resolução Nº 05/2006, de 17 de março de 2006, do Conselho Universitário](#);

CONSIDERANDO, também, a necessidade de se implementar providências no sentido de que o referido Campus tenha sua estrutura e organização técnico-administrativa e acadêmica definida;

CONSIDERANDO, ainda, os prazos constantes do Projeto aprovados pelo Conselho Universitário e Ministério da Educação para funcionamento do referido Campus;

CONSIDERANDO, por fim, a urgência que se faz para implementação de outras medidas visando o cumprimento de metas e objetivos fixados, bem como pela excepcionalidade de que se reveste a matéria,

R E S O L V E:

Art. 1º Criar, no Campus Litoral Norte (Campus IV) da Universidade Federal da Paraíba, o Centro de Ciências Aplicadas e Educação (CCAIE), com sede na cidade de Rio Tinto, neste Estado.

Parágrafo único. As atribuições e competências do CCAIE são as definidas pelo Estatuto e Regimento Geral da UFPB, no que lhes são atinentes.

Art. 2º Integram o referido Centro as seguintes unidades departamentais, tendo como atribuições o disposto no Capítulo II do Estatuto e regendo-se na forma do contido na [Secção II](#) do Regimento Geral desta universidade:

- I. Departamento de Ciências Exatas (DCE);
- II. Departamento de Ciências Sociais (DCS);
- III. Departamento de Educação (DEd);
- IV. Departamento de Engenharia e Meio Ambiente (DEM).

Art. 3º Compõem, também, a estrutura do referido centro, as seguintes coordenações, atuando na forma do que dispõe o Capítulo VI do Estatuto e Secção VI do Regimento Geral da UFPB:

- I. Coordenação do Curso de Antropologia e Culturas Indígenas;
- II. Coordenação do Curso de Ciência da Computação;
- III. Coordenação do Curso de Ciências Contábeis;
- IV. Coordenação do Curso de Design;
- V. Coordenação do Curso de Ecologia;
- VI. Coordenação do Curso de Engenharia de Pesca;

- VII. Coordenação do Curso de Gestão e Negócios;
- VIII. Coordenação do Curso de Hotelaria;
- IX. Coordenação do Curso de Matemática;
- X. Coordenação do Curso de Pedagogia;
- XI. Coordenação do Curso de Secretariado;
- XII. Coordenação do Curso de Sistemas de Informação.

Art. 4º A estrutura e a organização administrativa e acadêmica do Centro de Ciências Aplicadas e Educação (CCAEE) será a dos atuais centros da UFPB, na forma do disposto no Estatuto e Regimento Geral desta instituição.

Art. 5º Caberá aos órgãos afins da UFPB a devida assessoria para o pleno funcionamento das unidades ora criadas.

Art. 6º Os casos omissos nesta Resolução serão resolvidos pelo Conselho Universitário.

Art. 7º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua assinatura.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Conselho Universitário da Universidade Federal da Paraíba, em João Pessoa, 08 de maio de 2006.

RÔMULO SOARES POLARI
Presidente